



**UNICEPLAC**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**  
**Curso de Arquitetura e Urbanismo**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Requalificação do Mercado Municipal de Uberaba: Um novo  
contexto**

Gama-DF

2022

**LARYSSA CARVALHO DA SILVEIRA**

**Requalificação do Mercado Municipal de Uberaba: Um  
novo contexto**

Fundamentação Teórica apresentada  
como requisito para conclusão do  
curso de Arquitetura e Urbanismo do  
Centro Universitário do Planalto  
Central Aparecido dos Santos –  
Uniceplac.

Orientador: Prof. Me. Iuri Cesário  
Araújo

**LARYSSA CARVALHO DA SILVEIRA**

**Requalificação do Mercado Municipal de Uberaba: Um novo contexto**

Fundamentação Teórica apresentada como requisito para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Me. Iuri Cesário Araújo

Gama, 25 de Novembro de 2022.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Iuri Cesário Araújo  
Orientador

---

Prof. Luciana Jobim Navarro  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo, por ter me proporcionado chegar até aqui com força e saúde e por ser sempre o meu melhor guia. À minha família, uma das minhas maiores inspirações, minha profunda gratidão, em especial a minha mãe Laice Benício, que além de me conceder a oportunidade de realizar um sonho, me deu sempre a melhor educação, me apoiando e me incentivando a buscar incessantemente o melhor.

Aos meus amigos Alexandre Marques e Julianna Monteiro, pelo companheirismo e os inesquecíveis momentos que passamos juntos, essa jornada com toda certeza não seria a mesma sem vocês. E por fim, a todo o corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, em especial aos mestres Iuri Cesário Araújo e Luciana Jobim Navarro pelo admirável profissionalismo, dedicação e paciência, e principalmente pela amizade durante todo o processo.

## RESUMO

O trabalho consiste em uma requalificação e atualização do Mercado Municipal de Uberaba, respeitando o conceito histórico, sua origem e finalidade. A região onde ele se localiza está no centro de Uberaba, mais especificamente na Praça Manoel Terra. Trata-se de uma construção na forma de um octógono de 53,62 metros de comprimento e 31,15 metros de largura, com uma área total de 1.400 m<sup>2</sup>.

O objetivo do projeto é tornar a área e o seu entorno ainda mais atraente, promovendo o fluxo de pessoas, valorizando os pequenos comércios locais, diversificando o uso de produtos e transformando o espaço em um polo de cultura. A ideia é fazer a união de elementos que possam melhorar o edifício de forma que não altere suas características originais, esses elementos serão responsáveis por garantir conforto, acessibilidade, mobilidade, segurança e inovação.

**Palavras-chave:** Patrimônio Histórico, Mercado Municipal, Requalificação Arquitetônica

## **ABSTRACT**

The work consists of a requalification and updating of the Municipal Market of Uberaba, respecting the historical concept, its origin and purpose. The region where it is located is in the center of Uberaba, more specifically in Praça Manoel Terra. It is a construction in the form of an octagon measuring 53.62 meters long and 31.15 meters wide, with a total area of 1,400 m<sup>2</sup>.

The objective of this project is to make the area and its surroundings even more attractive, promoting the flow of people, valuing small local businesses, diversifying the use of products and transforming the space into a cultural hub. The general idea is to unite elements that can improve the building in a way that does not alter its original characteristics, these elements will have the role of guaranteeing comfort, accessibility, mobility, safety and innovation.

**Keywords:** Historical Heritage, Municipal Market, Architectural Revitalization

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Igreja de Santa Rita .....	29
Figura 2 – Paço Municipal Major Eustáquio .....	30
Figura 3 – Museu de Arte Decorativa. ....	31
Figura 4 – Primeira Sede do Mercado Municipal de Uberaba .....	33
Figura 5 – Mercado Municipal em 1924.....	34
Figura 6 – Mercado Municipal em 1950.....	35
Figura 7 – Desenhos originais do Mercado Municipal.....	37
Figura 8 – Planta do térreo .....	38
Figura 9 – Planta do mezanino .....	38
Figura 10 – Corte AA e BB .....	39
Figura 11 – Lanterninho (Telhado) .....	39
Figura 12 – Fachada frontal.....	40
Figura 13 – Fachada posterior.....	40
Figura 14 – Fachada lateral.....	41
Figura 15 – Fachada lateral.....	41
Figura 16 – Vista interna do Mercado Municipal - Corredor.....	43
Figura 17 – Vista interna - Boxes .....	43
Figura 18 – Vista interna - Boxes .....	44
Figura 19 – Vista externa do Mercado Municipal Paulistano.....	45
Figura 20 - Vista interna - Vitrais.....	47
Figura 21 – Vista interna - Pilares. ....	48
Figura 22 – Vista interna - Boxes .....	48
Figura 23 – Vista externa - Arco da Deusa Ceres.....	49
Figura 24 – Implantação Geral.....	50
Figura 25 – Planta do mezanino.....	51
Figura 26 – Vista esquemática.....	52
Figura 27 – Corte esquemático.....	52
Figura 28 – Corte esquemático .....	53
Figura 29 – Corte esquemático.....	53
Figura 30 – Corte esquemático.....	53
Figura 31 – Vista externa do Mercado Municipal de Curitiba.....	54
Figura 32 – Vista interna – Praça de alimentação. ....	55

Figura 33 – Vista interna - Boxes.....	56
Figura 34 – Vista interna – Visão geral dos boxes.....	57
Figura 35 – Vista esquemática.....	57
Figura 36 – Planta do pavimento inferior.....	58
Figura 37 – Planta do pavimento superior.....	58
Figura 38 – Vista externa do Mercado Municipal de Atarazanas.....	59
Figura 39 – Vista interna - boxes.....	60
Figura 40 – Planta geral de acessos.....	61
Figura 41 – Vista geral do mercado.....	61
Figura 42 – Fachada frontal.....	62
Figura 43 – Fachada posterior.....	62
Figura 44 – Mapa macro.....	63
Figura 45 – Mapa meso.....	63
Figura 46 – Mapa micro.....	64
Figura 47 – Mapa de uso e ocupação – Interior do edifício - Térreo.....	71
Figura 48 – Mapa de uso e ocupação – Interior do edifício - Mezanino.....	72
Figura 49 – Mapa de equipamentos urbanos.....	73
Figura 50 – Mapa topográfico - Perfil natural do terreno.....	73
Figura 51 – Mapa topográfico – Curvas de nível.....	74
Figura 52 – Fachada com perfil natural do terreno.....	74
Figura 53 – Mapa de gabaritos.....	75
Figura 54 – Mapa de cheios e vazios – Interior da edificação - Térreo.....	76
Figura 55 – Mapa de cheios e vazios – Interior da edificação – Mezanino.....	76
Figura 56 – Mapa de vegetação.....	77
Figura 57 – Mapa de mobilidade urbana.....	78
Figura 58 – Mapa de hierarquia viária.....	79
Figura 59 – Mapa bioclimático.....	80
Figura 60 – Fluxograma existente.....	81
Figura 61 – Acesso primário.....	82
Figura 62 – Acesso secundário.....	82
Figura 63 – Acesso terciário.....	82
Figura 64 – Acesso pne.....	82
Figura 65 – Programa de necessidades - Original.....	82
Figura 66 – Setorização - Térreo.....	83



Figura 67 – Casa de carnes Bandeirante.....	84
Figura 68 – Banca do Edson.....	85
Figura 69 – Art-Mineira.....	86
Figura 70 – Diagrama de copresencialidade.....	87
Figura 71 – Comerciante do Mercado Municipal entre os anos 1970.....	89
Figura 72 – Comerciante do Mercado Municipal entre os anos 1980 e 1990.....	89
Figura 73 – Parque.....	93
Figura 74 – Play Ground.....	94
Figura 75 – Parque.....	94
Figura 76 – Parque.....	95
Figura 77 – Parque.....	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MES	Ministério da Educação e Saúde
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
CONPHAU	Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba
MADA	Museu de Arte Decorativa
CONDEPHAU	Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico de Uberaba
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
COHAGRA	Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande
CONEP	Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>05</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Tema.....	14
1.2 Justificativa.....	15
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivos gerais. ....	16
1.3.2 Objetivos específicos.....	16
1.4 Ética aplicada ao projeto.....	16
<b>2. CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>17</b>
2.1 História da Conservação Patrimonial .....	17
2.2 História da Conservação Patrimonial no Brasil.....	20
2.3 O que Significa Patrimônio Histórico e sua Importância.....	23
2.4 Patrimônio Cultural, Patrimônio Histórico, Patrimônio Arquitetônico.....	25
2.5 Restauração, Reabilitação, Requalificação, Retrofit.....	25
2.6 Órgãos que Protegem o Patrimônio Histórico.....	26
2.6.1 IPHAN.....	26
2.6.2 IEPHA.....	27
2.6.3 CONPHAU.....	27
2.7 Tombamento e Preservação de Bens Culturais.....	28
2.8 Relação dos Bens Tombados no Município de Uberaba.....	28
2.9 Origem dos mercados .....	31
<b>3. MERCADO MUNICIPAL DE UBERABA.....</b>	<b>32</b>
<b>4. ESTUDOS DE CASO.....</b>	<b>44</b>
4.1 Mercado Municipal Paulistano.....	44
4.2 Mercado Municipal de Curitiba.....	54
4.3 Mercado Municipal de Atarazanas.....	59
<b>5. ÁREA DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>62</b>
5.1 Localização.....	62
5.2 Dados do Município.....	64
5.3 Aspectos Urbanísticos.....	65
5.4 Relação do Plano Diretor com o Patrimônio Histórico de Uberaba.....	66

5.5	Legislação aplicada ao Patrimônio Histórico de Uberaba.....	67
5.6	Mapa de uso e ocupação – Interior da edificação.....	71
5.7	Mapa de equipamentos urbanos.....	72
5.8	Mapa topográfico.....	73
5.9	Mapa de gabaritos.....	75
5.10	Mapa de cheios e vazios.....	76
5.11	Mapa de vegetação.....	77
5.12	Mapa de mobilidade urbana.....	78
5.13	Mapa de hierarquia viária.....	79
5.14	Mapa bioclimático.....	80
6.	DIRETRIZES DA PROPOSTA.....	80
6.1	Diretrizes gerais.....	80
6.2	Diretrizes específicas.....	80
7.	Fluxograma existente.....	81
7.1	Programa de necessidades Original.....	82
7.2	Programa de necessidades - Novo.....	83
8.	DIMENSÕES MORFOLÓGICAS.....	84
8.1	Dimensão topoceptiva.....	84
8.1.2	Dimensão copresencial.....	86
8.1.3	Dimensão funcional.....	87
8.1.4	Dimensão econômico financeira.....	88
8.1.5	Dimensão expressivo simbólica.....	88
9.	CONCEITO.....	89
10.	PARTIDO.....	90
11.	IMPLANTAÇÃO.....	91
12.	PAISAGISMO.....	92
13.	COBERTURA.....	92
14.	PLANTA BAIXA - TÉRREO.....	92
15.	PLANTA BAIXA – MEZANINO.....	92
16.	PROJETO.....	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	96

## 1. INTRODUÇÃO

A origem da palavra patrimônio está relacionada à palavra grega “pater” que quer dizer pai. Na Europa por volta do século XIX, essa relação de patrimônio começou a se deslocar a bens relacionados à cultura e identidade de um lugar, e com a implementação do termo histórico, essa expressão conquistou outras conotações que não apenas uma questão de hereditariedade, por isso foi surgindo a necessidade de preservar o passado e os seus preceitos de preservação.

Diversas nações apresentam interesse em torno da importância do patrimônio histórico. Muitas questões, inclusive, têm gerado polêmica e tem sido alvo de discussão no que diz respeito a normas e técnicas de restauração e conservação, e estas contradições envolvem principalmente a falta de preparo dos arquitetos, isso, além de ter promovido um grande debate, também tem gerado inúmeros resultados negativos, alguns deles: demolições e restaurações arbitrárias.

Destacaram-se alguns teóricos que desenvolveram pensamentos distintos sobre restauro, entre eles estão Viollet-Le-Duc (1814-1979) arquiteto francês e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico. Viollet trabalhava com tecnologia envolvendo principalmente a fotografia, e esta, auxiliava de forma significativa no entendimento da importância do patrimônio histórico. Não só isso, ele também defendia a pureza do estilo arquitetônico do monumento fazendo a busca pelo o que ele chamava de “estilo ideal”, mesmo que este custasse o desrespeito a história e características originais do edifício.

John Ruskin (1819-1900) também se destacou acerca desse assunto. Ruskin foi um importante crítico de arte, e em relação ao restauro, ele abraçava a ideia de que a restauração era uma forma de acabar com toda a história do monumento. Tinha total convicção de que intervenções poderiam ocasionar em uma grande perda de identidade da obra. Para ele, até mesmo as ruínas tinham o seu valor.

Camilo Boito (1834-1914) foi arquiteto, escritor e historiador voltado a crítica de arte e teoria do restauro. Acreditava no conceito da expansão dos variados métodos de restauração, levando em consideração os acréscimos da época. Questionava fervorosamente as ideias defendidas por seus antecessores.

Cesare Brandi (1906-1988) pode-se dizer que foi um dos principais nomes da restauração de objetos de arte. Durante toda a sua trajetória escreveu muitas teorias sobre restauração e alegava ser possível restaurar utilizando novos elementos, porém, era de extrema

importância ter muita cautela para que não fosse perdido o traço original da edificação.

Todas estas argumentações levaram a criação de cartas e diversos documentos que contém recomendações relacionadas a conservação e preservação dos bens culturais. A Carta de Atenas foi a primeira delas, nela, aprofundou-se o conhecimento sobre patrimônio histórico e as características de cada edificação. Em seguida, veio a Carta de Veneza e de Restauro, e logo depois a Carta de Machu Picchu.

Há diversos órgãos que se responsabilizam pelo tombamento e conservação de bens, importante destacar que esses dividem-se em materiais e imateriais. Os bens materiais são divididos em imóveis, ou seja, são bens edificados que não podem sair do local em que foram criados. E os móveis, que podem ser transportados para qualquer lugar, exemplo: pinturas e esculturas. Há também os bens integrados, que são basicamente bens móveis executados na superfície de bens imóveis, exemplo: mosaicos e pinturas nas paredes. Enquanto aos bens imateriais, estes são representações da cultura das cidades: festas, danças, músicas, entre outros.

Nesse sentido, preservar o patrimônio histórico e artístico de nossas cidades são formas para deixar às gerações futuras a garantia de resguardo de registros que constroem sua identidade e seu direito à memória. Definindo então de modo geral o conceito de patrimônio, pode-se dizer que é nada mais nada menos que uma produção simbólica e material repleta de diferentes princípios capazes de mostrar experiências sociais de uma comunidade. A memória das cidades estão principalmente nas suas edificações antigas, pois elas são retratos e testemunhas mudas, porém preciosas de um passado distante, sendo responsáveis por transmitir as gerações posteriores os momentos históricos que nela tiveram lugar e também funcionam como modelo urbano e arquitetônico do presente. Mantê-las é importante não só como marco referencial ou grandes pontos turísticos, é nosso papel preservar para que as próximas gerações possam saber o que se passou na cidade, e principalmente como se viveu nela.

## **1.1 Tema**

As edificações possuem características arquitetônicas e métodos construtivos únicos, e essas são responsáveis por revelar hábitos, vivências e costumes de determinada época.

Uberaba tem sua origem no Triângulo Mineiro, conhecida por sua tradição religiosa e por suas riquezas culturais, ela é um dos principais e mais importantes Municípios do interior do estado de Minas Gerais. O Mercado Municipal, patrimônio da região de Uberaba e também objeto de estudo desta pesquisa, passou por inúmeras reformas, algumas delas valorizaram e enriqueceram ainda mais o local, enquanto outras consistiram apenas em pequenos reparos.

O Mercado Municipal é um lugar cheio de histórias e memórias, nele as pessoas compartilham vivências e relações. A intenção ao trazê-lo e torná-lo debate nasce juntamente com a necessidade de unir o passado com o futuro. O propósito é tornar esse espaço de sociabilidade, de relações comerciais e sociais em um espaço de relações afetivas, de experiências e sensações, e há diversas formas de revelar esses sentimentos através da arquitetura.

## **1.2 Justificativa**

A escolha do Mercado Municipal de Uberaba para o estudo deve-se ao fato da cidade ser rica a respeito de identidade cultural. O Município de Uberaba é rodeado por inúmeros edifícios históricos e antigos que narram toda a história de um povo, de como viveram e o que se passou por lá em determinada época. A materialidade aplicada, e os cuidados desses bens existentes lá chamam muito a atenção, e isso nos gera um sentimento de capricho, de afeto, e de memória. A praça Manoel Terra, área que abriga o Mercado Municipal, se destaca por sua história encantadora e por suas belezas paisagísticas, que apesar de poucas, fazem total diferença.

A motivação de trazer o Município de Uberaba e o seu patrimônio, nasce do desejo de não conscientizar, mas mostrar de formas simplificadas a importância da preservação e dos edifícios históricos da cidade e como eles podem influenciar na qualidade de vida das pessoas. Preservar edifícios antigos é como colecionar memórias que podem ser passadas para as gerações futuras, e preservar faz com que a história não se feche, mas que se abra ainda mais para que todos que vierem possam saber e entender o que significou, o que ainda significa, e qual é o objetivo e a importância de mantê-los.

Cada cidade tem sua história contada através de muitas formas. A arquitetura se responsabiliza por contar parte dessa história, que muitas vezes encontra-se esquecida e sujeita ao tempo, podendo ser perdida ao longo dos anos. Nesse sentido, requalificar o Mercado Municipal possibilitará inúmeras opções para toda essa região, não só isso também mostrará a toda população um importante período histórico da cidade, e Uberaba de fato precisa desse reconhecimento por parte dos seus residentes.

A partir do estudo e do entendimento do local em que o Mercado está inserido, foi se tornando necessário entender também a sociedade, visto isso, percebe-se que é de suma importância dominar assuntos que envolvam preservação para conseguir estabelecer uma identidade com o mesmo que também atenda a população reafirmando o uso dessa edificação

e viabilizando sua manutenção.

Contudo, requalificar o mercado e todo o seu entorno, envolvendo a Praça Manoel Terra proporcionará uma maior interação, importante destacar que essa interação já acontece, o objetivo é torná-la mais evidente ainda, e com isso, despertará a relação de pertencimento expresso pelo patrimônio.

### **1.3 OBJETIVOS**

#### **1.3.1 Objetivos gerais**

Elaborar um projeto de requalificação para o Mercado Municipal de Uberaba trazendo melhoria no uso do espaço e maior permanência e apropriação por parte da população com o intuito de atrair a sociedade uberabense e fazer com que ele contribua grandemente para a vitalidade do bairro de forma que este local seja visto como um símbolo de identidade e que atendam aos anseios tanto dos moradores residentes, quanto das pessoas frequentadoras dessa região.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Otimizar melhor o espaço onde se localiza o mercado;
- Diagnosticar aspectos positivos e negativos e perceber melhorias que devem ser feitas;
- Entender sobre a importância da preservação e como ela pode impactar positivamente na vida das pessoas.

### **1.4 Ética Aplicada ao Projeto**

A criação de um projeto arquitetônico e sua execução passa por diversos processos que devem ser respeitados. E para isso o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), determina algumas obrigações que devem ser cumpridas no exercício da função de um arquiteto e urbanista. O arquiteto e urbanista é um profissional inteiramente ligado ao bem-estar humano e ao meio ambiente, nesse sentido, defender o interesse público e respeitar as leis ligadas a profissão devem estar sempre em primeiro plano.

Além disso, deve proteger também o direito à arquitetura e urbanismo, as políticas urbanas e o desenvolvimento urbano promovendo inclusão social nas cidades, e solucionando problemas que se relacionam com: moradia, mobilidade, paisagem, memória arquitetônica e



identidade cultural, contribuindo para melhorar cada vez mais.

É fundamental que o arquiteto defenda o direito de críticas ligadas as artes, ciências, e técnicas de arquitetura, trazendo conhecimento e agregando para aprimoramento. É interessante e satisfatório saber que o CAU apresenta questões relacionadas ao patrimônio, não só isso, o documento retrata a importância de zelar pela conservação e preservação desses bens de cunho público e comenta também sobre como podemos nos posicionar a respeito da valorização do patrimônio histórico artístico nacional, estadual, municipal, ou de reconhecido interesse social.

## **2. CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

### **2.1 História da Conservação Patrimonial**

O termo monumento vem acompanhado da permanência de valores, além do mais, evidencia também o reconhecimento daqueles que construíram visando principalmente o acesso das gerações futuras.

Na Idade Média, as edificações preservadas eram aquelas que ainda se encontravam em uso. As que não detinham uma função eram abandonadas (ficando sujeitas à ação do tempo) ou destruídas para obtenção de materiais de construção. Cada local tinha sua maneira de se relacionar com o seu passado, e isso gerava questionamentos no que diz respeito a vínculos.

Por volta do século XV, a partir da renascença, ocorria apreciação e preservação de edificações antigas porém esse afeto ainda era distante. Por haver pouco conhecimento do valor estético e histórico de tais edificações, é que surgiu a necessidade da criação de um movimento que pudesse enaltecer a importância da preservação desses bens.

Leon Batista Alberti entra como um importante ator em meio a este cenário, ele traçou considerações acerca da importância da preservação das obras de seus antecessores. Porém, mesmo mostrando defender a valoração dessas edificações e a sua conseqüente preservação, na realidade aquelas continuavam a ser destruídas para obtenção de material de construção ou para qualquer outra coisa. A respeito das intervenções, aparentemente acontecia uma espécie de modernização que consistia basicamente numa breve atualização de elementos pré-existentes ou meramente ocorria a substituição de elementos por outros que coincidissem mais.

A partir do século XVIII aprofundou-se o estudo das construções do passado. Esse estudo teve como base o projeto de ampliação dos iluministas, e então, tanto o conceito de monumento histórico, quanto a consagração da história e da arqueologia, faziam uma certa delimitação com a ideia de separação do passado e do presente, esses são alguns marcos do

chamado período iluminista.

O interesse pelas construções antigas teve destaque juntamente com as transformações que a Europa passou no século XVIII (Revolução Industrial, Iluminismo e Revolução Francesa), com isso, despertou-se um sentimento de proteção a edifícios e ambientes históricos em várias partes dos estados europeus.

No início do século XIX, surgem duas figuras na França e na Inglaterra, Viollet-le-Duc e John Ruskin, e estes estimulam assuntos sobre a preservação num período em que a arquitetura gótica passa a adquirir importância para várias nações européias. Esses personagens defendiam a arquitetura gótica e os monumentos nacionais, mas faziam isso de maneiras peculiares e distintas.

Nesse sentido, até a metade do século XIX, Viollet-le-Duc e Ruskin eram as principais figuras responsáveis pela restauração. Por volta das décadas de 1870/1880, novas discussões surgem a respeito dos monumentos e nesse momento as correntes “restauro histórico” e “restauro moderno” aparecem com duas figuras de grande destaque e importância: Luca Beltrami e Camillo Boito.

A partir daí inicia-se uma nova maneira de tratar os monumentos históricos, e com isso a intervenção aparece e é entendida como um ato cultural, já não mais como uma consequência de razões relativas ao seu uso. Evitava-se ao máximo fazer restaurações, mas caso se fizesse necessário intervir em algum bem, esta deveria ser seguida por documentação, levantamentos e diversas condições.

As técnicas de conservação presentes na Carta de Atenas de 1931 surge como uma afirmação da idéia de que cada caso é um caso, logo, não deve ser tratada de maneira comum e sim de formas específicas. Com isso, para o restauro dos monumentos da Antiguidade era recomendado o uso da anastilose, que consistia em um tipo de restauração onde as partes arruinadas se reagrupavam com a intenção de entender se era ou não necessário a utilização de novos materiais. E para edificações de outro período, a carta recomendava fazer estudos para detecção de problemas e então, a partir daí conseguia-se definir qual caminho seguir, respeitando, claro, a matéria original.

Houve também a Carta de Atenas de 1933, que tratava de conflitos acontecidos a partir do século XX, o qual abordava sobre modernização e conservação.

A partir daí, diferente do que acontecia anteriormente no século XX, a vanguarda arquitetônica se desvincula dos preservacionistas. Os preservacionistas eram aqueles que defendiam a preservação dos edifícios, objetos ou locais desde que esses fossem significativos em questão de memória.

Com isso, o século XX passa a ser um período de profundas mudanças na sociedade, onde os valores novos e antigos conviviam até que os primeiros se sobrepusessem aos últimos. Riegl foi um estudioso que surgiu apresentando dois valores referentes aos monumentos, são eles o valor de uso prático e o valor de arte. Ele acreditava fortemente que o valor da Antiguidade conseguia se sobrepor naturalmente ao valor de novidade, porém, com o passar do tempo essa ideia foi totalmente contrariada, pois, isso acabou não ocorrendo mesmo entre aqueles mais cultivados.

O patrimônio histórico na sociedade contemporânea aparece então como uma coisa nova. Onera-se o patrimônio histórico com outras responsabilidades, não somente a de perpetuar uma memória, ele passa também a ter a obrigação de reafirmar o desejo humano de imortalidade e de perenidade.

Por conta da necessidade de tornar o restauro um ato científico, os séculos XIX e XX ficaram marcados por um período de diversas tentativas com o objetivo de disciplinar e limitar as ações de restauração. Visando este cenário, Cesare Brandi, outro nome de grande importância se destaca como um coordenador da restauração de inúmeras obras de arte que haviam sido destruídas. Em meio a todo este contexto caracterizado como pós-guerra, o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos criam um documento chamado Carta de Veneza. Essa carta vinha para afirmar que a ação de intervenção deve sempre ser seguida por um juízo crítico de valor.

O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto (CARTA DE VENEZA 1964, p. 94).

Logo, a ampliação para o entorno da edificação surge como um meio de garantir sua adequada conservação física e seu entendimento como obra de arte. Importante destacar que essa preocupação se estende para além dos grandes monumentos histórico-artísticos.

Por fim, quando o assunto é preservação dos monumentos históricos, é necessário considerar as diversas questões envolvidas que inclusive podem ser um tanto complexas, e essas questões podem estar ligadas tanto às motivações de se preservar, quanto aos métodos que são utilizados para isso, priorizando sempre garantir a permanência dos bens patrimoniais às gerações posteriores.

## 2.2 História da Conservação Patrimonial no Brasil

A história da conservação começa a ser debatida no Brasil na década de 1930 através da criação do decreto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), onde seu principal objetivo era zelar pelo patrimônio nacional. Em 1889, com o advento da República, surge um tema entre os intelectuais do patrimônio que termina sendo uma questão de urgência, esse tema denomina-se nacionalidade.

O tema nacionalidade ou identidade nacional que passa agora a ser discutido, permanece entre os modernistas durante um evento que teve grande influência em 1922, a chamada Semana de Arte Moderna. Esse acontecimento ocorreu em São Paulo, como já citado, no ano de 1922, e surge como uma opção para atualizar o Brasil em relação aos diversos movimentos artísticos que estavam ocorrendo lá fora e que o Brasil não tinha conhecimento. Não só isso, a Semana de Arte Moderna também chega para apoiar na busca das raízes nacionais onde sua maior preocupação era a de valorizar o que o país já possuía. Essa, foi a primeira parte do modernismo, houve também uma segunda etapa por volta de 1924 em diante, e aqui, eles deram mais destaque na cultura nacional.

Os estudos do passado para os modernistas serviam como orientações. Para eles, essas orientações poderiam de alguma forma os auxiliar no presente e serviria como uma grande base para o futuro. É uma ideologia muito interessante que após algum tempo passou a ser incorporada pelo regime getulista, e esse agrupamento permitiu a participação direta dos modernistas no poder público federal. A entrada deles ocorreu com a nomeação de Gustavo Capanema que entra como Ministro da Educação e Saúde Pública, isso em 1934. Assim, Gustavo Capanema convoca outras figuras para fazer parte de sua equipe, entre elas: Carlos Drummond de Andrade, que recebe o cargo de chefe de gabinete, Lúcio Costa e equipe ficando responsável pela elaboração do projeto para sede do Ministério da Educação e Saúde (MES), e Mário de Andrade para desenvolver o anteprojeto de criação do Patrimônio Nacional.

Em 1923, José Mariano Filho começa a trabalhar, e juntamente com o deputado Luiz Cedro conquistam o projeto de lei e institui a Inspetoria dos Monumentos Históricos. Com isso, em 1924, outro deputado chamado Augusto de Lima apresenta um projeto que consistia na proibição da saída de obras de arte do Brasil. Esse assunto gerou polêmica fazendo-se necessário a criação de uma comissão que tratasse do assunto. Essa comissão, que acontecia no estado de Minas Gerais tinha a participação de Jair Lins, jurista um tanto influente, que auxiliou na elaboração de um projeto de lei de 1925. A primeira lei federal que se referia completamente a questão do patrimônio só foi vista em 1933, importante destacar que esta, consagra a cidade

de Ouro Preto como Monumento Nacional.

Todos os projetos de lei que haviam sido criados nesse período desde 1920 foram barradas por questões ligadas ao direito de propriedade.

Promulgada em 16 de julho de 1934, a Constituição Federal instituiu a função social da propriedade como princípio constitucional. O artigo 133, inciso 17, garantiu o direito de propriedade, mas estabeleceu que este não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar (ANDRADE APUD REIS E CUNHA 2005, p. 55).

Mesmo com essa proteção assinada por Getúlio Vargas, inúmeras dificuldades foram enfrentadas. O SPHAN entra nesse período e os seus primeiros anos de trabalho ficam marcados por uma grande luta em busca das condições necessárias para efetivar a atuação do órgão no país.

Por conta dessa relação que existia entre um Estado centralizador e um órgão que tinha como objetivo comprometer-se com a renovação da sociedade, muitas perguntas foram surgindo e elas giravam em torno do papel que era atribuído a esse órgão e sobre os intelectuais, o que eles esperavam quando se colocaram a disposição de estar ali e que tipo de ação toda essa situação gerou em relação a preservação de bens no país.

Dessa forma, o estado responsável por cuidar da identidade cultural brasileira, enfrentando esse contexto de poder centralizador recorre ao grupo de intelectuais para conseguir a unidade orgânica da nação. Porém, mesmo o patrimônio sendo considerado uma autarquia, a ação mais severa por parte do governo foi vinculada a educação o que era alvo de planos de reestruturação e estratégias. Isso, acabou dando ao SPHAN autonomia no que diz respeito ao discurso oficial. Essa autonomia adquirida por eles se deu pelo desinteresse que o governo oferecia ao órgão.

Lúcio Costa, nesse período era diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, tendo preenchido esse cargo entre os anos de 1937 até 1972. Estando nesse poder, ele fornece elementos cruciais para a compreensão de algumas características do momento fundador do Patrimônio Nacional, e então, ele mostra as opções que se relacionam com o tombamento e à restauração, importante destacar que estas eram práticas do SPHAN.

Os arquitetos envolvidos com o patrimônio tinham relação com o CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Ao que se refere as artes, os modernistas deram ênfase as vanguardas europeias conseguindo assim reatualizar a cultura do país. Enquanto ao

patrimônio, o tratamento dado a ele pelo olhar do SPHAN deveria se voltar para antes do século XIX, desprezando totalmente a restauração que até então era considerada uma disciplina.

As décadas de 1960 e 1970 são sinalizadas pelo surgimento de críticas sobre os princípios do modernismo e as instituições que estavam ligadas a ele. Houve também muitas acusações dirigidas ao SPHAN, porém nenhuma delas foram comprovadas.

O fim do Estado Novo e o governo de Vargas, já em 1945 parecia não afetar o patrimônio nacional, porém, nas décadas de 1950 e 1960 aconteceram transformações que foram de grande efeito na atuação preservacionista, e isso decorreu da intensa industrialização e do processo de crescimento das cidades onde toda a sociedade passa a fazer associações entre progresso nacional e modernização. A partir daí surgem as Normas de Quito, essas normas reuniam assuntos sobre conservação e utilização de monumentos de interesse histórico e artístico e foi originada em Quito pela Organização dos Estados Americanos por volta de 1967. O que levou o surgimento dessa norma foi a necessidade da conciliação entre valor cultural e valor econômico, com a ideia de mostrar que esses conceitos jamais deveriam ser excluídos. Esse documento também prevê o uso dos monumentos histórico-artísticos a cargo do desenvolvimento econômico-social, além disso, ele propõe uma aliança entre as políticas de planejamento urbano e preservação contando com a necessidade de conciliar medidas de salvaguarda dos valores ambientais com o progresso urbano.

Logo depois, em 1970 surge o Compromisso de Brasília e em seguida (1971) o Compromisso de Salvador. Ambos os documentos abordam sobre o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), o qual tinha como principal objetivo fornecer suporte a exploração turística das cidades históricas e seus monumentos.

Por volta da década de 1970, surge o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Ele era formado por professores de diferentes Universidades de Brasília e tinha como objetivo criar um banco de dados sobre a cultura brasileira visando a produção cultural.

Contudo, a ideia de patrimônio histórico e artístico que estava vigente no conjunto de ideias do patrimônio brasileiro é substituído pela noção de bem cultural. Aqui, a questão da nacionalidade e da identidade nacional ainda gera discussões sobre a cultura e o patrimônio, portanto a nacionalidade passa a manifestar-se sem vínculo algum com a ideia de registro da nação.

Outra inquietação apresentada era a respeito da capacidade dessas manifestações culturais e se elas realmente geravam valor econômico, além disso, tinha-se em mente que isso deveria de alguma forma apresentar alternativas ao desenvolvimento brasileiro, além do mais, essa prática deveria garantir a emancipação política, econômica e cultural do país.

O IPHAN, em 1979 acaba sendo transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), onde é reunido em uma única instituição junto com o PCH e o CNRC. Essa associação do CNRC ao IPHAN e com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória tinha um único objetivo claro e específico: dar novos contornos à prática patrimonial. A partir daí começa a ocorrer mudanças e o patrimônio passa a abranger uma variedade maior de bens, e o que se esperava era que ele desse conta da grande diversidade cultural e social brasileira. Na teoria, tudo pareceu estar certo, mas na prática, essa ampliação do conceito de patrimônio histórico se torna um problema, pois o tombamento, de acordo com as imposições legais, não parecia adequado para proteção de bens imateriais.

Essa luta permanece durante as décadas de 1980 e 1990, e ela se apresenta quando a demanda por tombamentos começa a aumentar, e isso partiu de grupos sociais que possuíam vínculos com às minorias étnicas ou sociais, e eles enxergavam nessa prática de tombamento o reconhecimento de sua história como parte da história da nação.

Para que houvesse esse tombamento esse grupo de minorias dependia da atuação do corpo técnico dos órgãos do patrimônio, e embora o tombamento em âmbito federal continuasse sendo o de maior valor, o papel dos órgãos municipais era de atender essa minoria já que determinar a representatividade de um bem para a nação, é algo mais complexo.

Resumidamente, nota-se que a atuação do SPHAN/IPHAN foram marcadas por um cenário caótico repleto de muitas dificuldades e desafios, importante destacar que os órgãos estaduais e municipais de preservação também sofreram com toda essa situação.

Todavia, a preservação deve ser pensada como um trabalho que vise reconstruir o passado, mas para isso é necessário que todos os órgãos, sejam eles públicos ou municipais estejam dispostos a se juntarem e encontrarem um meio para trabalhar juntos em prol do benefício da sociedade atual e gerações futuras.

### **2.3 O que Significa Patrimônio Histórico e sua Importância**

A palavra patrimônio nos encaminha ao acúmulo de bens em herança que seguem na mesma família. Patrimônio histórico convir a todos os bens destinados ao usufruto da comunidade, construído pelos acúmulos de diversidades de objetivos que se unem pelo passado em comum.

Segundo Lemos (ano 1987), no período pós-revolução da França o patrimônio histórico era composto apenas por três tipos de monumentos: castelos, bens remanescentes da antiguidade, e edifícios religiosos. Só após a Segunda Guerra Mundial foram integrados novos

elementos como: arquitetura menor, edifícios individuais, arquitetura vernacular e industrial, aglomerações de edifícios, casas, bairros e aldeias. Importantes considerações do patrimônio cultural reconheceram a necessidade de resguardar os bens patrimoniais representativos de cada cultura, dividindo o patrimônio em três categorias:

- Na primeira categoria ficam os elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente.
- A segunda categoria são os elementos não concretos do patrimônio. Essa categoria refere-se ao conhecimento de técnicas, ao saber, e ao saber fazer, ela compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no meio ambiente.
- A terceira é a mais importante, reúnem os chamados “bens culturais” que englobam todos os elementos, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do conhecimento.

A diversidade do tema patrimônio, toda sua dimensão definida como material e imaterial, onde os artefatos também tem uma “vida útil” e o seu tempo de uso pode variar especialmente, uma comida é um artefato de consumo imediato, existem outros artefatos, no entanto como uma vida mais demorada e o uso prolongado podendo até ter usos diversificados. Existem também importantes e históricos exemplos de construções que tiveram seus usos originais substituídos, embora a função abrigo continuasse sendo exercida.

O programa e as sucessivas alterações nos usos e costumes também exigem modificações nos artefatos de usos prolongados, como nas casas de morada, por exemplo, acompanhando as adaptações que ocorrem ao longo do tempo numa velha residência urbana, as novas facilidades, onde cada família sucessiva que habita vai deixando sua marca.

Nas sociedades primitivas, em seu território confinado, as casas são iguais entre si, todas decorrentes do mesmos materiais de construção e a mesma tecnologia, formando o que chamamos de arquitetura vernacular. Com os tempos modernos, os trabalhos deixaram de ser feitos á mão, a indústria acelerou a sua produção em série e com as máquinas, os variados patrimônios culturais de diversos lugares tendem a uma uniformização.

O patrimônio cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentemente alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse.

Essa questão de memória social, tão dependente da preservação sistemática de segmentos do patrimônio cultural, tem sido tratada com seriedade somente agora nos tempos



recentes, a partir dos primeiros movimentos europeus da segunda metade do século XIX.

#### **2.4 Patrimônio Cultural, Patrimônio Histórico, Patrimônio Arquitetônico**

De modo geral, o conceito de patrimônio se refere a uma herança que conta a história de um povo em comum, ou seja, são elementos herdados do passado ou criados até mesmo no presente podendo ser mantido na memória para que as gerações futuras possam ter total conhecimento.

O Patrimônio Cultural diz respeito a um país, cidade ou nação. Ele é caracterizado como um grande conjunto de bens, que podem ser artefatos, tradições, religiões, manifestações, festas, objetos, ou qualquer outro coisa que ao longo dos anos tenha adquirido importância cultural e histórica para determinada região, e que de alguma forma expressem um período de muita importância para a sociedade.

O Patrimônio Histórico é constituído por um conjunto de bens que narram a história de uma geração, e que possui significado e importância artística, cultural e religiosa. Ele, diferente do patrimônio cultural, é formado por imóveis, objetos, utensílios, documentos, entre outros. Se trata basicamente de bases que servem como explicativos do que se passou na sociedade em momentos específicos, sendo assim, são fundamentais para o crescimento da sociedade seu patrimônio histórico, de forma a fazer parte da vida das pessoas.

Já o Patrimônio Arquitetônico apesar de muitos acreditarem, não é formado apenas por grandes monumentos mas sim pelo conjunto por inteiro de todas as edificações antigas que fazem parte da herança histórica das cidades e que exprimem pelo seu estilo a época e as técnicas construtivas utilizadas.

#### **2.5 Reabilitação, Requalificação, Restauração, Retrofit**

As cartas patrimoniais exibem o aperfeiçoamento do raciocínio e oferecem orientações gerais que devem ser usadas como formas para justificar ações e orientar, com o objetivo de serem praticadas nos processos e salvaguardar o patrimônio histórico.

A reabilitação tem a função de recuperar uma construção melhorando seu desempenho e fazendo novas adaptações ao uso que ele tinha anteriormente. Reabilitar é também aperfeiçoar as condições principalmente dos ambientes internos, propondo então total harmonia entre preservação das características históricas do edifício, e ao novo uso ao qual foi lhe atribuído.

Requalificar é sinônimo de inovar. Quando um espaço é requalificado, muitas vezes quer dizer que ele é atribuído a um novo uso, isso significa que agora o edifício passará a exercer

uma função a qual nunca foi lhe atribuída antes. Esse é um ótimo instrumento quando o assunto é mudar a qualidade de vida de um lugar, pois é uma alternativa quando o que se deseja é promover a construção e recuperação de áreas visando valorizar o espaço arquitetônico.

A restauração tem como objetivo principal preservar a obra arquitetônica para os problemas que nela são observados. Não só isso, restaurar também está totalmente ligado ao entendimento das mais variadas questões importantes relacionadas à aquele edifício, sua função, sua história, vocação, entre outros. Faz-se necessário analisar seus aspectos construtivos, a relação dele com a comunidade, e ainda há uma infinidade de coisas que devem ser levadas em conta. Restaurar, de forma resumida, é alterar sem que haja interferência na concepção original, respeitando contudo todos os aspectos documentais. Importante salientar que o projeto de restauro parte de uma análise do bem histórico, buscando como dito anteriormente, respeitar fielmente sua integridade, tanto histórica quanto estética.

O Retrofit é uma tendência que nasceu originalmente na Europa. O conceito dela é entender a revitalização de edifícios, preservando seus aspectos originais para assim adequar as exigências e padrões atuais. Essa técnica passou a ser usada de forma mais intensa em edifícios que precisavam de melhorias e conforto. Em resumo, a utilização dessa técnica resulta na renovação completa da edificação, nesse processo, é essencial realizar estudos para investigar sua viabilidade, visto que sua intenção também é manter as características originais do edifício.

## **2.6 Órgãos que Protegem o Patrimônio Histórico**

### **2.6.1 Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)**

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela lei nº 378, no governo Getúlio Vargas, com o objetivo de realizar um trabalho permanente que documenta, protege e promove o patrimônio cultural brasileiro.

O IPHAN é uma autonomia federal com vínculo ao Ministério da Cultura, e tem a responsabilidade de preservar a diversidade das contribuições dos vários elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Isto acarreta ao instituto, preservar divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, assegurando a permanência e a fruição de tais bens para as gerações atuais e as existentes no futuro.

Foi declarado no dia 30 de novembro de 1937, o Decreto Lei nº 25, que objetiva a “proteção do patrimônio histórico nacional”. A lei foi elaborada por Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema, o ministro da educação e saúde naquele dado momento, que

enxergava uma necessidade enorme de se fazer algo para defender esses bens.

A administração desse patrimônio é realizada por conduta, planos e instrumentos de preservação e relatórios, os quais informam a situação dos bens, o que está sendo realizado e o que precisa que seja feito, buscando executar projetos com o intuito de buscar financiamento e parceria para apoiar na aplicação das ações planejadas.

### **2.6.2 Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico de Minas Gerais (IEPHA)**

O IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais foi fundado pelo Governo do Estado em 30 de setembro de 1971. É uma criação sem fim lucrativo algum, que tem vínculo com a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Conforme a lei decretada nº 149, de 2007, o IEPHA/MG tem como responsabilidade olhar as medidas do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), da mesma maneira que deve orientar os processos de dever do referido conselho.

O instituto tem como objetivo apurar, guardar e ajudar o patrimônio cultural, histórico, natural e científico, proveniente de material ou não, de ganho a preservação no Estado de Minas Gerais, respeitando a legislação estadual que dispõe sobre o caso.

A atuação do IEPHA se expande aos bens móveis e imóveis, e também aos integrados, aos sítios arqueológicos e paisagísticos e aos bens de derivação imaterial ou intangível, de interesse de preservação espalhado pelos municípios, distritos e localidades de Minas Gerais. Ele atua de forma normativa e se dispõe para executar diretamente ou supervisionar e fiscalizar intervenções. E ainda, da assessoria a prefeituras dos municípios e comunidades, ajudando na preservação e na divulgação do patrimônio cultural mineiro.

### **2.6.3 Conselho do Patrimônio Histórico Artístico de Uberaba (CONPHAU)**

O Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (CONPHAU), é um órgão municipal autárquico em suas deliberações e atividades. Ele tem a responsabilidade de guardar, regularizar, supervisionar, aconselhar, civilizar e arquitetar as ações que tem relação com os bens culturais de qualquer espécie. Sendo constituído por onze conselheiros efetivos e quatro suplentes apontados pelo Governo Municipal e escolhidos pela sociedade civil. O prefeito municipal nomeia a equipe técnica, que é composta por historiadores, arquitetos e estagiários com conhecimento na área de preservação de bens culturais, e essa, presta apoio técnico ao conselho.

## 2.7 Tombamento e Preservação de Bens Culturais

A palavra tombamento originou-se do verbo tomar, que significa registrar, inventariar. Anteriormente, esse inventário era escrito em um livro próprio que permanecia guardado em Portugal, mais especificamente numa torre que chamavam de Torre do Tombo, que se localizava em Lisboa. Enquanto ao Direito brasileiro, essa prática passou a ser utilizada para compor os bens registrados e protegidos pelo poder público. Nesse sentido, entende-se tombamento como um dispositivo legal que o poder público federal, estadual e municipal disponibilizou como uma forma de assegurar e preservar a memória nacional. Ele também pode ser interpretado como um ato administrativo que tem como objetivo proteger através de leis específicas, seja para valor histórico, cultural, ou arquitetônico, impedindo que esses bens sejam destruídos.

Existem diversas maneiras de proteção, porém a de maior destaque e também a mais utilizada é o tombamento. Muitos órgãos atuam em prol desse exercício, inclusive o IPHAN. Esse órgão atua de acordo com o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, preservando e ampliando os bens culturais e materiais. O IPHAN, como temos conhecimento, atua em âmbito federal, e ele nos deixa claro que tombamento abrange uma gama enorme de bens, podendo ser materiais, móveis e imóveis.

Enquanto ao processo de funcionamento dessa atividade, acontece o seguinte: quando o tombamento é realizado, as obras jamais poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, e sobre restaurações, também é proibido, desde que tenha autorização de órgãos competentes. A partir daí, eles ficam sob o cuidado do IPHAN que pode sempre que necessário fiscalizá-los.

Como citado, o tombamento pode ser aplicado em diferentes bens, por conta da complexidade e da variação deles, faz-se necessário uma citação mais específica. Os bens que entram nesse direito são: os bens móveis, que englobam as coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, entre outros, e os bens imóveis, que abrangem edificações, sítios arqueológicos, paisagísticos, e os núcleos urbanos. De maneira geral, pode ser aplicado em qualquer bem de interesse cultural e ambiental, de diferentes escalas, a única exigência é que este seja referente a um Município.

## 2.8 Relação dos Bens Tombados no Município de Uberaba

**Designação:** Igreja Santa Rita (Museu de Arte Sacra de Uberaba e do Brasil Central)

**Endereço:** Praça Manoel Terra

**Figura 01** – Igreja de Santa Rita

Fonte: Triângulo Mineiro

Construída em Uberaba por volta de 1854, a Igreja de Santa Rita foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1939. Seu acervo é rico em peças barrocas e conta a história da igreja católica na região. Desde o seu surgimento, a igreja se tornou um ponto obrigatório, além do mais, ela serve de inspiração para fotografos, poetas, pintores... O edifício passou por algumas reformas, sendo a instalação de uma cerca ao redor da igreja a maior e melhor delas.

**Designação:** Paço Municipal “Major Eustáquio”

**Endereço:** Praça Rui Barbosa, nº 02 – Centro

Um dos prédios públicos mais antigos de Uberaba, foi construído em 1836 e é onde se passa os cenários políticos do Município. É uma construção de estilo colonial que com o passar do tempo foi adquirindo traços ecléticos. Passou por inúmeras reformas, porém suas características e proporções foram todas resguardadas.

**Figura 02** – Paço Municipal Major Eustáquio



Fonte: I Patrimônio

**Figura 03** – Museu de Arte Decorativa



Fonte: Uberaba.Mg

**Designação:** Museu de Arte Decorativa (MADA)

**Endereço:** Vila dos Eucaliptos Residencial Dr. Abel Rei

Instalado na Casa José Maria dos Reis, o Museu de Arte Decorativa conta com um acervo de mais de 100 peças dedicado à memória da casa, objetos, e costumes da família, com o objetivo de guardar elementos importantes do patrimônio cultural da cidade de Uberaba. O Mada é totalmente voltado para a cultura da família e faz uma abordagem de assuntos

relacionados ao cotidiano familiar entre eles arquitetura, mobiliário, artes plásticas, artes decorativas e utilitárias.

## 2.9 Origem dos Mercados

As atividades comerciais foram marcadas por altos e baixos ao longo de sua história. Enquanto as cidades, elas só começaram a se constituir quando o mercado começou a ganhar importância. Com a expansão dos centros urbanos, os mercados passaram a ser fontes de abastecimento para as cidades, além do mais, é importante destacar que eles foram responsáveis, igualmente as feiras livres, pela distribuição e comercialização em prol da população urbana, onde auxiliavam essencialmente os povos mais carentes.

Para que essas práticas comerciais pudessem acontecer era necessário um encontro de fluxos, bens materiais, mercadorias, e o principal: pessoas. No final dos anos 1970 muitos mercados começaram a aparecer, e esse acontecimento influenciou gradativamente a estruturação urbana. Entre as novas áreas comerciais, foram muitos os mercados que fecharam suas portas e existem outros que estão de pé até hoje, como por exemplo: Mercabarna, Sant Antoni, La Barcelona, La Concepció, Hostafrancs, entre outros. O primeiro mercado existente em Paris era conhecido como “Marché Palu” e em seguida, para o desenvolvimento da cidade, foi implantado no século XII um mercado ao ar livre, onde logo em seguida seria construído o Les Halles.

A evolução das atividades e formas comerciais adaptadas aos mercados ocorre a partir das técnicas e racionalidade da produção social em diferentes momentos. Vargas divide a história do comércio em três períodos: antes do século XIX – Bazar (Oriente Médio); Ágora (Grécia); Fórum (Itália), feiras e mercados. Século XIX – mercados cobertos, galerias comerciais e grandes lojas. Século XX – supermercado, hipermercado, shopping center. As características das primeiras formas comerciais são descritas como locais de troca de mercadoria e de opiniões com diferentes mercadorias e fluxos, porém com o passar do tempo a ágora passou a ser um espaço fechado.

Transformações sociais e espaciais foram impulsionadas devido ao sistema capitalista, assim a urbanização foi intensificada e a industrialização passou a produzir variações das mercadorias existentes. Sendo assim o comércio passa de espaço público para espaço privado, incorporando ferro e vidro às suas construções.

Nesse sentido, tornou-se costume ir ao mercado, e esse hábito, de estilo passa a ser agora um gênero de vida. O espaço onde ele está inserido se torna então mais versátil sendo

invadido por um momento novo da história onde a sociedade é submetida ao econômico e são influenciadas a vender com mais velocidade.

Há uma grande diferença em relação às datas da origem e desenvolvimento das cidades no Brasil, apesar disso existe semelhança quanto ao surgimento dos mercados em relação aos países do velho mundo. Entre os séculos XVIII e XIX surgiram vários núcleos urbanos, e conseqüente a isso surgiram os mercados no país. Muitos mercados foram criados a partir de feiras e após isso se tornaram construções devido às necessidades alimentícias do dia a dia, além da diversidade dos produtos encontrados nesses locais.

Hoje, os mercados são vistos como espaços tradicionais, porém são reconhecidos pela sua história e resistência.

### **3. MERCADO MUNICIPAL DE UBERABA**

Em 1882 surgia a primeira sede do Mercado Municipal de Uberaba. Sua primeira localidade foi no alto do rosário, na rua alegre, atual rua Dr. Lauro Borges. Ao longo de sua história se instalou provisoriamente em diversos lugares, e só então em 02 de agosto de 1924, sob a administração do agente executivo Geraldinho Rodrigues da Cunha, foi inaugurada sua sede definitiva.

Trata-se de uma construção na forma de um octógono de aproximadamente 53 metros de comprimento com uma largura por volta de 31 metros, totalizando uma área de 1.400m<sup>2</sup>. Após sua instalação definitiva, o edifício passou por uma centena de reformas onde foram feitas remodelações internas e externas além de ampliações e construções de equipamentos básicos. Sua última reforma aconteceu no ano de 2006 onde foram feitos apenas alguns reparos como por exemplo pintura interna e externa e uma readequação dos banheiros para deficientes físicos.

Sendo espaço de convivência e de negócios, o mercado municipal foi protegido pela Lei de tombamento nº 5.350 ratificada pelo decreto 1903, de 19/08/1999, instituído pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico de Uberaba (CONDEPHAU).

Por se tratar de Uberaba, uma cidade que se destaca por sua gastronomia diferenciada e completamente cobiçada, o mercado municipal contempla um estoque amplo e muito diversificado, o que atrai ainda mais consumidores da região.

Com o passar dos anos o mercado foi se tornando um marco turístico do Município, além disso, no entorno encontram-se outros prédios históricos de Uberaba, como a Igreja de Santa Rita, Prédio da Faculdade de Medicina e a antiga cadeia pública.

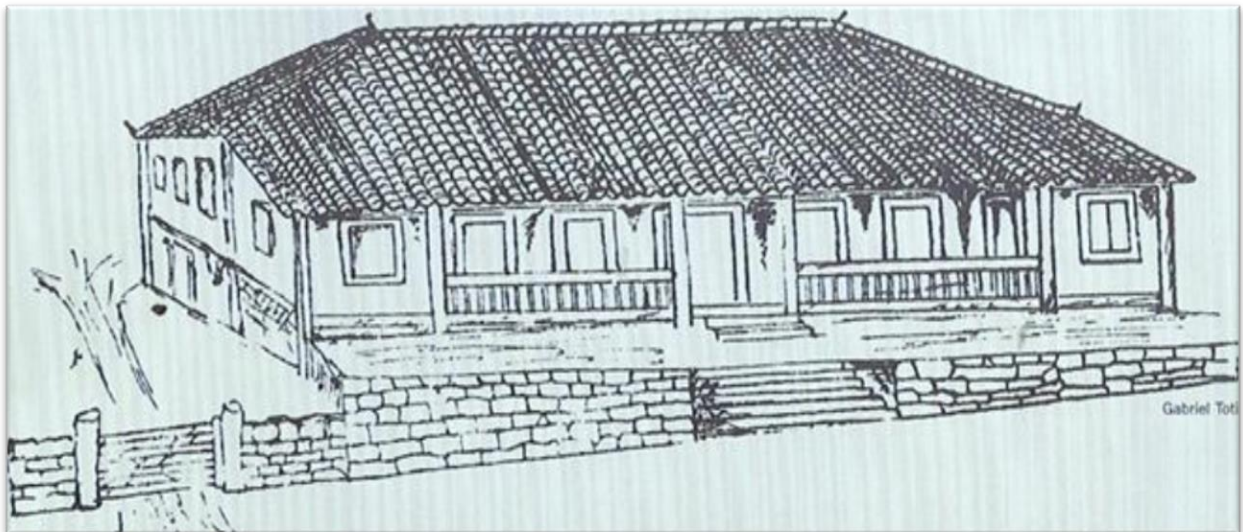


Sua história é marcada por fases que mostram um pouco da sua evolução desde os anos anteriores até seus dias atuais.

### **Primeira Fase do Mercado Municipal**

Surgia há 134 anos a primeira sede do Mercado Municipal de Uberaba. A cidade necessitava ter o seu mercado municipal. Até aquela época, o comércio era feito por meio de carros de bois, que vinham à cidade vender e levar mercadorias para a zona rural. O primeiro mercado teve lugar no Alto do Rosário, na Rua Alegre, atual Rua Dr. Lauro Borges, exatamente onde se ergueu o prédio do Fórum Melo Viana. Lá permaneceu pelo período de 30 anos, 1882 a 1912, tendo sido desativado pelas más condições de higiene, acesso e falta d'água, o que ocasionou, posteriormente, sua demolição.

**Figura 04** – Primeira sede do Mercado Municipal de Uberaba



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

### **Segunda Fase do Mercado Municipal**

A segunda fase do Mercado Municipal iniciou-se em 1912, quando ganhou sua instalação definitiva na Praça Manoel Terra. O Mercado estava situado onde hoje se encontra instalado o prédio comercial, na esquina da Praça Manoel Terra com a Rua Padre Jerônimo. Após a desativação desse prédio, Uberaba ficou sem um local para funcionamento do mercado.

Quatro anos mais tarde, em junho de 1922, a firma Salles Oliveira & Valle Ltda. Engenharia e Empreiteira situada em São Paulo, foi contratada pelo Município para a construção do Mercado.

### Terceira Fase do Mercado Municipal

Em 1924, foi inaugurada a sede definitiva do Mercado Municipal, no terreno vazio que existia em frente ao prédio da Penitenciária, onde hoje está instalada a sede da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). A construção, iniciada em 1923, foi executada pela construtora escolhida na época pelo governo regente. Segundo a publicação do Jornal Lavoura e Commercio do dia 7 de agosto de 1923, a construtora teria que atender alguns critérios, conforme descrito a seguir: o edifício deveria ter a forma de um octógono, deveria ter quatro grandes acessos, e seria dividido em seções, estas seriam dispostas da seguinte forma:

- 1° seção – açougues – 15 compartimentos
- 2° seção – cereais – 8 compartimentos
- 3° seção – animais vivos – 7 compartimentos
- 4° seção – laticínios – 14 compartimentos
- 5° seção – frutas – 8 compartimentos
- 6° seção – flores – 16 bancas
- 7° seção – verduras e legumes – 16 bancas

**Figura 05** – Mercado Municipal em 1924



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Era proibida a venda dentro do mercado de medicamentos ou substâncias venenosas e de gêneros inflamáveis, bebidas alcoólicas e foguetes ou fogos de artifícios. Com normas para “mercancia de gêneros”, proibia a venda de alimentos fora do mercado, pelas ruas da cidade, com exceção de leites, biscoitos, doces, dos gêneros que tivessem obtido permissão do

administrador do mercado, enquanto que a carne vendida fora do mercado só podia ser entregue nos açougues. Era proibido vender nas estradas, nos subúrbios e na cidade.

O mercado, a partir de 1925, recebeu várias reformas e reparos no telhado para evitar a entrada da água pluvial. O prédio encontrava-se em más condições de uso, sem iluminação e condições de higiene adequadas. Os espaços eram pequenos e unidos, com poucas acomodações para os produtos. Assim, foi feita uma reforma que teve início em 1936 e foi concluída em 1937. Um dos graves problemas que o mercado enfrentava era o abastecimento de água, feito através do arrendamento de mananciais.

**Figura 06** – Mercado Municipal em 1950



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Após alguns anos, o mercado sofreu algumas adequações nas partes internas e externas, como a construção de sanitários internamente. Com o aumento do fluxo na região, a Prefeitura teve que abrir ruas e mudar todo o sistema viário do centro da cidade. Na década de 80, houve a canalização do Córrego das Lajes, dando espaço para a criação de uma larga avenida asfaltada - a Av. Leopoldino de Oliveira.

Já em 1961, o edifício sofreu uma nova reforma em que foram realizados alguns serviços como instalação de rede direta de esgoto, substituição das telhas quebradas, limpeza geral do madeiramento do telhado, recolocação de vidros faltosos, colocação de azulejos nas instalações

sanitárias, pintura a cal nas paredes internas e externas da edificação, pintura a óleo nas vinte colunas e quatro portões e janelas de ferro e a manutenção das calçadas no exterior do prédio.

O edifício passou por outra grande intervenção e reforma, que teve início no ano de 1992 e concluída em 1993, sob a supervisão do Arquiteto Jorge Azôr. A reforma teve como proposta a total remodelação e organização interna dos boxes, com ampliação dos espaços de circulação, setorização dos boxes por tipo de produto, criação de um mezanino com estrutura metálica e ampliação das instalações sanitárias. O piso foi totalmente refeito, as telhas originais, tipo francesas, foram trocadas por telhas de cerâmica, tipo romanas, as esquadrias do lanternim de madeira foram substituídas por esquadrias de metal com venezianas de vidro para aumentar a iluminação interna, permanecendo a mesma dimensão e forma das antigas esquadrias. As alvenarias tiveram um tratamento com massa acrílica e pintura a base de PVC, na parte interna. Os boxes foram revestidos por pastilhas de vidro coloridas, formando mosaicos. Na intervenção também foi retirado o anexo feito em reformas antigas, que tinham acessos externos.

Essa intervenção foi de grande importância na modificação do espaço externo, sendo feita a retirada de vendedores ambulantes do entorno que exerciam atividades de comércio, enquanto os espaços laterais e na frente da edificação foram utilizados para estacionamento, facilitando o acesso ao mercado.

Em 2006, foi realizada a última reforma que consistiu na adequação dos banheiros para deficientes físicos, pintura interna e externa, bem como limpeza do piso interno.

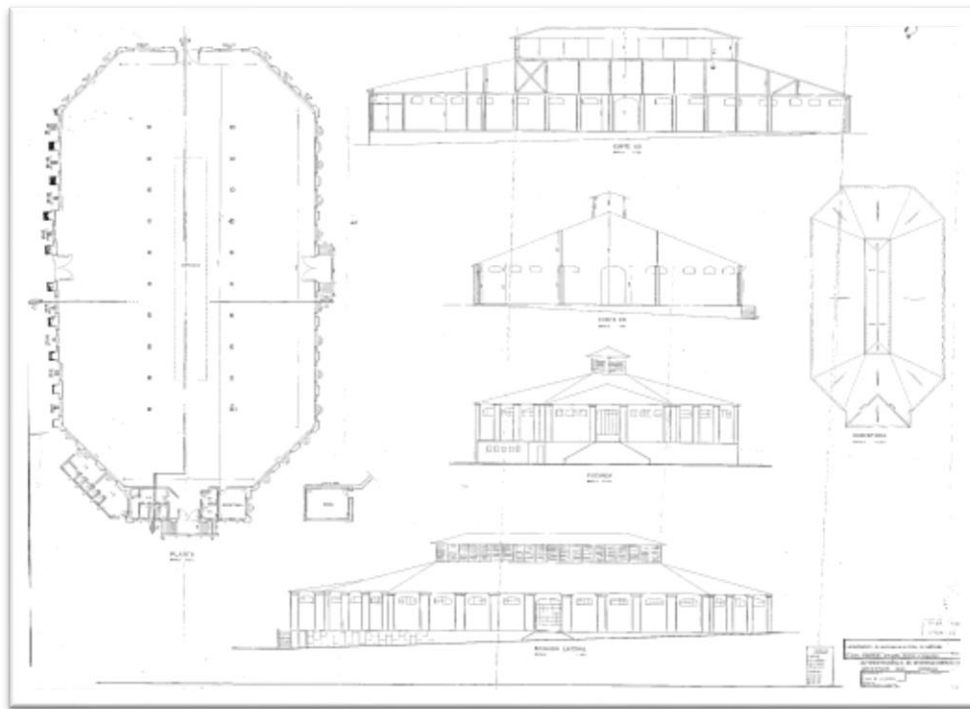
Quando o mercado fez 90 anos, haviam projetos sendo desenvolvidos na Prefeitura de Uberaba que visava uma nova reforma, esses projetos incluíam instalações elétricas, hidráulicas, incêndio, SPDA e climatização, além da modificação do layout do mezanino metálico e inserção dos banheiros e DML.

A função primeira dos mercados é de comercializar os produtos regionais, promover encontros entre as pessoas, eventos culturais e sociais acessíveis a todos, se transformando em um ponto turístico na cidade, um marco referencial. De acordo com Ana Luiza Libório:

Além do valor histórico das edificações destaca-se a importância socioeconômica dos mercados na cidade, os quais com o advento dos supermercados e lojas de conveniência passaram à categoria de pitorescos. Os mercados mostram a lama de uma cidade: o que ela produz, consome, comercializa e barganha. (LIBÓRIO, 2009, p. 240).

A requalificação tem como objetivo melhorar os aspectos arquitetônicos do Mercado Municipal de Uberaba, consequentemente, seus aspectos comerciais, criando possibilidades de acesso a toda população de Uberaba, permitindo que todas as pessoas, independente das condições sociais, possam frequentar o bem pertencente ao patrimônio histórico, revivendo a história e adquirindo conhecimento.

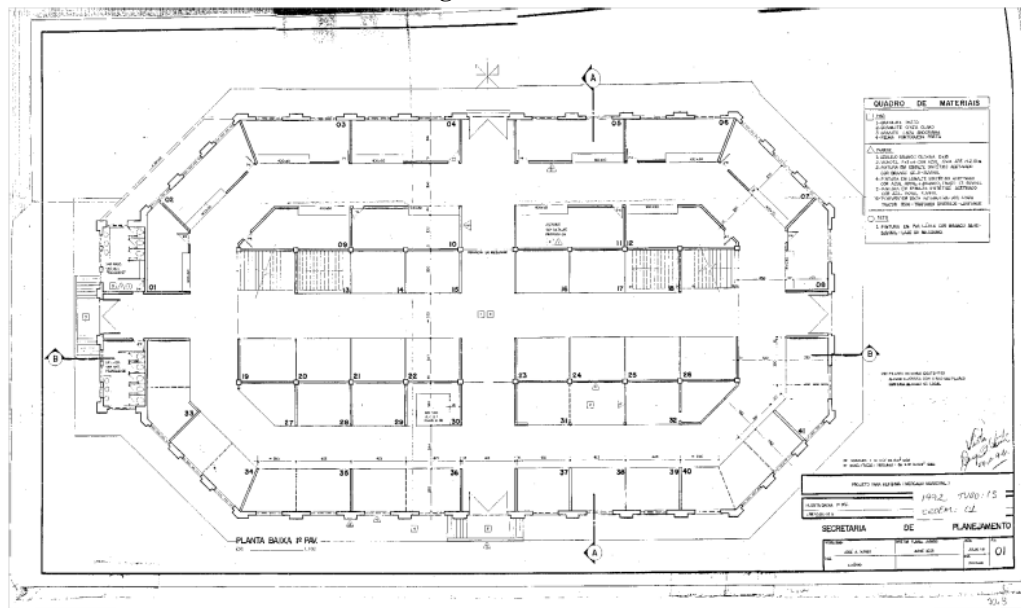
**Figura 07** –Desenhos originais do Mercado Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba

Com uma planta simples, o mercado municipal é todo formado por grandes seções separadas onde distribuem bem os produtos disponíveis. O espaço é amplo, porém apresenta falhas na circulação. A configuração proposta tinha o objetivo de manter um passeio fácil, porém, é notável falhas enquanto acessibilidade.

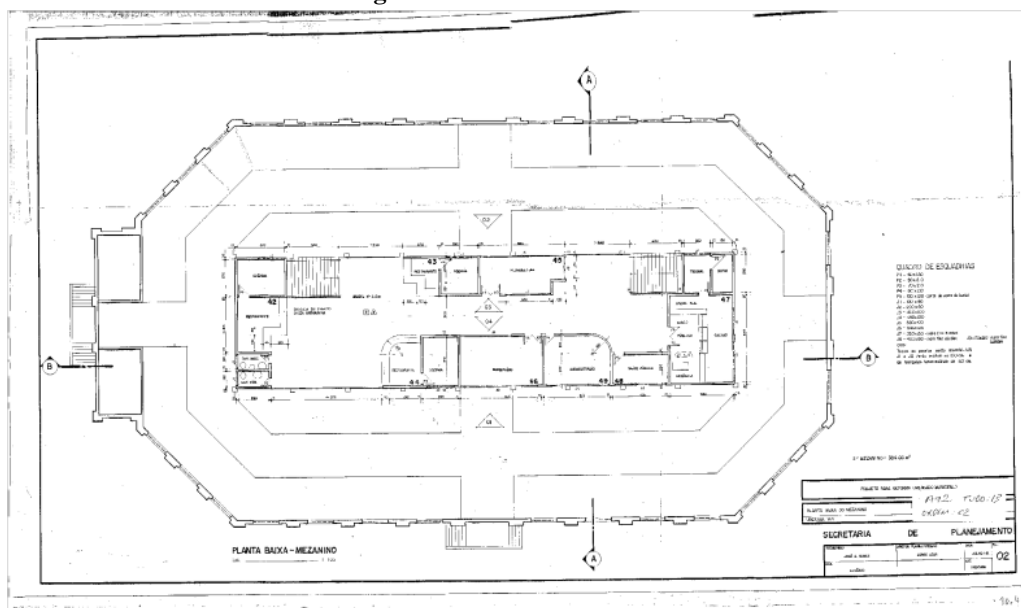
**Figura 08 – Planta do térreo**



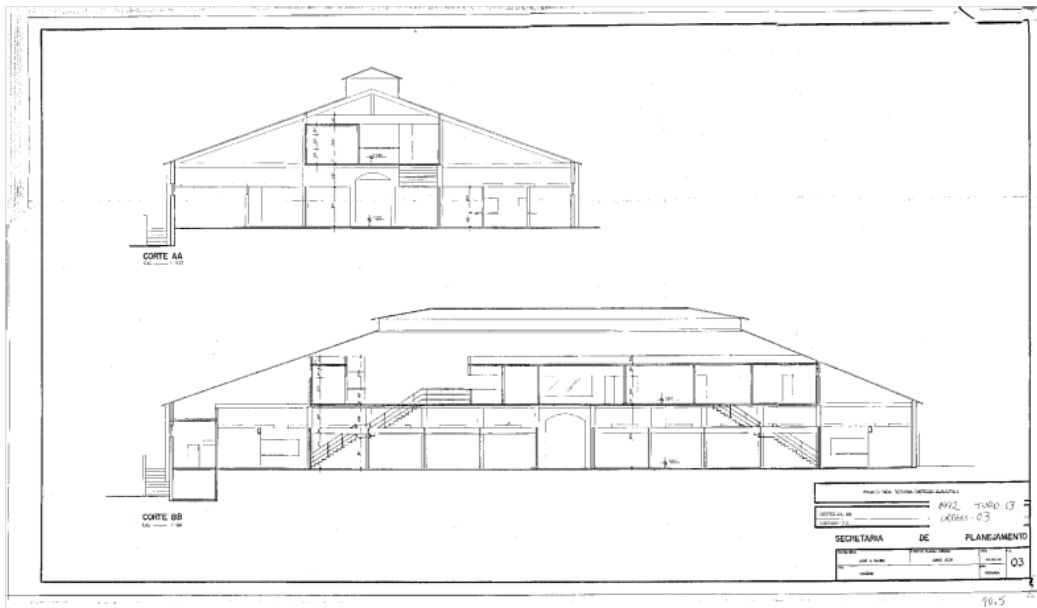
Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba

Possui amplas entradas de aproximadamente 3 metros em todas as fachadas e por todo o edifício é notado a consistência de janelas que podem variar entre 1 e 1,60 de largura, estas, fazem uma ronda por toda a edificação. Há também colunas, que assim como as janelas, também circundam todo ele. A largura, podem variar entre 0.60, 1 e 1.60 metros de largura.

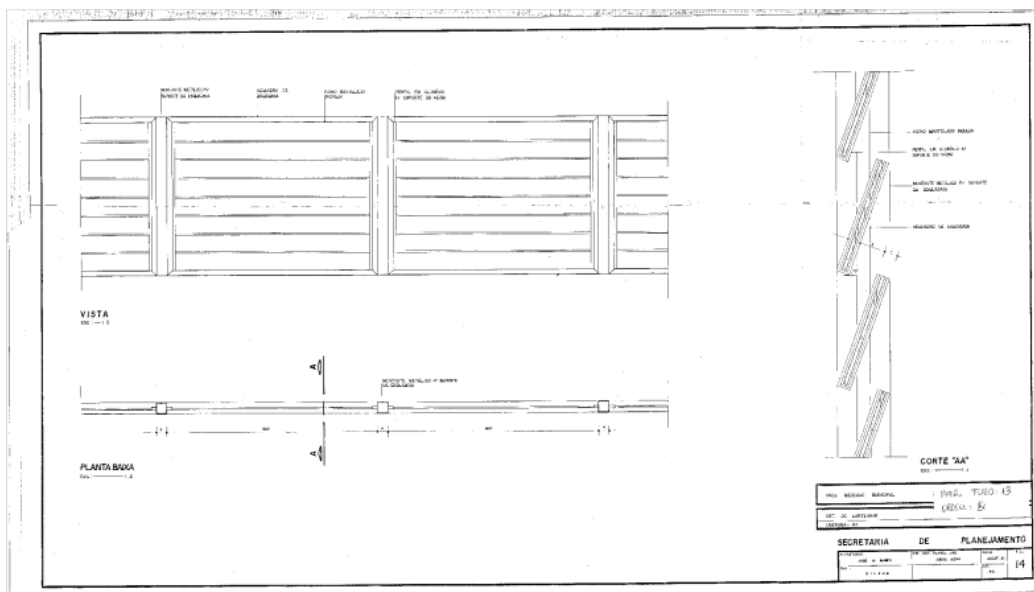
**Figura 09 – Planta do Mezanino**



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba

**Figura 10 – Corte AA e Corte BB**

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba

**Figura 11 –Lanternim (telhado)**

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba

Após as reformas no ano de 1933, as telhas francesas do projeto original foram substituídas por telhas romanas. Enquanto a sua estrutura física, na época o número total de boxes em seu interior era de 52. O número instalado de lojistas de acordo com um documento do arquivo público de Uberaba, os comerciantes que possuíam licença eram aproximadamente 40. O restante seria ocupado pela administração e pelo Instituto de economia solidária. Os artesãos também tinham o seu espaço no mercado, para eles eram disponibilizados cerca de 2 boxes.

**Figura 12** - Fachada frontal

Fonte: Autora

Nota-se na figura 12 que as colunas e as janelas citadas anteriormente possuem dimensões diferentes e são desenhadas com uma moldura que lembram muitos edifícios antigos que são citados na história da arquitetura. A entrada é demarcada por duas colunas semelhantes as dóricas, elemento clássico, que embora seja marcado por uma grande simplicidade, se entrelaça com o edifício tornando-o mais equilibrado, atrativo e simétrico.

**Figura 13**- Fachada posterior

Fonte: Autora



A entrada para portadores de necessidades especiais localiza-se na fachada posterior. Apesar de existir uma rampa que facilita a entrada do cadeirante ao mercado, a configuração interior é totalmente ao contrário. Além do mais, não há conhecimento nem comprovações de que a construção tenha se atentado a NBR 9050 que trata de acessibilidade.

**Figura 14** - Fachada lateral



Fonte: Autora

**Figura 15**- Fachada lateral



Fonte: Autora

Em Uberaba, muitos documentos falam sobre como acontecia o sistema de chegada de mercadorias. Geralmente eram feitas na Rua Direita, próximo a um rancho e ali eram armazenadas as mercadorias. O mercado municipal ganhou uma sede em 1882, porém por conta da precariedade ele precisou ser fechado, só então no ano de 1924 é que foi inaugurada a sede definitiva.

Anterior a tudo isso, quando a cidade era resumida ao centro e aos bairros do entorno, o mercado municipal era o principal centro de abastecimento local.

Os chacareiros e carroceiros eram as principais figuras ativas, eles forneciam ao mercado produtos frescos que eram produzidos ali mesmo no entorno, além do mais, podia-se encontrar frutas exóticas, peixes, doces e queijos. Muitas famílias recorriam a esse espaço pra comprar alimentos frescos e especiarias, isso o marcou significativamente e ele ficou conhecido como o “Mercadão”.

Por volta dos anos 1960 e 1970 a cidade começou a crescer muito intensamente, com isso foram surgindo novos centros de abastecimento que eram mais distantes do centro e foi então adotado um novo hábito e estilo de vida, logo isso contribuiu para que o mercado fosse visto como algo ultrapassado. Com isso o edifício foi decaindo e passou a atender de forma precária seus clientes.

Em 1990 outra reforma foi feita, nessa, o objetivo era modernizar sua estrutura sem alterar as relações existentes entre frequentadores e comerciantes. Atualmente o mercado ainda é produto de muito debate, onde é cogitado a construção de um novo espaço, mas sabemos que não se trata somente disso, o que garante sua permanência e o sucesso dessa forma de comércio é o lugar, pois ele é repleto de valores históricos indiscutíveis.

Mesmo com todas as reformas feitas ao longo dos anos, ainda é notável a necessidade de mais, as calçadas de acesso a ele precisam de reajustes, o estacionamento e o seu entorno ainda é caótico. Enquanto ao interior, permanece mal iluminado e a pintura já um pouco danificada, há necessidade de mais boxes e um melhor aproveitamento do espaço. Hoje ele é dividido de forma eficiente, mas ainda há uma relação de coisas que precisam ser melhoradas tanto no seu interior quando no seu exterior.

**Figura 16-** Vista interior do mercado – corredor



Fonte: Autora

**Figura 17-** Vista interior do mercado – boxes



Fonte: Autora

As figuras 16 e 17 mostram o que o mercado é hoje e como funcionaram as reformas acontecidas nele. Embora a reforma de 1990 tenha sido a de maior impacto, vale destacar que por volta do anos de 2005/2006 houveram pequenas mudanças onde foi proposto uma nova pintura interna e externa, os banheiros foram readequados de forma correta para deficientes

físicos, e uma limpeza no piso. Antes da reforma acontecida em 1990, os corredores eram estreitos e normalmente ficavam sempre lotados de pessoas e mercadorias. Enquanto a iluminação, completamente instável, o teto eram telhas aparentes em péssimo estado, o piso era muito escuro, o que gerava uma sensação de higiene bastante duvidosa.

**Figura 18-** Vista interior do mercado – boxes



Fonte: Autora

Com isso, percebe-se que o mercado hoje é frequentado por uma pequena parcela da população que já tinham o hábito de comprar no estabelecimento e por turistas que se interessam pelos queijos, doces e artesanatos. Logo o mercado já não é mais um espaço cotidiano e sim um ponto turístico. A forma como ele se apresenta é única, ele é antigo, mas também é moderno a sua forma, sua versatilidade sem dúvidas é o que mais chama atenção, e essa forma de comércio proposta por ele perdura por séculos.

## **4. ESTUDOS DE CASO**

### **4.1 Mercado Municipal Paulistano**

Ficha Técnica

Localização: São Paulo, Brasil

Arquiteto: Franciso de Paula Ramos

Início /fim da construção: 1928/1933

**Figura 19-** Vista exterior do Mercado Paulistano



Fonte: Prazeres da Mesa

Mercado Municipal Paulistano, conhecido também por Mercadão se localiza no Centro Histórico de São Paulo. Foi projetado pelo engenheiro Felisberto Ranzini e inaugurado em 25 de janeiro de 1933. Foi construído para servir de atacado e varejo, além do mais o objetivo era que ele fosse especializado na comercialização de frutas, verduras, cereais, carnes, temperos, entre outros. Apesar de ter sido construído com essa finalidade, sua primeira ocupação foi armazém de pólvora e munições.

É um espaço de aproximadamente 12.600 m<sup>2</sup> abrigando cerca de 1.500 trabalhadores todos os dias. Possui mais de 290 boxes recebendo diariamente mais de 50 mil pessoas.

É um importante prédio histórico e arquitetônico da cidade que se destaca hoje como um grande polo cultural e turístico. Em 2014 passou por uma reforma que incluiu a construção de um mezanino para propor restaurantes.

### **Origem**

Edifício eclético projetado pelo engenheiro Felisberto Ranzini e o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo. A construção levou cerca de 5 anos para ficar pronta, começando em 1928 e sendo finalizada apenas em janeiro de 1933. Pode-se dizer que esta edificação é uma grande representante da arquitetura do que chamavam de “Metrópole do Café”, um período onde a cidade buscava valorizar suas áreas centrais associando a uma ideia de modernidade.

Não só isso, o mercado municipal também se enquadrava naquela época aos preceitos higienistas que se passaram no início do século XIX até a metade do século XX. Inspirados em modelos de cidades europeias os arquitetos apostaram em novos modelos para a edificação de mercados públicos e outros equipamentos de infraestrutura urbana. Como dito anteriormente, sua primeira função foi a de armazém de pólvora e munições, e só após o fim da Revolução Constitucionalista de 1932, o mercado pôde assumir suas funções.

### **Restauro**

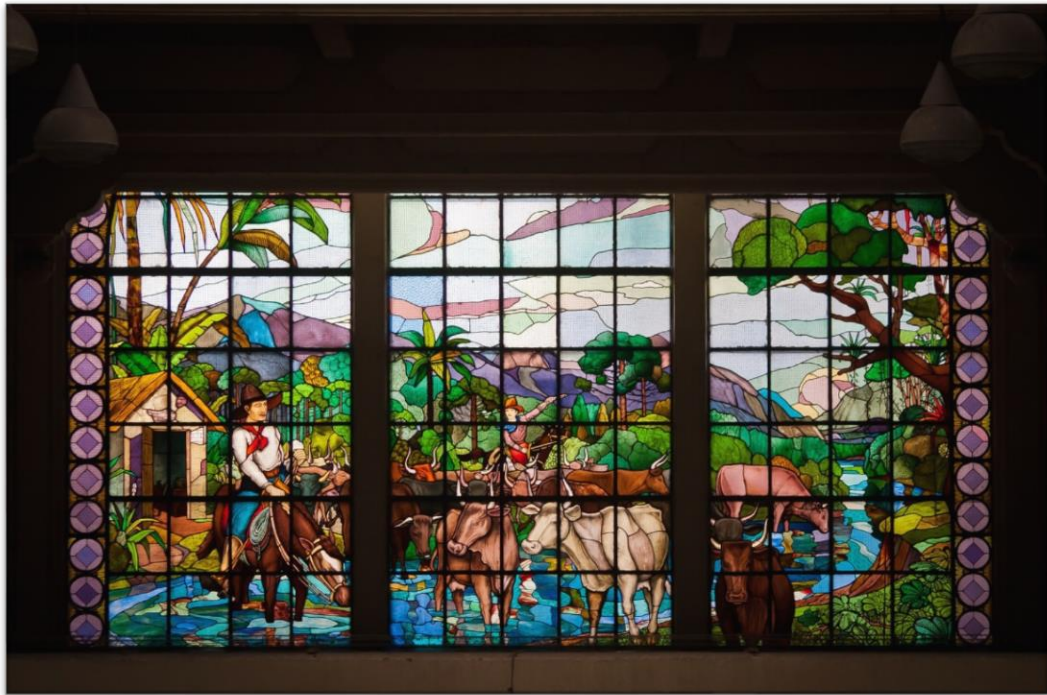
Foi totalmente reformado em 2004 onde suas fachadas foram recuperadas, os vitrais foram todos renovados e um mezanino foi implantado. O projeto de restauro foi realizado pelo arquiteto Pedro Paulo de Mello, que propôs um espaço interativo com diversos quiosques onde as pessoas podiam comer e beber. Foi uma reforma de grande impacto, pois graças a ela hoje o Mercado Paulistano é um dos maiores pontos de encontro de São Paulo.

Enquanto ao mezanino, foi criado apenas em 2006 e nele foram colocados um mercado gourmet, cozinhas equipadas com o intuito de promover aulas e eventos ligados a gastronomia, além disso, shows, musicais, apresentações e diversos outros eventos acontecem nesse espaço, e isso contribui para o interesse dos mais variados públicos.

### **Características Arquitetônicas**

O mercado segue o modelo utilizado pelo Mercado Central de Berlim, este consiste em um prédio coberto e cheios de torrões laterais. Nota-se também a manifestação germânica em sua planta modulada executada na Alemanha com todos os cuidados de Ranzini. Enquanto a sua estrutura, é toda de concreto e alvenaria de tijolos. O prédio, que faz uma junção do estilo neoclássico com o gótico chamando atenção pelos seus vitrais que ao todo totalizam em 55 peças, estes são contadores de grandes histórias, toda sua composição mostram vários aspectos da produção de alimentos.

Os vitrais são de autoria do alemão Conrado Sorgenicht Filho, artista famoso pelo trabalho realizado na Catedral da Sé. Sobre a iluminação, são utilizadas claraboias que garante a entrada de luz natural no edifício, e essa ideia surge juntamente com objetivo de encher o espaço de cores vivas.

**Figura 20-** Vista interior - vitrais

Fonte: Vitruvius

## Interior

Os pilares auxiliam como ornamentação, algumas das paredes do edifício são revestidas por azulejos importados vindo diretamente da Bélgica e da Alemanha. O mezanino que foi construído na restauração de 2006 é todo em estrutura metálica com um guarda-corpo em formato tubular com vedações de vidro incolor, as escadas e elevadores também fazem o uso desse vidro laminado liso incolor. O piso do térreo é composto por placas de granito, e nas demais áreas de ladrilho hidráulico. Já o piso do mezanino é formado por régua de madeira e há alguns trechos em que são usados vidro laminado translúcido. Os sanitários e as áreas do restaurante possuem paredes revestidas com cerâmica, e o piso, assim como no térreo, são também de granito.

**Figura 21-** Vista interior - pilares



Fonte: Vitruvius

**Figura 22-** Vista interior – boxes



Fonte: Vitruvius



## Exterior

Apesar de apresentar uma estrutura onde as lajes porticadas de concreto armado criam grandes vãos, o edifício principal apresenta uma capa externa com uma ornamentação bastante eclética. A argamassa é pintada e apresenta relevos, as fachadas, são marcadas por uma espécie de módulos, pode-se dizer que estes, fazem uma composição central e apresentam muretas que mostram o limite do espaço. Há também um grande arco representando a Deusa Ceres, esse arco é enfeitado com ramos de café e por frutas.

**Figura 23-** Vista exterior – Arco da Deusa Ceres

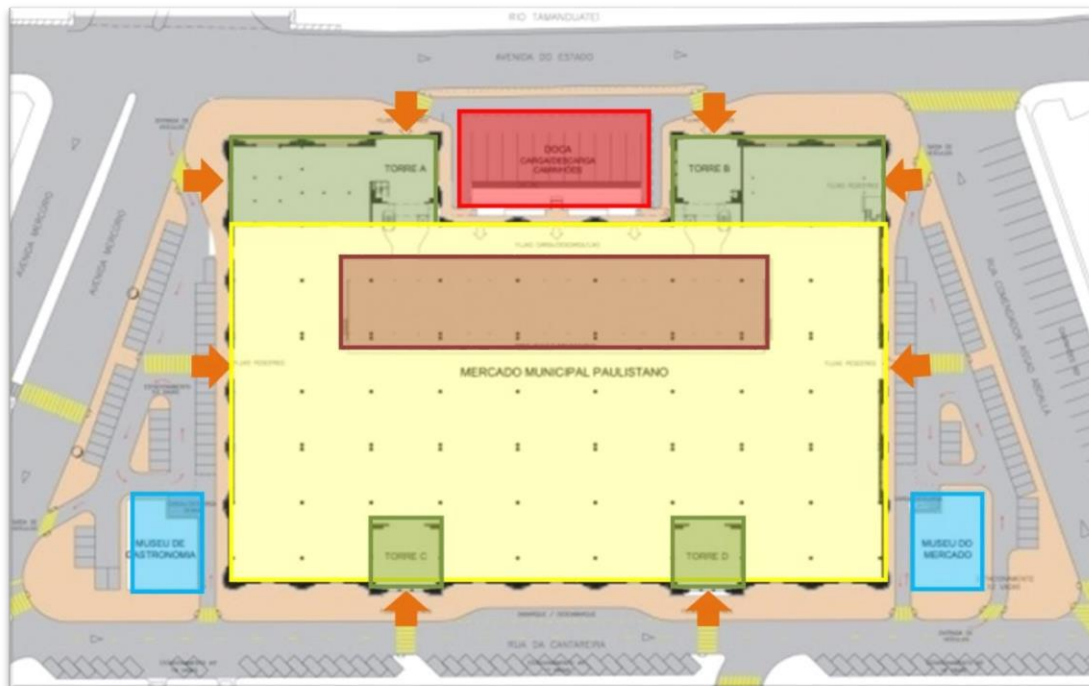


Fonte: Vitruvius

## Tombamento

Seu tombamento se deu por ele se tratar de um bem cultural de interesse histórico-arquitetônico da cidade de São Paulo. O Mercado é um grande centro de abastecimento e é uma referência que carrega consigo muito importância, não somente pela sua localização estratégica logo no centro da cidade, mas também por ser grande representativo dos anos 1920 e 1930. Enquanto ao tombamento, esse processo se iniciou em 1988 por Silvia Beatriz Santana Amorim.

**Figura 24- Implantação Geral**



Fonte: Vitruvius

### Legenda

-  Acessos
-  Restaurantes
-  Mezanino
-  Salão Comercial - Box
-  Doca
-  Anexos - Museus

Há muitos acessos amplos por volta de todo o edifício, isso facilita a passagem e circulação, já que por dia a quantidade estimada de pessoas entrando e saindo pode chegar a mais de 50 mil.

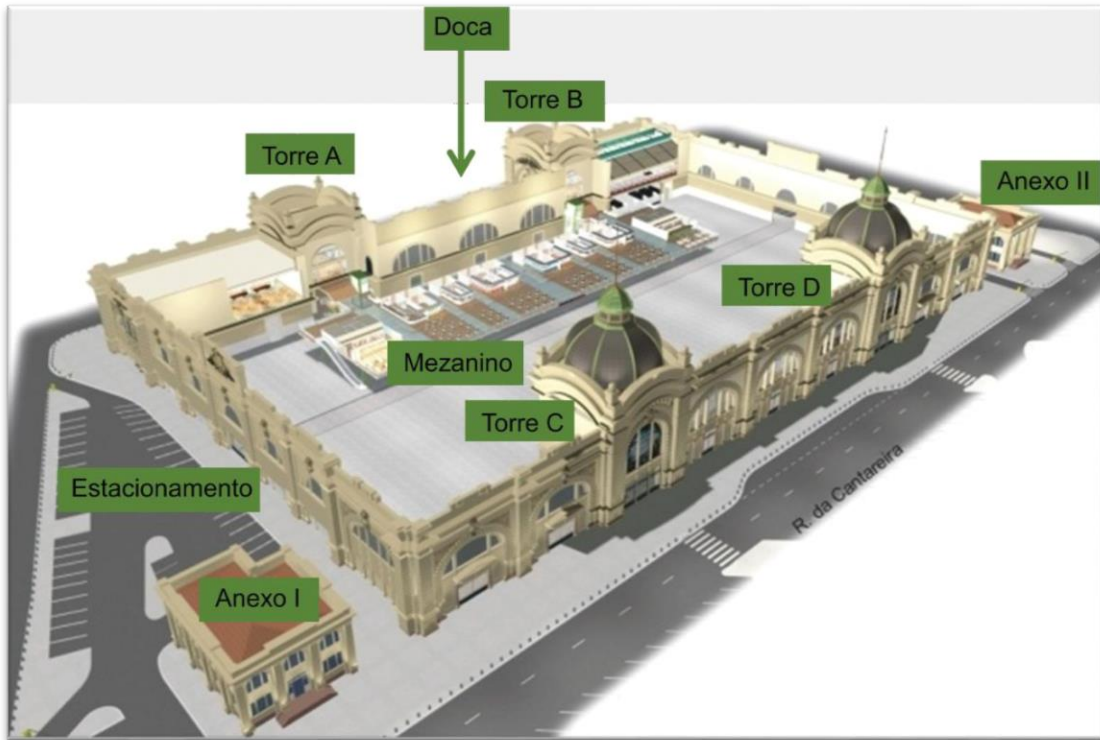
Há restaurantes de absolutamente todos os tipos, português, japonês, italiano, e muitos outros. O salão comercial é separado por boxes, característica que se assemelha ao Mercado Municipal de Uberaba, porém o que se destaca no Mercado Paulistano é a amplitude do espaço, sua configuração e a maneira como os boxes são expostos, é interessante, pois tudo é prevendo o alto fluxo de pessoas, logo como houve um planejamento, as possibilidades de acontecer super-lotação e impedir a circulação, são mínimas.

**Figura 25-** Planta do Mezanino

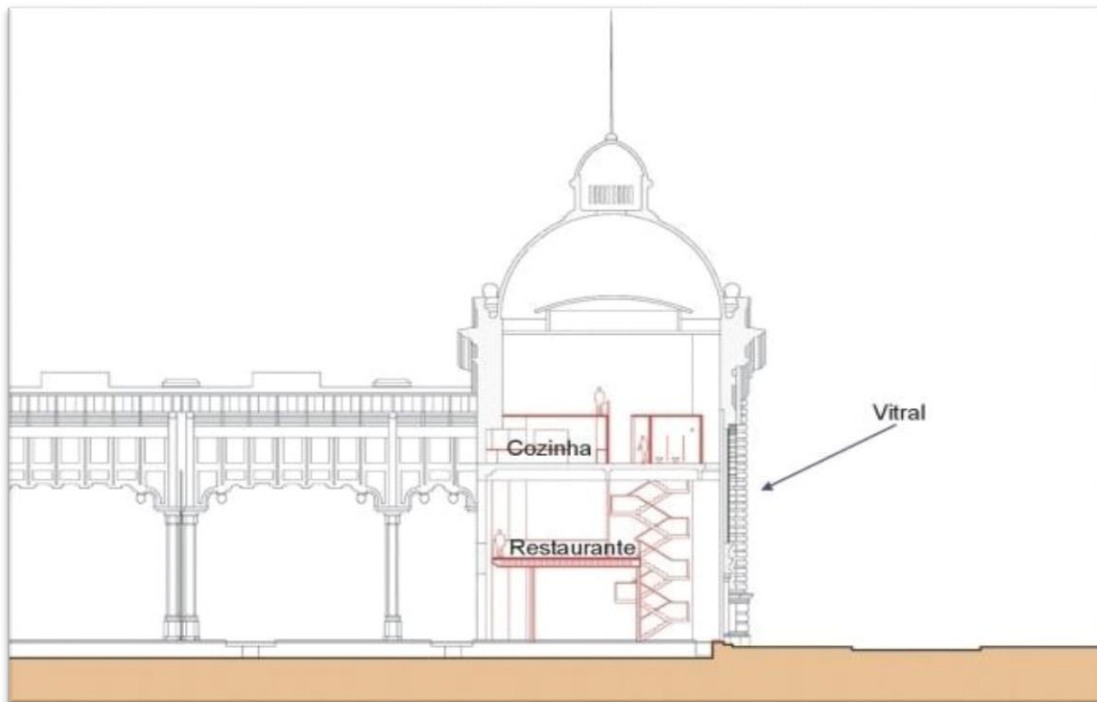
Fonte: Vitruvius

**Legenda**

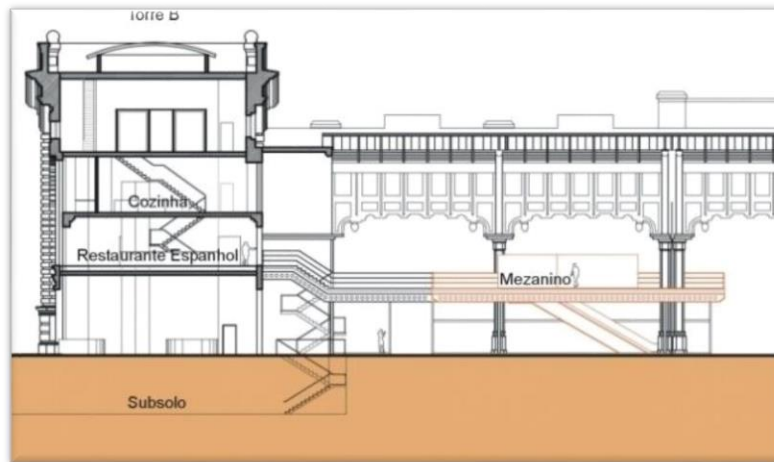
-  Restaurante Japonês
-  Restaurante Árabe
-  Restaurante Português
-  Restaurante Italiano
-  Restaurante Espanhol
-  Choperia
-  Bares

**Figura 26 – Vista Esquemática**

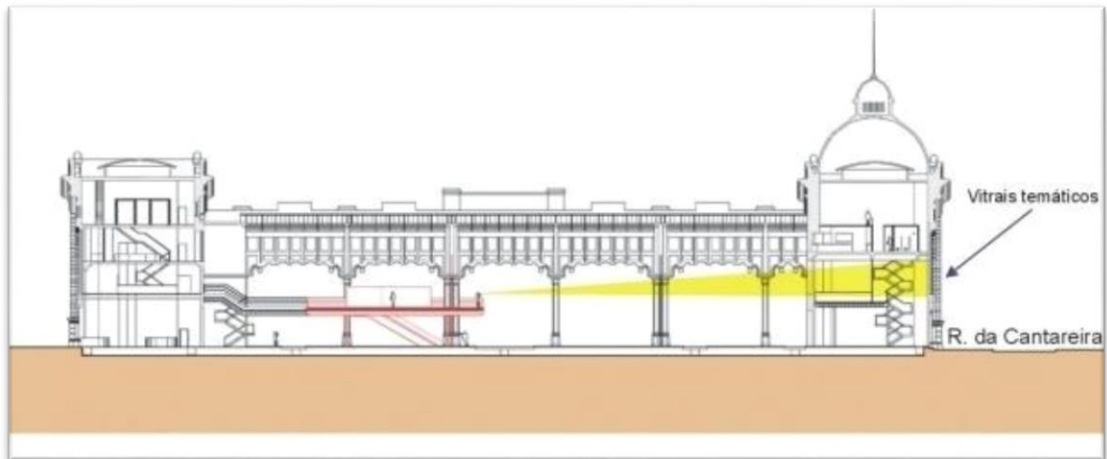
Fonte: Vitruvius

**Figura 27 – Corte Esquemático**

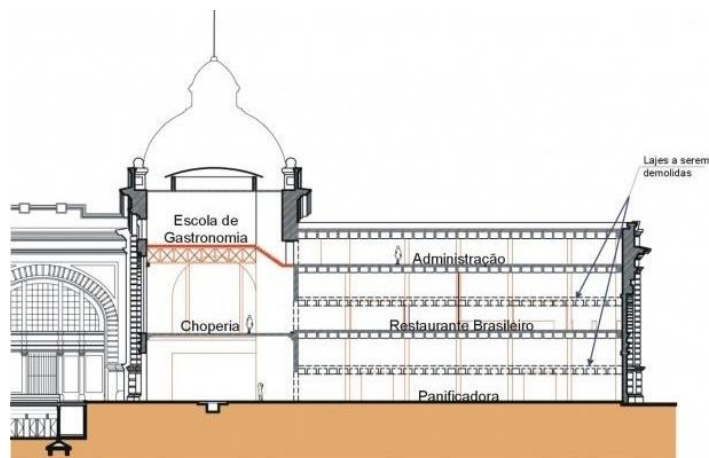
Fonte: Vitruvius

**Figura 28 – Corte Esquemático**

Fonte: Vitruvius

**Figura 29 – Corte Esquemático**

Fonte: Vitruvius

**Figura 30 – Corte Esquemático**

Fonte: Vitruvius

#### 4.1.2 Mercado Municipal de Curitiba

Ficha Técnica

Localização: Curitiba, Brasil

Arquiteto: Saul Raiz

Início /fim da construção: 1956/1958

**Figura 31** – Vista Exterior do Mercado Municipal de Curitiba



Fonte: Mercado Municipal de Curitiba

O Mercado Municipal de Curitiba é um tradicional mercado público que se tornou destaque no Paraná. A amplitude de variedades que ele apresenta desperta atenção, nele é possível encontrar frutas, verduras, especiarias, carnes exóticas, peixes, utensílios domésticos, entre diversas outras coisas. Sua praça de alimentação é o espaço mais instigante, pois além de suas dimensões generosas, conta com uma grande variedade de restaurantes e lanchonetes.

**Figura 32** – Vista Interior – Praça de alimentação

Fonte: Mercado Municipal de Curitiba

## **História**

Surgiu em 1864 na atual Praça Zacarias. Seu nome popular era Mercado dos Quartinhos. Logo após seu surgimento, por volta dos anos de 1869 o governo precisou desocupar o local, e isso fez com que ele desaparecesse por 4 anos. No dia do aniversário da emancipação do Paraná, em 19 de dezembro foi discutido sobre a construção de uma nova sede, e esta se localizaria agora na Praça Generoso Marques. Em 1974, no dia 11 de outubro foi inaugurado o novo Mercado Municipal de Curitiba.

Em 1912 o mercado foi transferido para dar lugar ao Paço Municipal. Sua nova localização foi na Praça 19 de Dezembro. Em 1915 sofre outra transferência, seu novo ponto passa a ser na Praça Theodoro Bayma, onde ele permaneceu até 1937 quando foi demolido.

Um tempo depois foi planejado para a cidade um espaço específico para o mercado municipal, porém o projeto que havia sido feito ficou somente no papel, e esse tempo perdido ocasionou a regulamentação das feiras livres, assim esses comerciantes percorriam os bairros vendendo seus produtos, cada dia da semana era uma região diferente.

Entre maio de 1956 e julho de 1958, o projeto do engenheiro Saul Raiz foi executado em um terreno de frente às oficinas da antiga Rede Ferroviária, atual Rodoferroviária de Curitiba, inaugurado em 2 de agosto de 1958.

Sua última reforma foi em 2010, onde também foi ampliado, passando de 12 mil para 30 mil m<sup>2</sup>. Ao todo são 17 acessos distribuídos em seus quatro lados e dois andares. Com isso o fluxo de visitantes saltou de 50 mil para 80 mil principalmente aos fins de semana.

**Figura 33** – Vista Interna – boxes



Fonte: Circulando por Curitiba

Atualmente o mercado conta com mais de 200 estabelecimentos, onde seus visitantes podem comprar os mais variados produtos. A bancas carregam consigo todo um significado e tradição, é possível inclusive encontrar comerciantes que trabalham por lá há mais de 30 anos.

Importante destacar que além de seu valor cultural e histórico, também apresenta valor artístico, pois em seu interior é possível notar trabalhos de renomados artistas, como é o caso do mural “O Quitandeiro” de Poty Lazzarotto.

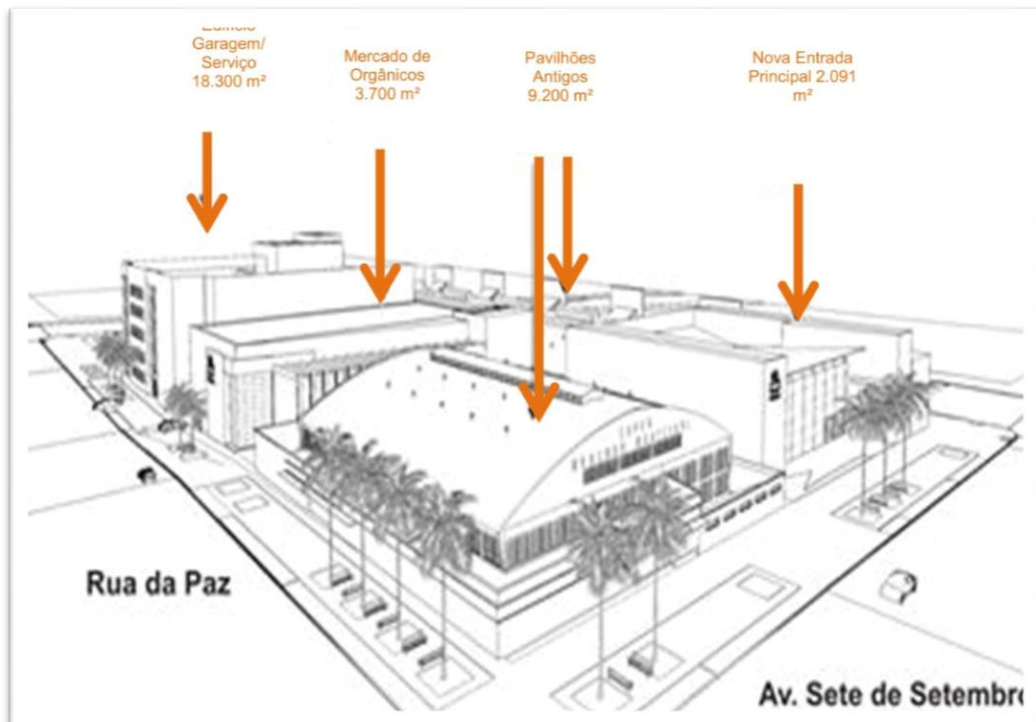


**Figura 34** – Vista Interna– boxes



Fonte: Circulando por Curitiba

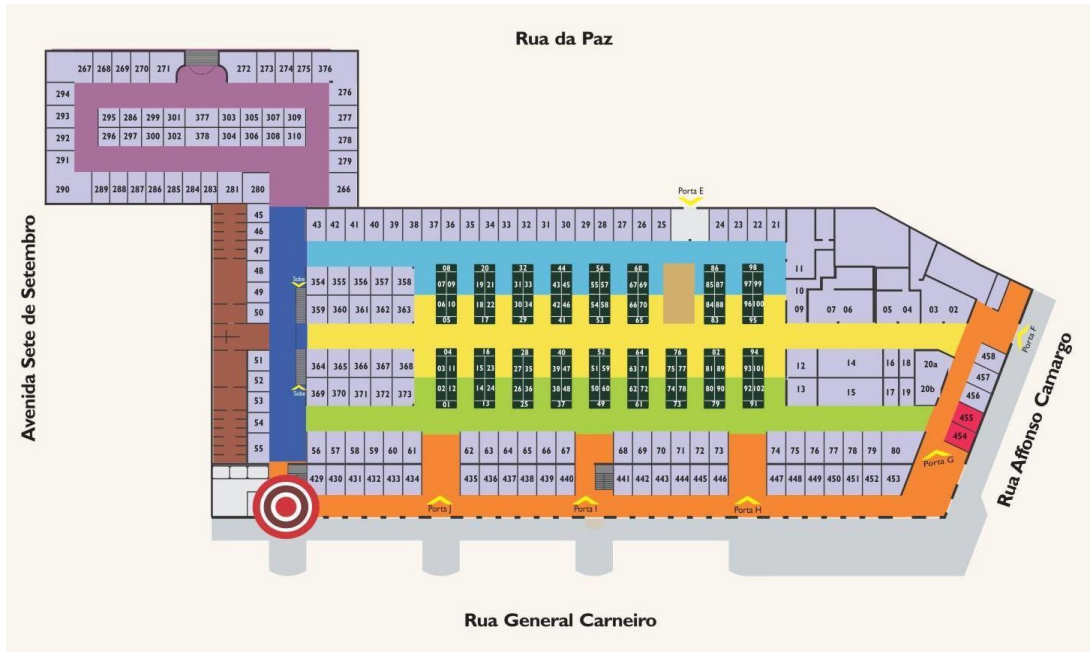
**Figura 35** – Vista Esquemática



Fonte: Sputnik Studio

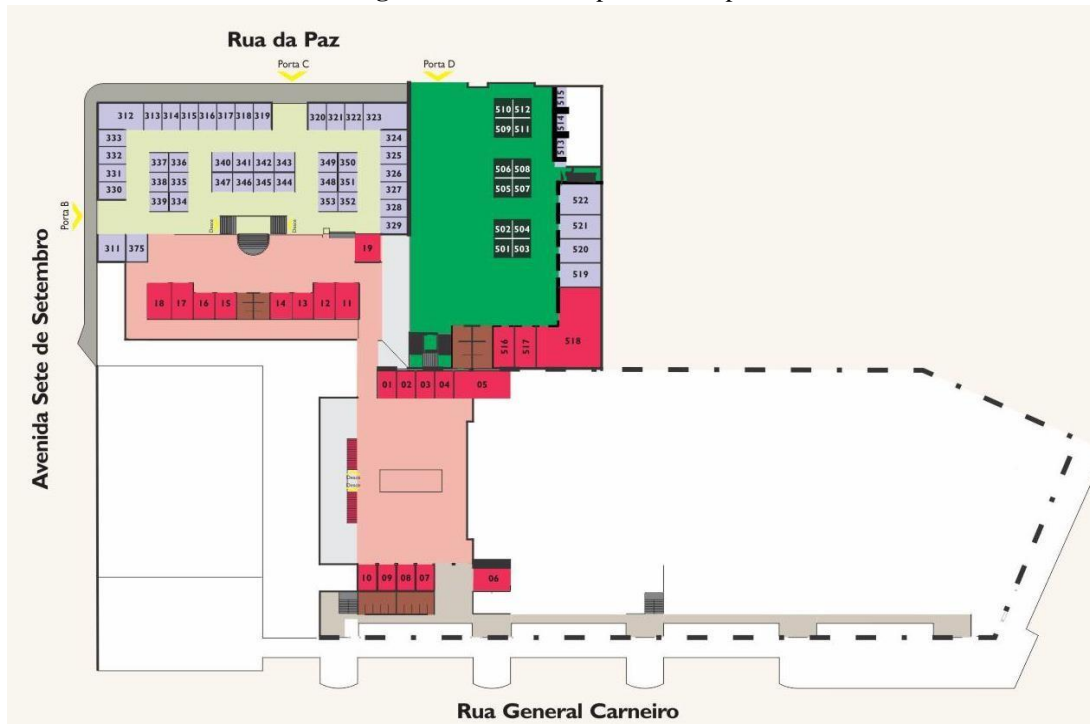
Embora não seja um patrimônio cultural tombado, é um local de mais de 150 anos que carrega toda uma história, ele é palco de grandes memórias, tem produtos de qualidade e sua sociabilidade dá identidade a capital paranaense.

Figura 36 – Planta do pavimento inferior



Fonte: Sputnik Studio

Figura 37 – Planta do pavimento superior



Fonte: Sputnik Studio

## Legenda

- Bancas
- Praça da Convivência
- Loja/Box
- Sanitários
- Setor de Orgânicos
- Escadas
- Restaurantes
- Praça de Alimentação

### 4.1.3 Mercado Municipal de Atarazanas

Ficha Técnica

Localização: Malaga, Espanha

Arquiteto: Aranguren + Gallegos Arquitectos

Ano da Restauração: 2010

**Figura 38** – Vista externa do Mercado Municipal de Atarazanas



Fonte: Architectural design

O restauro realizado em 2010 se trata da recuperação do antigo Mercado Central de Abastos de Atarazanas. O mercado é composto por uma estrutura de ferro do século XIX, com espaços comerciais separados que ficam no térreo, no mesmo nível da rua. Esses espaços são separados em três áreas específicas, são elas: hortifrutis, peixes e carnes.

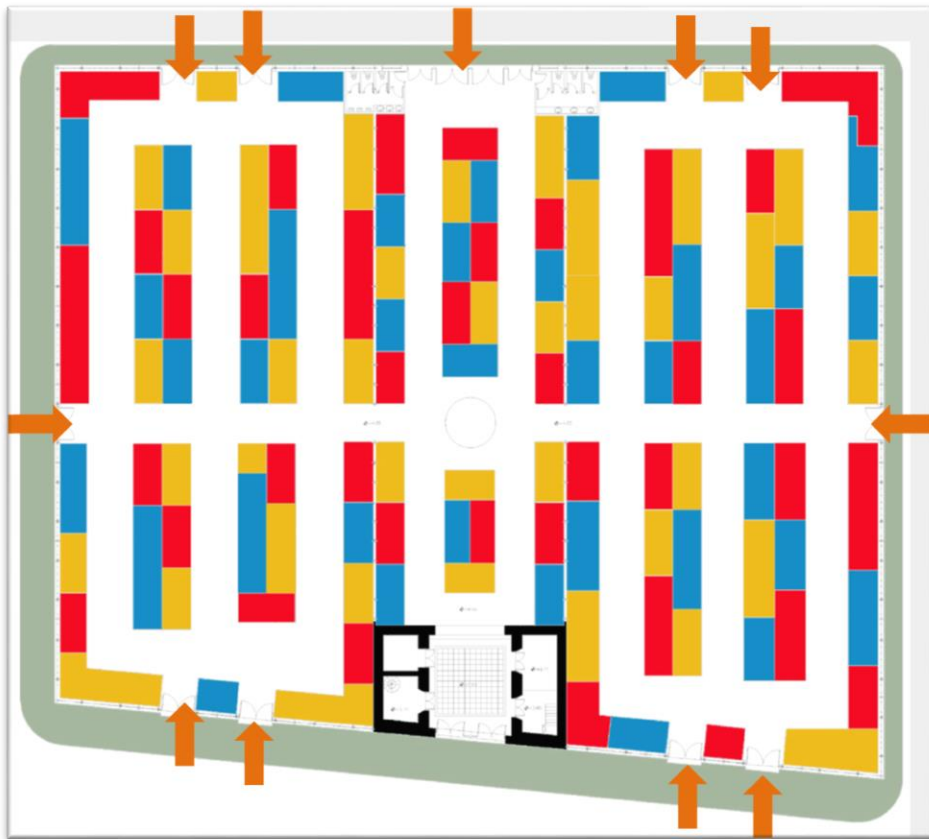
**Figura 39** – Vista interna - boxes



Fonte: Architectural design

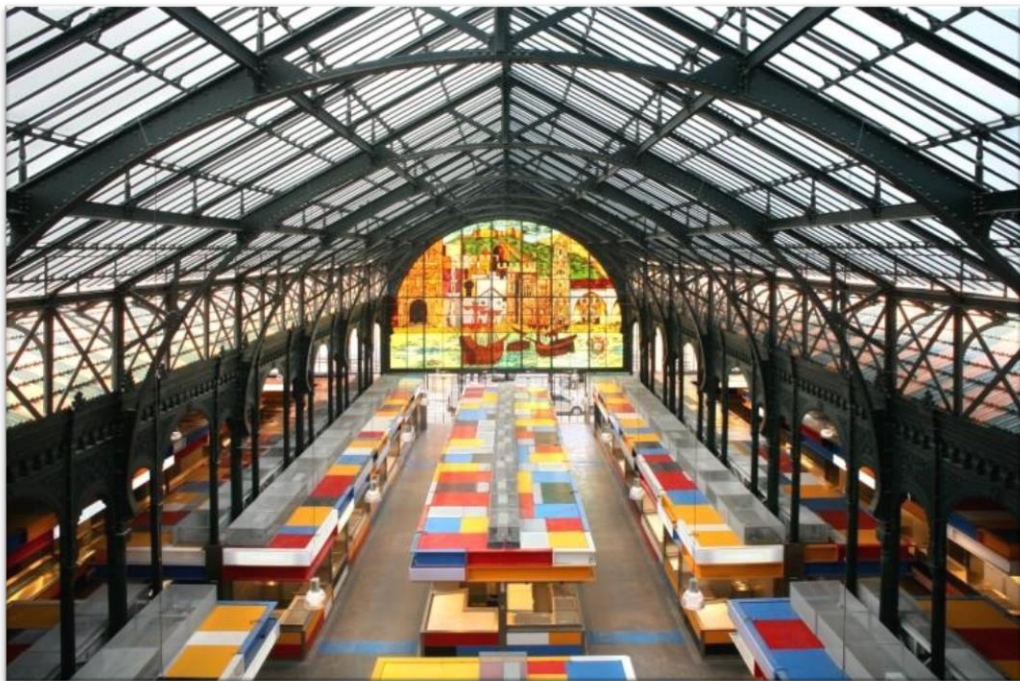
O projeto visava fazer uma recuperação do desenho original do antigo mercado de Atarazanas, com o intuito de realçar sua monumentalidade arquitetônica. Com essa ideia de recuperar o esquema original, todos os elementos que dificultavam a leitura do edifício foram demolidos, isso inclui as coberturas de fibrocimento, as coberturas falsas, e o mezanino que foi construído em 1973, onde permaneciam a cafeteria e os serviços, estes, eram responsáveis por distorcer a perspectiva e beleza da edificação. Sua demolição proporcionou a recuperação do espaço central, logo, esse pavimento manteve-se totalmente livre de quaisquer barreiras arquitetônicas.

**Figura 40** – Planta geral de acessos



Fonte: Architectural design

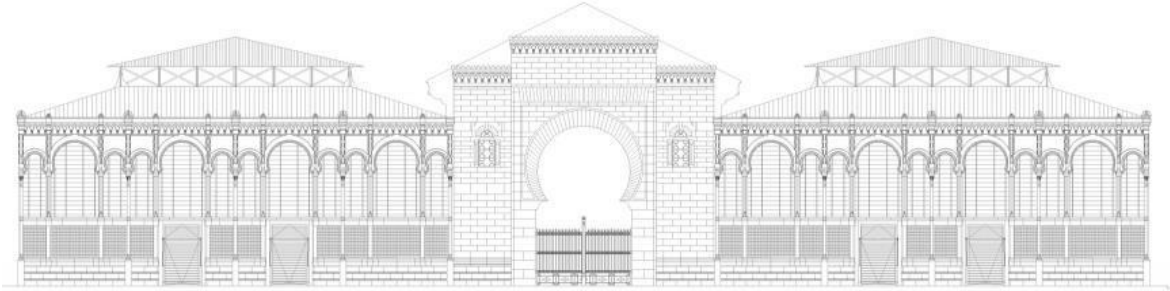
**Figura 41** – Vista geral do mercado



Fonte: Architectural design

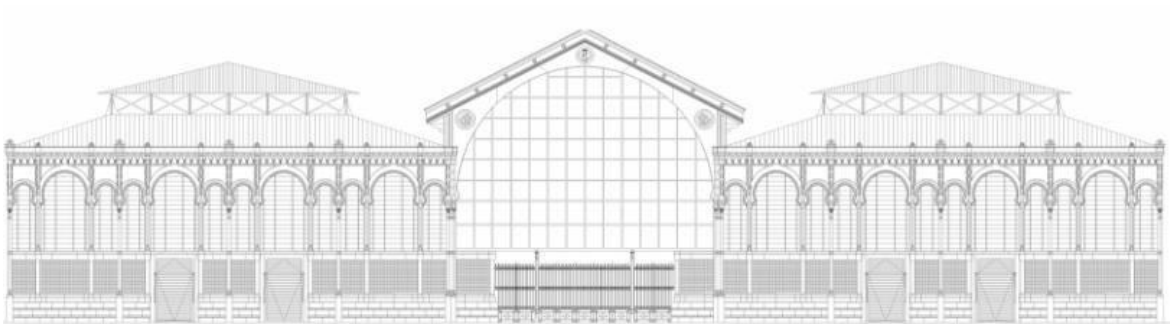
A reestruturação do mercado teve como objetivo preservar a concepção arquitetônica e espacial da construção já existente com o foco de organização dos espaços internos, permitindo uma circulação fácil e rápida para os usuários, isso também facilitaria a manutenção do espaço.

**Figura 42** – Fachada frontal



Fonte: Architectural design

**Figura 43** – Fachada posterior



Fonte: Architectural design

## 5. ÁREA DE INTERVENÇÃO

### 5.1 Localização

O Mercado Municipal de Uberaba tem hoje uma função de feira fechada, onde vende-se produtos da região como frutas, peixes, artesanatos, doces entre outros. A edificação de 1924, hoje localizada na Praça Manoel Terra, é um ponto turístico da cidade. Em seu entorno encontram-se outros prédios históricos como a Igreja de Santa Rita, Igreja São Domingos, e o Prédio da Faculdade de Medicina que era sede da antiga cadeia pública.

Localizado na Área Especial de Interesse Cultural e Zona Mista 1, dentro da Macrozona de Adensamento Controlado.

**Figura 44 – Mapa Macro**

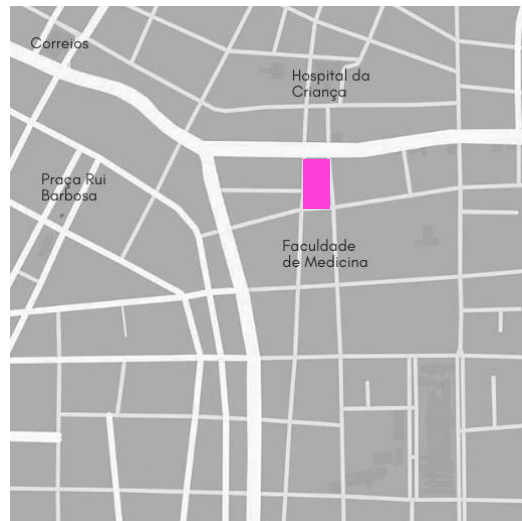
Fonte: Autora

Mapa macro, dando ênfase no estado de Minas Gerais em relação ao Município de Uberaba. Minas Gerais é o segundo e mais populoso estado do Brasil. Nele se concentram grandes áreas industriais e aglomerados urbanos, se destacando pela sua capacidade na extração de recursos minerais.

**Figura 45 – Mapa Meso**

Fonte: Autora

Mapa meso, destacando o Município de Uberaba em relação ao terreno onde se localiza o edifício estudado. Uberaba se encontra no interior de Minas Gerais, localizada no Triângulo Mineiro, ela está a cerca de 481 km a Oeste da capital estadual. De acordo com o IBGE sua população estimada em 2021 era de 340.277 habitantes, sendo assim o oitavo Município mais populoso do estado.

**Figura 46 – Mapa Micro**

Fonte: Autora

O Mapa micro mostra o terreno de estudo (em rosa) e algumas das principais localidades que se encontram no seu entorno.

## 5.2 Dados do Município

Uberaba tem sua ocupação no Triângulo Mineiro, seu povoado foi fundado em 1910 por Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, e surgiu a partir das famílias que deixaram regiões com super-lotação e estavam em busca de áreas que fossem mais férteis e produtivas, pois as habitadas anteriormente apresentavam enfraquecimento em relação a agricultura.

O local onde essas pessoas se instalaram, na época era conhecida como “Sertão da Farinha Podre”, e o motivo pelo qual ela foi escolhida se deu por conta da grande quantidade de nascentes de córregos no alto destas colinas, importante destacar que aqui se construíram as primeiras casas.

No começo do ano de 1820 o sargento Antônio Eustáquio fez uma solicitação a Dom João VI sobre a elevação de Uberaba a categoria de freguesia, daí surgiu o nome de Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, desmembrada da Freguesia do Desemboque.

Em 1831 é criada a Vila Araxá. Uberaba fez parte dela até sua emancipação em 1836. Neste ano, Uberaba foi elevada a uma nova categoria, dessa vez para Município, logo foi desmembrada de Araxá.

Uberaba também tem sua história dividida em acontecimentos de muita importância, em 1889 por exemplo, foi um ano marcado pela inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, essa criação gerou inúmeras facilidades, uma delas foi a imigração europeia para a



cidade e o desenvolvimento da pecuária zebuína.

Em 1904 a Igreja de São Domingos foi inaugurada, sendo um grande marco para os dominicanos, tendo em vista que esta era a primeira igreja de ordem dominicana construída no Brasil. Em 1905, é inaugurada a energia elétrica, o que impulsionou grandemente o desenvolvimento da cidade. Logo, muitas outras coisas de valor foram sendo criadas, entre elas estão a Biblioteca Pública Municipal de Uberaba, criada por Felipe Aché em 1909, e em 1926 criou-se a primeira Escola de ensino superior na área da saúde bucal e da farmacologia, conhecida como “Escola de Farmácia e Odontologia”, que recebia alunos de todo o país e até do exterior.

Atualmente Uberaba é exemplo de um centro comercial bastante dinâmico com uma agricultura produtiva e uma planejada estrutura urbana. Sua importância histórica foi datada em 02 de março de 1820, assim que ela foi elevada a Freguesia, e esta é a mesma data em que se comemora seu aniversário.

Enquanto aos seus dados geográficos, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Uberaba possui uma área territorial de 4.523.957 km<sup>2</sup> e uma área urbana de 137,04 km<sup>2</sup>. Sua população é estimada em 340.277, tendo uma densidade demográfica de aproximadamente 65,43 hab/km<sup>2</sup>.

### **5.3 Aspectos Urbanísticos**

O entorno possui uma grande concentração de comércios e serviços, praças, muitas instituições e alguns dos principais equipamentos da cidade. Os comércios e serviços são bem variados, possuindo várias opções: lojas de móveis, roupas, varejo, utensílios, celulares, óticas, sorveterias, lanchonete, entre outros. Além disso também possui bares e boates como opções de lazer. Tem vários salões de beleza, consultórios, clínicas, estacionamentos, escritórios de advocacia, oficinas, e conta também com todas as agências bancárias concentradas na Av. Leopoldino de Oliveira.

Possui Escolas e Universidades Públicas e Privadas, também conta com muitas instituições de ensino de idiomas e Escolas Técnicas.

Também possui alguns dos principais equipamentos da cidade como: a Biblioteca Municipal, Câmara Municipal, COHAGRA, Correios, Tribunal entre outros.

O terreno se encontra perto da maioria dos Hospitais. Possui praças, porém estas não contam com nenhum equipamento para atender a população, sendo apenas para permanência, encontros e passagem.

#### **5.4 Relação do Plano Diretor com o Patrimônio Histórico**

A Câmara Municipal de Uberaba, na Lei Complementar Número 359/06 na seção IV que trata sobre cultura, determina algumas leis que podem ser aplicadas ao patrimônio arquitetônico, cultural e histórico. Em sua primeira instância o Plano Diretor do Município discorre sobre uma política cultural que deverá ser estabelecida, e por meio destas diretrizes estabelecidas por ele, a primeira delas é que o patrimônio deve ser algo para todos, é necessário ocorrer uma generalização, e que é de suma importância ampliar e tornar acessível assuntos sobre cultura, para que assim todos possam participar, além do mais, ele frisa também sobre a importância da preservação da cultura local e o quanto é importante que a sociedade faça parte disso, tanto nessa política de preservação, como também na conscientização.

O Plano Diretor também determina muitas orientações importantes a respeito de eventos e atividades em prol do desenvolvimento cultural, e ainda fala que para que a proteção e valorização desses bens aconteça, é importante obter medidas que ajudem a fortalecer ainda mais os órgãos que se apresentam na linha de frente, isso se refere principalmente ao Conselho do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico de Uberaba.

Outro parâmetro de grande importância imposto nesse documento, é sobre a delimitação e estudos de área que tem ou já tiveram influência histórica. A instrução dada por ele é que essas áreas devem ser obrigatoriamente protegidas por lei. A ampliação do acervo da Biblioteca do Arquivo Público também é tratado, e nessa etapa a ideia de enriquecer e amplia-lo é cogitada, e de fato deve acontecer, considerando que este é um dos canais mais acessíveis e recomendados para todos, sejam estudantes, pesquisadores, entre outros.

Na seção III do Plano Diretor é tratado especificamente sobre o Patrimônio Histórico e Cultural, aqui é dito basicamente informações bem semelhantes as que são expostas na seção IV, mas apresenta algumas questões mais fervorosas. A primeira coisa colocada é sobre a abrangência desse termo bastante amplo que é patrimônio histórico, é interessante e fundamental que o Plano Diretor tenha deixado claro uma dúvida que persevera entre todos os estudiosos do assunto patrimônio histórico, o primeiro parágrafo da seção III, Art. 222 diz que a preservação do patrimônio histórico e cultural de todo o Município de Uberaba abrangerá a conservação dos bens históricos e culturais de natureza tangível e intangível e de suas ambiências, conforme legislação aplicável.

Sobre o uso, o Plano Diretor vai dizer que o bem histórico que não apresentar uma destinação específica, poderá sofrer alterações em seu uso, mas isso dependerá da sua capacidade, se a prática colocar sua estrutura física e ambiência em risco jamais deverá ser feito.

Enquanto ao inventário e tombamento, o bem edificado de caráter privado que apresentar essas condições, manterá seu quadro de propriedade.

### **5.5 Legislação Aplicada ao Patrimônio Histórico do Município de Uberaba**

A legislação específica que trata do patrimônio histórico no Município de Uberaba foi publicada em 17 de dezembro de 2008 sendo desenvolvida pelo prefeito municipal da época Anderson Aduato Pereira, e pelo secretário municipal de governo João Franco Filho. Nesse documento, a Câmara Municipal estabelece normas de proteção do patrimônio cultural de Uberaba e disponibiliza outras orientações a respeito.

O capítulo inicial trata sobre o patrimônio cultural do município de maneira geral. Logo, é colocado a questão sobre o que é constituído no patrimônio cultural de Uberaba, deixando claro que ele é formado por um conjunto de bens que podem ser tanto de natureza material como imaterial, podem ser públicos ou particulares, desde que esses contenham referência a identidade, a ação e a memória dos variados grupos que formam a comunidade municipal, incluindo: formas de expressão, modos de criar, viver e fazer, criações científicas, tecnológicas e artísticas, obras, objetos, documentos, e até mesmo edificações e espaços destinados as manifestações artístico-culturais.

Além disso, o Município juntamente com a comunidade protegerá seu patrimônio cultural por meio de inventários, registros, tombamentos, vigilância, desapropriação, entre outros. Para a vigilância será buscado uma articulação com as administrações estaduais, federais, mediante a aplicação de instrumentos administrativos e legais próprios. Enquanto a desapropriação, esta se dará nos casos e na forma, como previsto na legislação pertinente.

Tudo o que foi dito até aqui se aplica aos bens pertencentes as pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e direito público interno.

Sobre o entorno dos bens tombados, a legislação trás parâmetros interessantes e precisos, de acordo com o documento, o entorno dos bens tombados ou inventariados também será considerado patrimônio cultural.

O capítulo II é destinado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Este órgão, conhecido pelas siglas CONPHAU, é de caráter colegiado, consultivo e deliberativo que tem como função orientar sobre a política municipal de proteção ao patrimônio cultural. Logo, compete a ele propor bases da política de preservação e valorização dos bens do município, bem como acompanhar as ações de proteção aplicadas a ele. Emitir parecer prévio sobre os atos de registro e tombamento, revalidação do título e cancelamento de tombamento também entram

em uma das muitas funções atribuídas a ele, além do mais também deverá atender solicitações do órgão competente da prefeitura para expedições ou renovações de licença para quaisquer intervenções, tais como destruição, demolição, pintura ou qualquer espécie de mutilação, alteração, abandono, ou ampliação. Emitirá também a concessão de licença para qualquer intervenção, sejam elas destruição, abandono ou ampliação no entorno do bem tombado ou protegido pelo Município. É dever do CONPHAU receber e examinar propostas de proteção de bens culturais encaminhadas por indivíduos, associações ou entidades representativas da sociedade civil do Município, e elaborar e aprovar seu regimento interno. Não só isso, também deverá sugerir a elaboração de anteprojetos de leis relacionadas a preservação do patrimônio cultural e normas de procedimentos e ações destinadas a preservação, conservação, manutenção, recuperação, defesa e melhoria do patrimônio. É também inteiramente de sua responsabilidade se empenhar em relação as leis e normas citadas anteriormente.

É atribuído ao CONPHAU uma série de obrigações muito além das que foram citadas, e todas são muito interessantes uma vez que vem sempre acompanhadas de orientações claras que auxiliam em todo o processo. A legislação inclui como compromisso do CONPHAU identificar até mesmo a existência de agressões ao patrimônio cultural, e orienta, caso sejam apontadas, uma denúncia a comunidade e aos órgãos públicos competentes, essas práticas deverão ser seguidas de propostas de medidas que recuperem o patrimônio danificado. A participação do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba para a formulação do plano diretor entra como um grande requisito, pois é de suma importância seu auxílio nos assuntos que diz respeito ao uso, a ocupação e parcelamento do solo, além do mais, sua inclusão nos aspectos ligados a urbanização visando a adequação das exigências de preservação do patrimônio cultural é mencionado como parte do requisito.

Importante destacar que o CONPHAU é independente em suas deliberações e atividades, porém continuará vinculado a Fundação Cultural de Uberaba. Ele terá suas decisões implementadas pelo poder executivo municipal, e enquanto sua equipe, a legislação impõe que esta deverá ser composta pelo menos por um engenheiro, um arquiteto, um historiador, e um advogado, é essencial que este grupo tenha conhecimento na área de preservação de bens culturais.

O CONPHAU poderá captar recursos oficiais e privados, assim como firmar acordos de cooperação, convênios financeiros e culturais. Como medida de incentivo a conservação e preservação, os bens patrimoniais inventariados ou tombados ficarão imunes ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que o proprietário zele e conserve o bem.

A administração municipal e o CONPHAU deverá comunicar obrigatoriamente ao

Ministério Público no prazo de aproximadamente dez dias qualquer intervenção indevida ou não autorizada em bens inventariados e/ou tombados.

O capítulo III fala sobre os instrumentos de proteção do patrimônio cultural do município. É um capítulo dividido em seções que trata sobre cada instrumento de forma esclarecedora.

A seção I manifesta sobre o inventário. De modo geral, o inventário é um processo administrativo onde o poder público identifica e cadastra os bens culturais do município. Seu objetivo é custear as ações administrativas e legais de preservação.

O inventário tem como propósito solicitar, financiar e orientar políticas públicas que visem a preservação e valorização do patrimônio cultural. Vale destacar que em sua execução serão adotados diversos critérios técnicos de acordo com a natureza do bem, de caráter histórico, artístico, sociológico, antropológico e ecológico, respeitando a variação de manifestações culturais locais, onde será definido provisoriamente o grau e procedimentos de proteção, como são previstos nesta lei.

A seção II trata do registro. O registro é uma estratégia também administrativa onde o poder público reconhece, protege e inscreve em livro próprio como patrimônio cultural bens de natureza imaterial com o objetivo de garantir a permanência de expressões culturais relacionadas a memória, identidade e à formação da sociedade do município para o conhecimento das gerações presente e futura. O registro desses bens culturais podem ser encontrados no livro do Registro dos Saberes, no livro de Registros das Celebrações, no livro de Registros das Formas de Expressão e no livro de Registro de Lugares.

Podem ser criados por meio de autorizações legais sugeridas pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba – CONPHAU, e sobre a proposta de registro, esta poderá ser feita por membros desse mesmo conselho, por entidades públicas da área da cultura, ou por qualquer cidadão, entidade ou associação civil. A proposta deverá vir acompanhada com uma documentação técnica descrevendo o bem cultural e justificando sua relevância para a formação da comunidade.

A seção III declara sobre o maior e mais conhecido instrumento de proteção ao patrimônio, o tombamento. O tombamento se trata de um procedimento assim como todos os outros, administrativo, onde o poder público subordina o bem cultural móvel ou imóvel, de valor histórico, artístico ou paisagístico à proteção do município, declarando-o Patrimônio Cultural de Uberaba. O tombamento será efetuado após a inscrição nos livros do tomo, e sobre esse processo, se fará a pedido do proprietário ou por iniciativa do prefeito ou do CONPHAU, e logo em seguida, é encaminhada ao presidente do conselho.

O processo será acompanhado pela Fundação Cultural de Uberaba junto a estudos relacionados à apreciação do interesse cultural do bem e com características do tombamento, e só assim, é encaminhado ao Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba – CONPHAU, para avaliação.

Importante destacar que na prática de tombamento será delimitado um perímetro de proteção de entorno ou vizinhança em prol da preservação de sua ambiência e visibilidade. Após o tombamento seja ele provisório ou definitivo, qualquer pedido de alvará de construção ou reforma, ou até mesmo solicitações para intervenção no bem tombado ou do seu entorno será enviado pela Secretaria de Infra-Estrutura ao CONPHAU para parecer.

A seção IV é destinada aos graus de proteção de tombamento, que se dividem em 3 GP ou Grupo de Proteção.

O GP 1 se aplica aos bens imóveis que possuem alto valor referente ao patrimônio histórico e cultural, determinando a preservação das edificações de forma integral, a utilização por intermédio de funções compatíveis e a aplicação de métodos adequados em sua conservação e restauração.

O GP 2 se aplica aos bens imóveis de valor relativo, cuja importância não abranja a totalidade do bem, determinando a preservação de apenas a partes delimitadas do imóvel, utilização de forma que não haja degradação da parte protegida, e a utilização de métodos adequados em sua conservação e restauração.

O GP 3, assim como o grupo de proteção 1, é aplicável aos bens imóveis que possuem alto valor referente ao patrimônio histórico e cultural, cujo valor esteja em suas características externas. Logo, ele determina que a preservação se refira especificamente a conservação das fachadas, podendo haver alterações internas desde que essas não interfiram no seu externo, e por fim, assim como os grupos de proteção citados anteriormente, é necessário utilizar métodos adequados de conservação e restauração.

E por fim, o GP 4, que se aplica aos bens imóveis para arquivamento e memória, isso consisti em: filmagens, fotografias, descrições e recomposições de projeto arquitetônico quando é o caso de não haver o original.

O capítulo IV discorre brevemente sobre a intervenção. De acordo com a legislação, qualquer pessoa física ou jurídica que tenha o desejo de realizar qualquer intervenção no imóvel tombado ou inventariado deverá solicitar o pedido junto ao Protocolo Geral do Município, apresentando documentos como certidão negativa de débitos municipais, escritura pública registrada, fotos do imóvel (de preferência da fachada), cópias de documentos pessoais, proposta de intervenção (esta precisa ser detalhada), e outros documentos que o setor achar

necessário para avaliação.

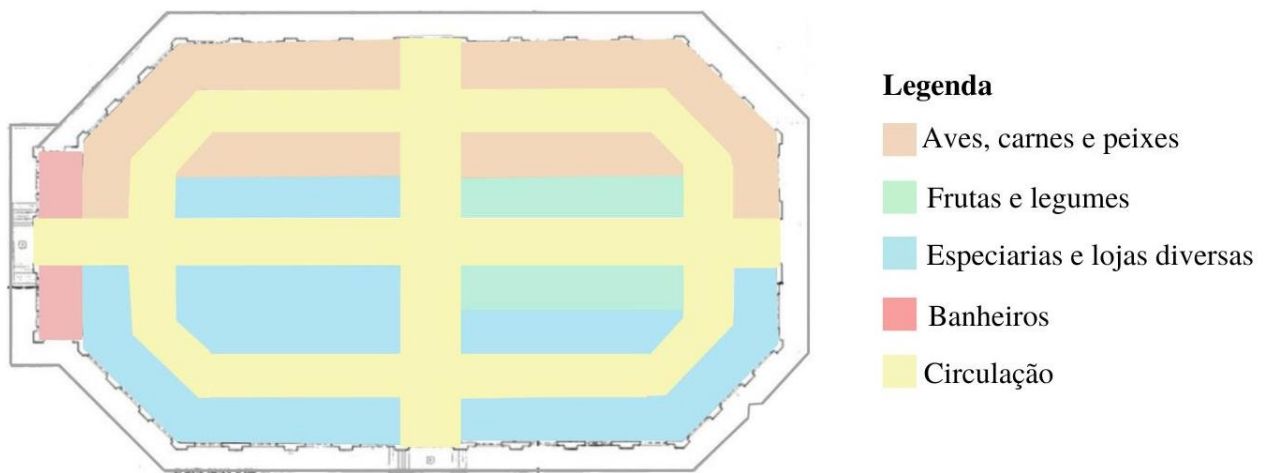
O capítulo V aborda sobre as infrações e penalidades administrativas. Nesse capítulo é falado sobre as penalidades dirigidas a quem promover ações de intervenção sem que haja autorização. Entre essas penalidades, a legislação impõe advertências, multa simples ou diária, suspensão ou demolição parcial ou total da obra ou das atividades, e até mesmo desapropriação.

E por fim, o capítulo VI faz uma dissertação das disposições gerais, em que fala a respeito dos órgãos ativos e representativos do patrimônio de Uberaba.

De acordo com a legislação, cabe a Fundação Cultural de Uberaba trazer ações de proteção ao patrimônio cultural do município, assim como criar a política municipal de proteção juntamente com o CONPHAU. Ações como exercer a vigilância do patrimônio no município e manter entendimento com autoridades federais, estaduais e municipais também entram como suas principais tarefas. Enquanto as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, segundo a legislação é permitido e deve ser feita sempre que houver necessidade.

## 5.6 Uso e Ocupação – Interior da edificação

**Figura 47** –Diagrama de uso e ocupação – Interior da edificação - Térreo



Fonte: Autora

No térreo os usos são diversificados. Possui diversas bancas com os mais variados produtos e cada uma delas com uma dimensão diferente, porém apesar disso, os setores são divididos de forma simples o que facilita o passeio dentro da feira. Os usos se concentram principalmente nos açougues e nas lojas diversas de produtos de lembrança e artesanato, os legumes e as frutas ainda possuem um espaço mais reservado.

**Figura 48** –Diagrama de uso e ocupação – Interior da edificação – Mezanino



Fonte: Autora

O mezanino possui poucos usos, o aproveitamento é mínimo. Nele, atualmente se encontram diversos compartimentos, esses sem uso algum. Há apenas 2 lojas de artesanato e um pequeno quadrado que abriga a administração, além de sanitários feminino e masculino.

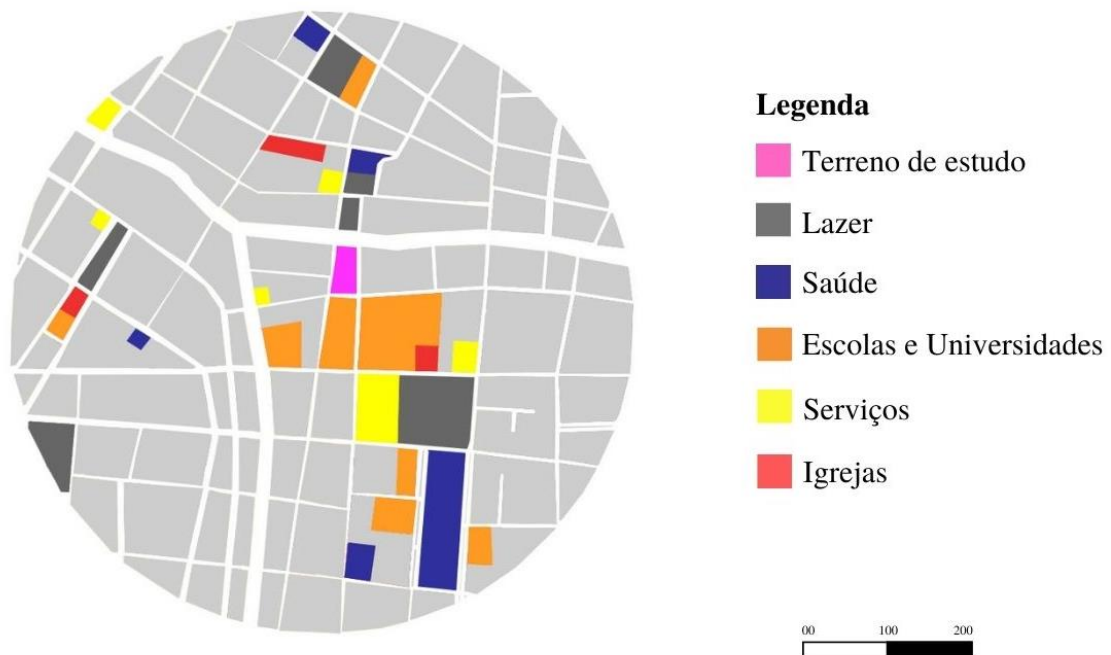
### 5.7 Equipamentos Urbanos

O mapa abaixo mostra alguns dos equipamentos urbanos que se encontram próximo ao terreno, entre esses equipamentos está a igreja Santa Rita, igreja de São Domingos, a Universidade do Triângulo Mineiro, hospital da criança, correios, agências, entre outros.

Além disso neste raio é possível notar algumas praças que possuem equipamentos para a realização de atividades físicas, e algumas escolas técnicas.



**Figura 49** – Mapa de equipamentos urbanos



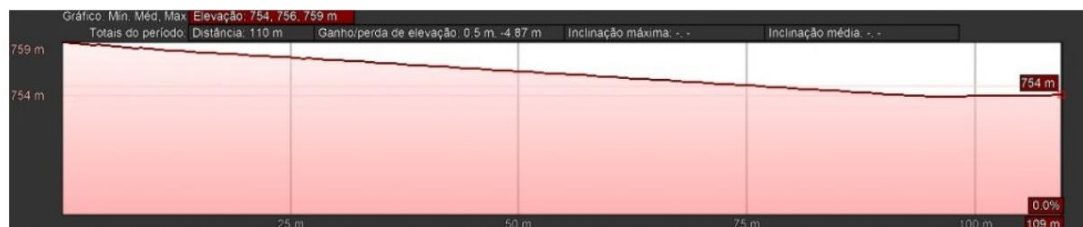
Fonte: Autora



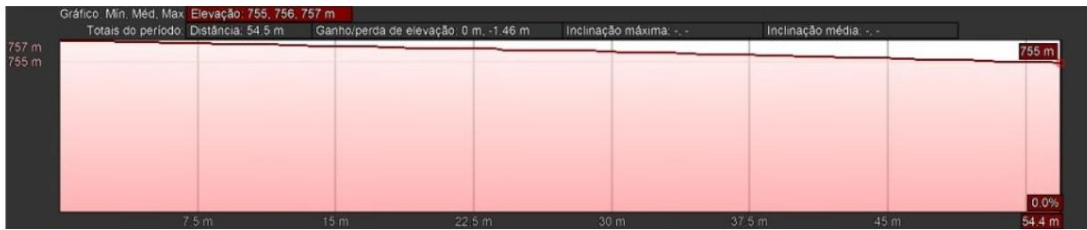
## 5.8 Topografia

As curvas são bem acentuadas, e pelo terreno onde está a edificação passam 6 curvas. Com ganho de elevação de 0,5 m e perda de -4,87 em sentido sul a norte com uma distância percorrida de 110 metros. De leste a oeste tem-se um ganho de elevação de 0 e perda de -1,46 metros, percorrendo uma distância de 54,5 metros.

**Figura 50** – Perfil natural do terreno



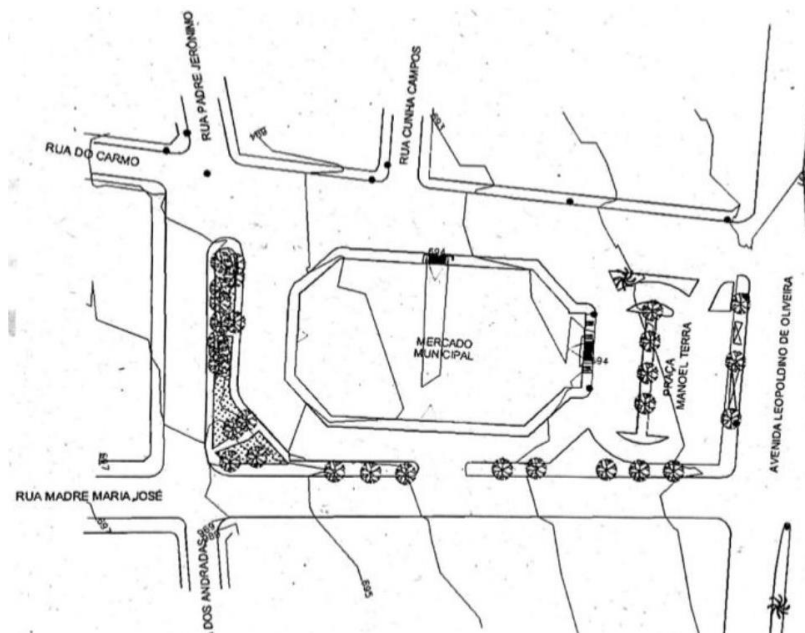
**PERFIL DE SUL A NORTE**



**PERFIL DE LESTE A OESTE**

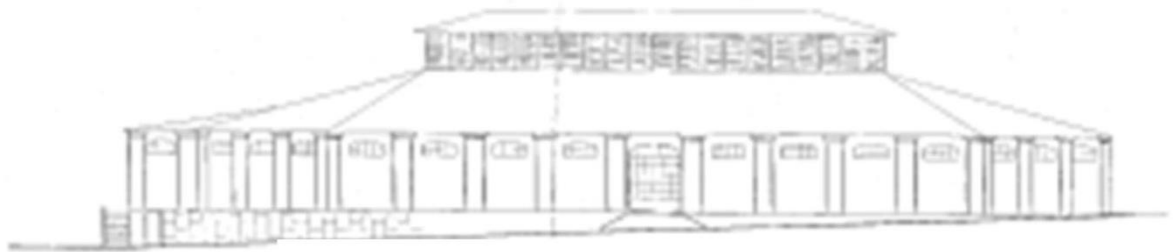
Fonte: Google Earth

**Figura 51 – Mapa topográfico – curvas de níveis**



Fonte: Arquivo público de Uberaba

**Figura 52 – Fachada – caimento do terreno**



Fonte: Arquivo público de Uberaba

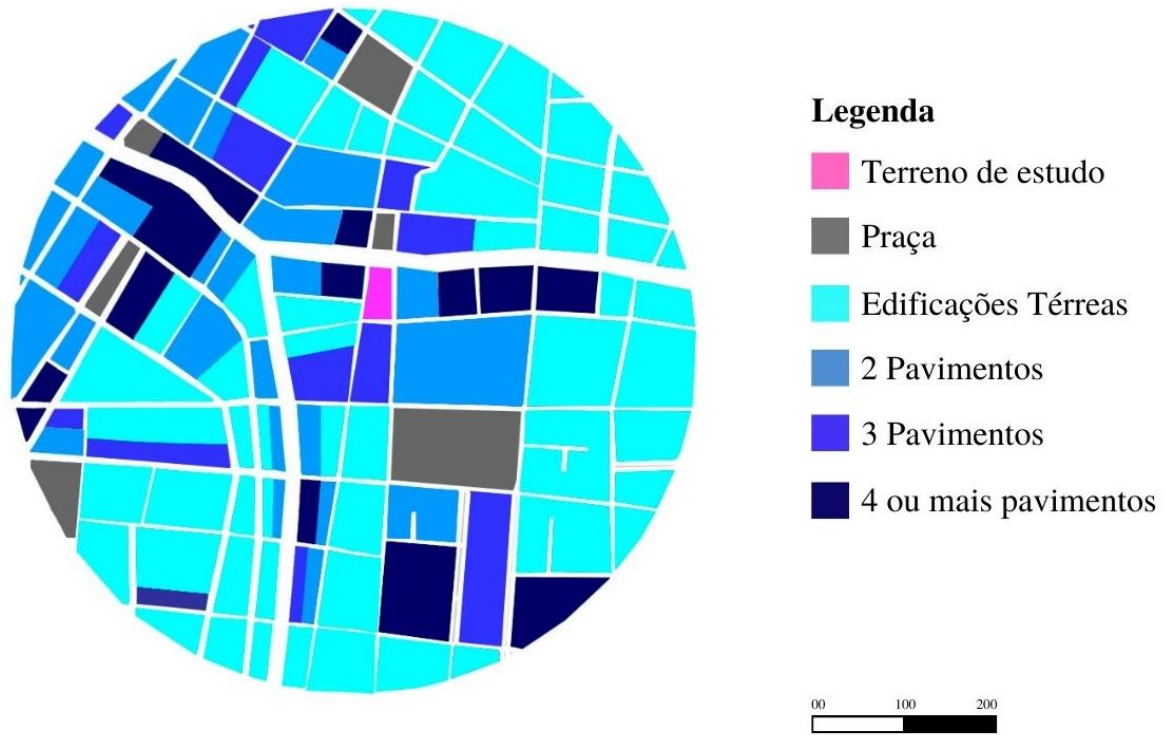
## 5.9 Gabaritos

Por ser uma área central, possui um gabarito bem variado, os edifícios mais altos (com até 20 pavimentos) estão concentrados na Av. Leopoldino de Oliveira, e alguns na Av.

Guilherme Ferreira.

Nas demais áreas predominam-se gabaritos de 1 e 2 pavimentos, com algumas exceções espalhadas com 3 e 4 pavimentos.

**Figura 53** – Mapa de gabaritos



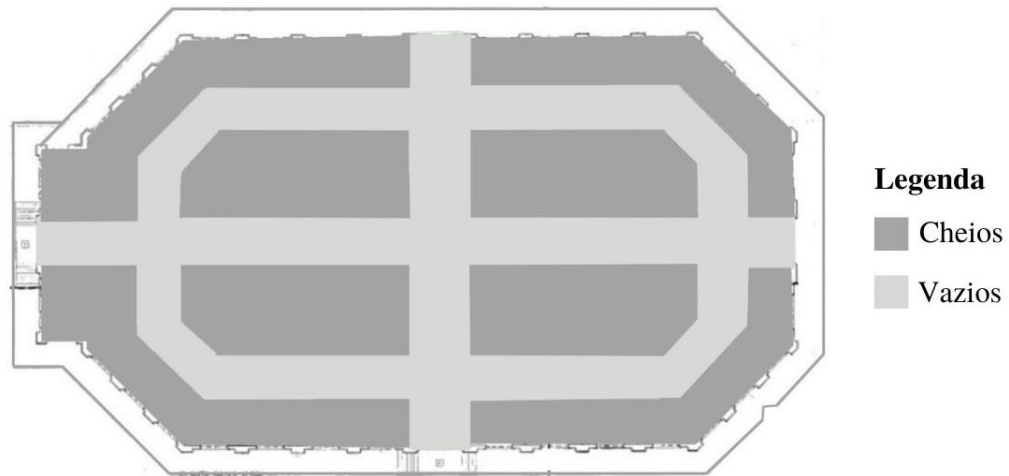
Fonte: Autora



### 5.10 Cheios e Vazios

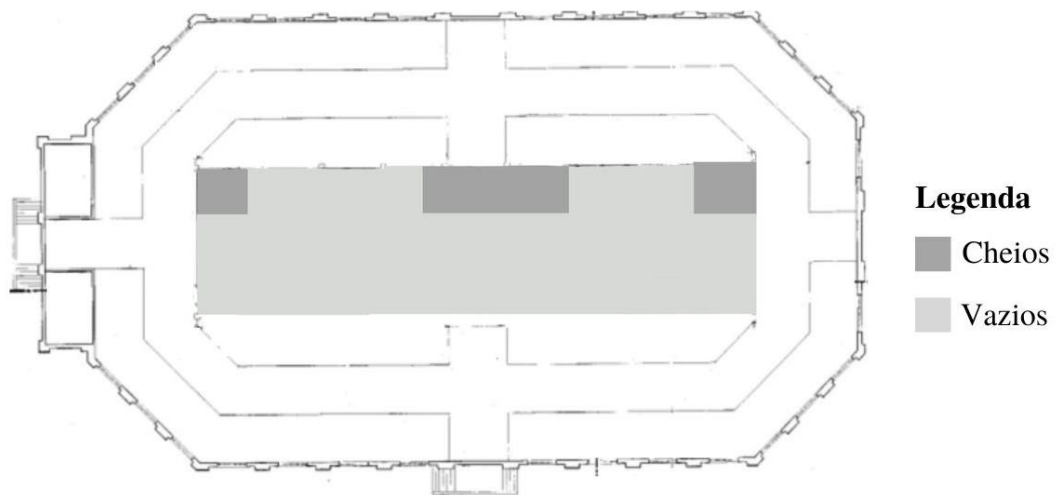
Percebendo o traçado da cidade, observa-se no mapa de cheios e vazios que a cidade possui em sua grande parte lotes edificadas, isso, conseqüentemente agrega em pontos positivos para o edifício que será requalificado, pois além de ele se encontrar em uma área bastante propícia, seu entorno é eficiente e o valoriza ainda mais, nesse sentido, pela variedade de lojas e comércios presentes próximo a ele é possível despertar a atenção de públicos diferentes.

**Figura 54** – Diagrama de cheios e vazios – Interior da edificação - Térreo



Fonte: Autora

**Figura 55** – Diagrama de cheios e vazios – Interior da edificação - Mezanino

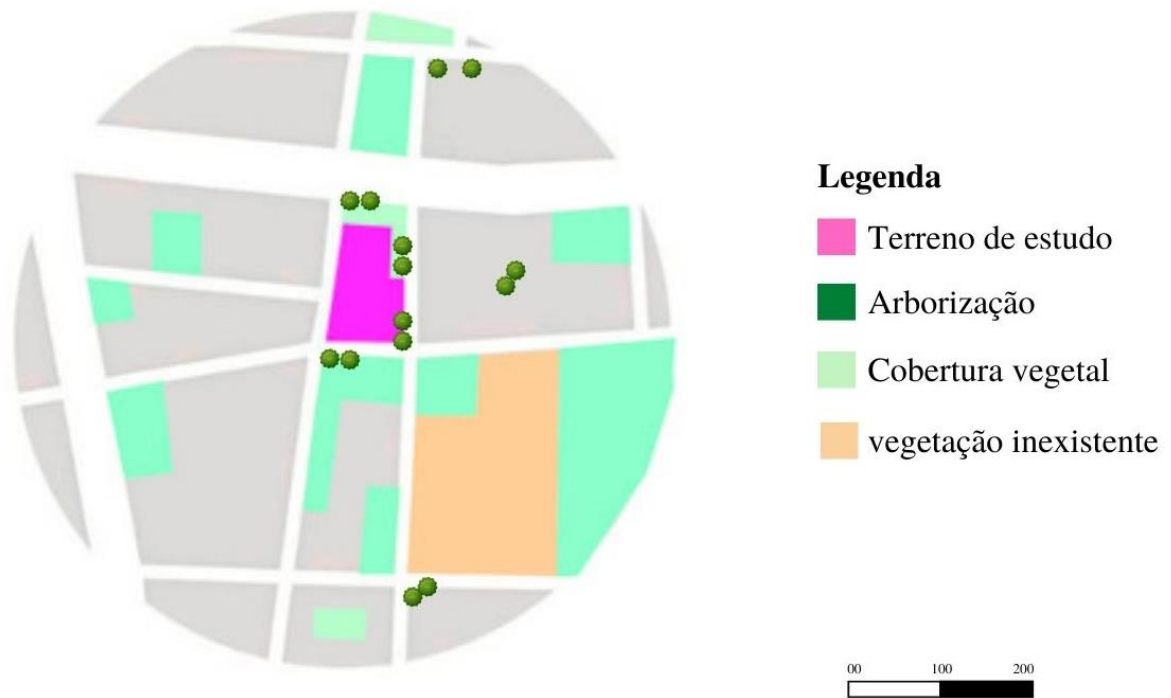


Fonte: Autora

### 5.11 Mapa de Vegetação

No entorno da edificação do terreno escolhido há uma grande predominância de árvores que contornam a edificação. Próximo a ele há muitas coberturas vegetais e árvores isoladas. É uma área que apresenta um grande potencial de áreas verdes. As árvores existentes são de grande porte e se repentem por quase toda a área.

**Figura 56** – Mapa de vegetação



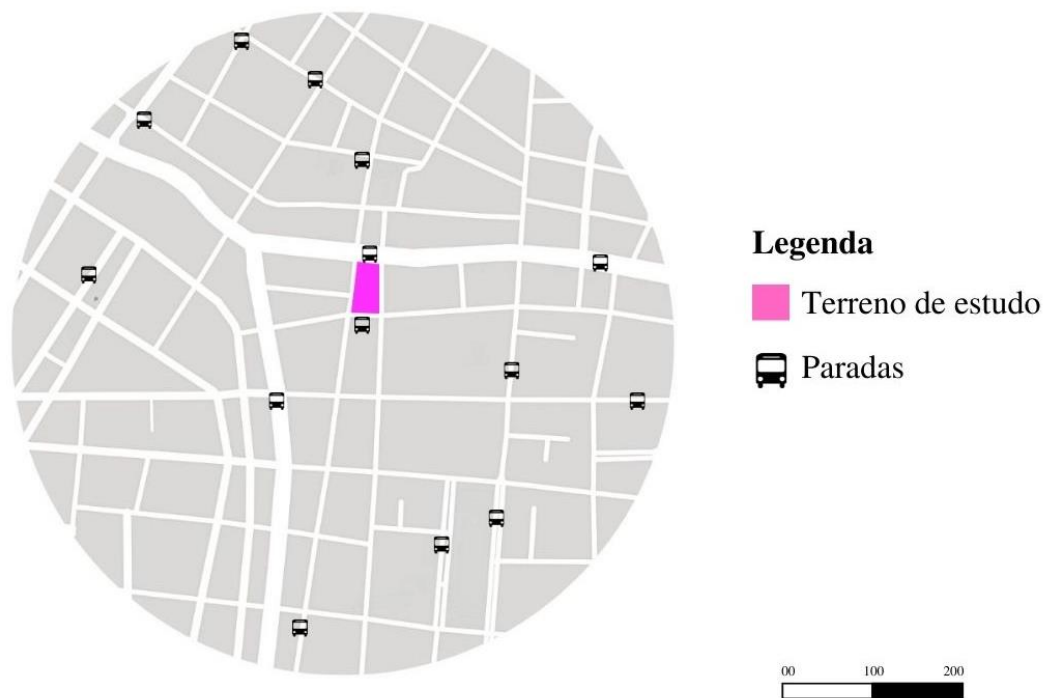
Fonte: Autora



## 5.12 Mobilidade Urbana

No mapa de mobilidade urbana é possível notar que há muitos pontos de ônibus e estações próximo ao terreno, o que facilita a locomoção para pessoas que vem conhecer a região e necessitam de transporte público. Tem paradas em frente e atrás do mercado. Não foram identificadas ciclovias, as ruas e calçadas se encontram em bom estado.

**Figura 57** – Mapa de mobilidade urbana



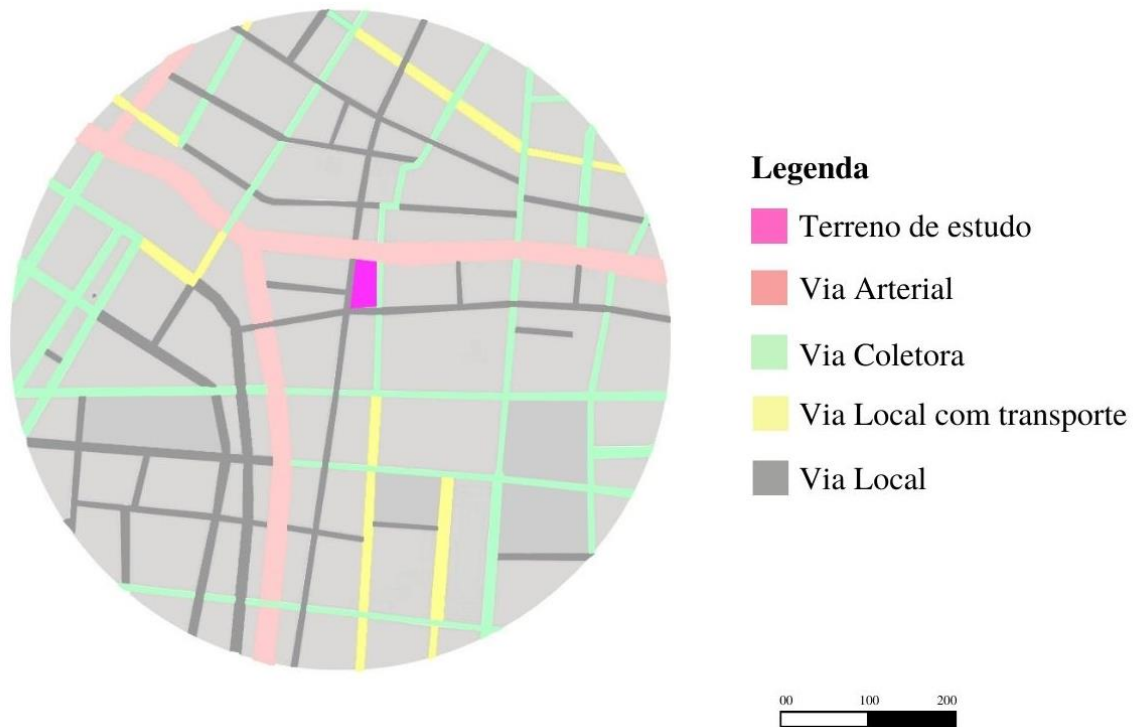
Fonte: Autora



### 5.13 Hierarquia Viária

Possui como vias arteriais as Avenidas: Leopoldino de Oliveira, Guilherme Ferreira e Fidelis Reis, e as vias coletoras que ligam as vias locais as arteriais.

As vias arteriais são aquelas que possuem alta capacidade, enquanto as coletoras, são as que apresentam um fluxo equilibrado e moderado. As vias locais são as destinadas somente ao acesso local e áreas restritas, com isso, apresentam uma velocidade máxima de até 40 km.

**Figura 58** – Mapa de hierarquia viária

Fonte: Autora



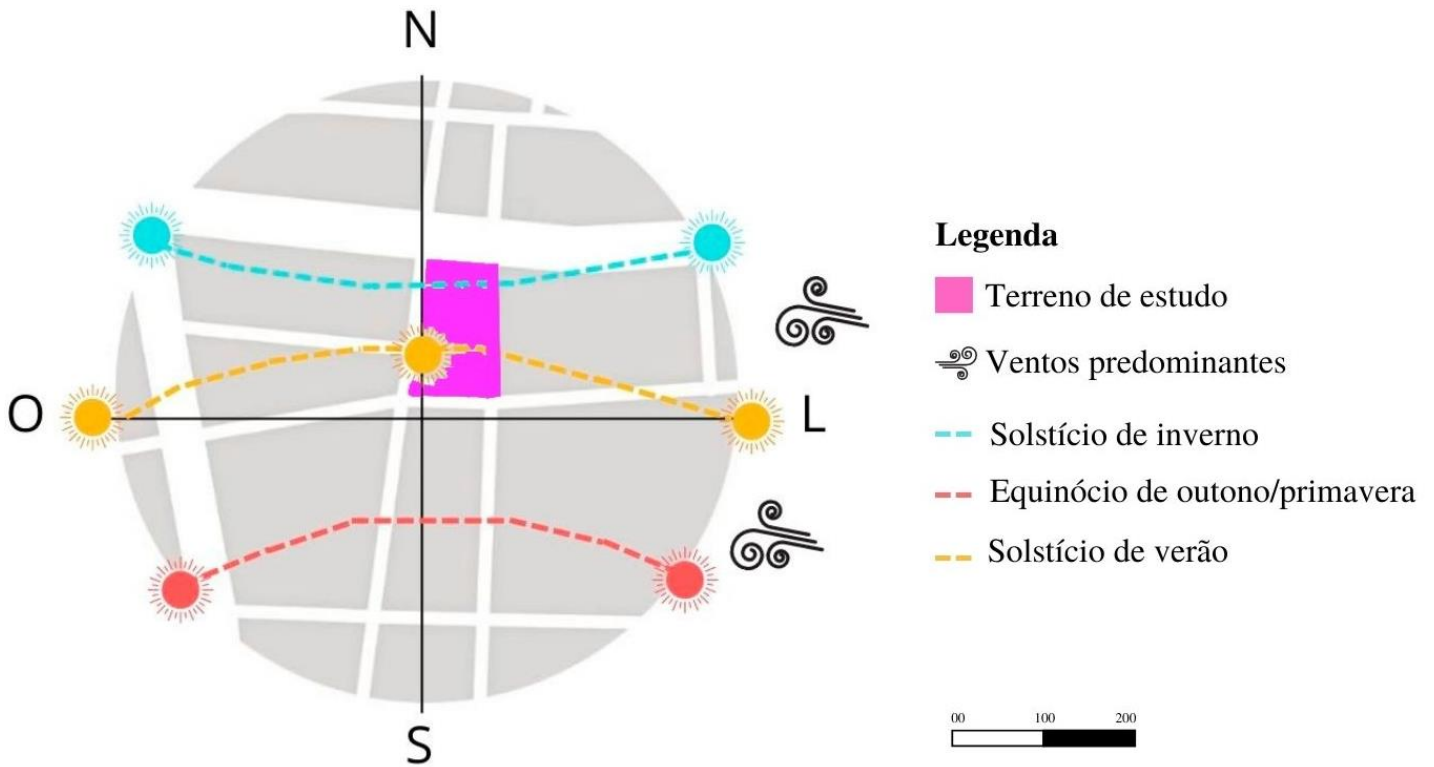
### 5.14 Bioclimatismo

Em Uberaba, a estação com precipitação é abafada com estação seca de céus quase sem nuvens. Durante todo o ano o clima é morno com uma temperatura que varia entre 16 a 30 graus e raramente chega a ser inferior a 12 e superior a 34 graus.

A estação quente permanece de 31 de agosto a 7 de novembro com temperatura máxima diária acima de 30 graus. O mês mais quente é outubro e a estação mais fresca vai entre os meses de maio e julho, enquanto a mais fria, no mês de junho.

De modo geral, Uberaba apresenta um clima tropical havendo muito mais pluviosidade no verão do que no inverno, tendo seu clima classificado pela Koppen e Geiger como AW.

**Figura 59** – Mapa bioclimático



Fonte: Autora



## 6. DIRETRIZES DA PROPOSTA

### 6.1 Diretrizes Gerais

Após estudos realizados para a requalificação do mercado, alguns fatores foram revistos e alinhados, nesse sentido, o objetivo do projeto, de abrangência multidisciplinar, consiste em readequar o edifício as condições atuais de operacionalidade e segurança, acrescentando-lhe também renovadas funções, requalificando-o como novo centro varejista e gastronômico da cidade de Uberaba. Dessa forma, algumas condições foram levadas em conta afim de viabilizar e permitir melhor funcionamento do edifício comercial.

### 6.2 Diretrizes Específicas

- Conservação e restauro do bem tombado;
- Recuperação da cobertura do edifício, incluindo captação das águas pluviais;



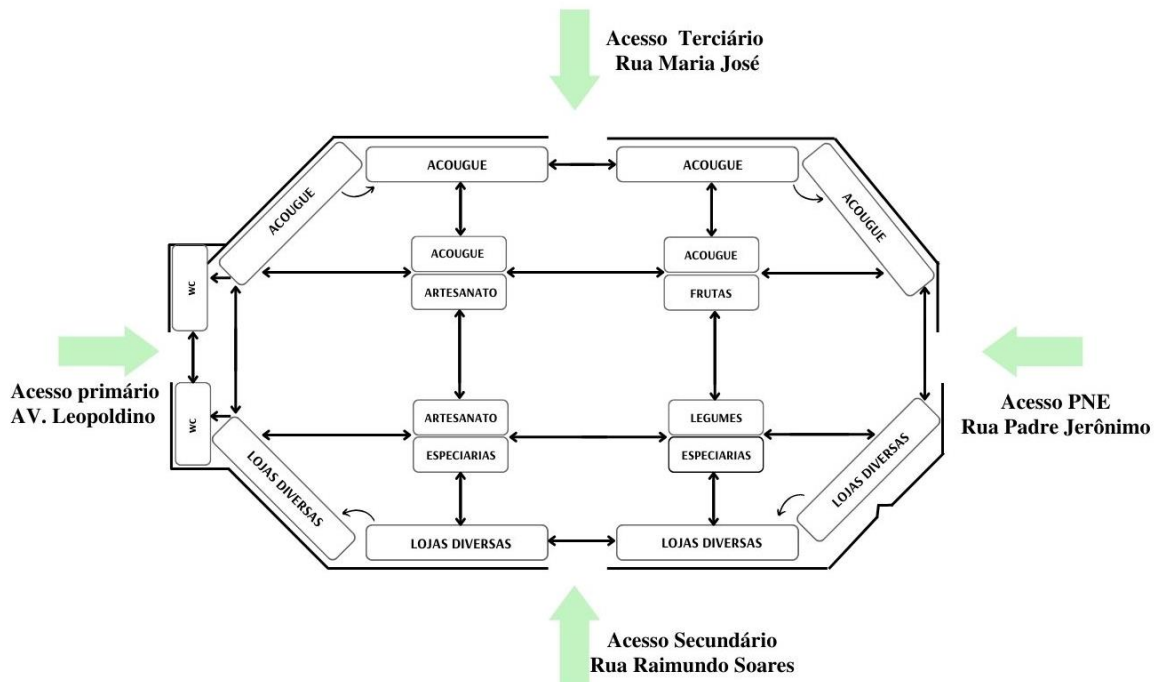
- Implementação de sistema de infraestrutura capaz de adequar todas as instalações necessárias ao funcionamento atual e futuro do mercado;
- Iluminação interna e externa;
- Substituição do piso interno das circulações de usuários pedestres e de todos os boxes;

Por meio dos estudos, originou-se um programa de necessidades básico e inicial com as propostas preliminares do que está sendo pensado para o projeto. Importante salientar que por ser um edifício já construído, apresenta de forma independente um programa original formado na época de sua construção. Logo, as orientações citadas anteriormente nos tópicos servirão como apoio e complemento para o programa já existente.

## 7. FLUXOGRAMA EXISTENTE

O mercado possui um fluxo simples e contínuo. Possui 4 acessos, sendo o primário o principal deles dado pela Av. Leopoldino. Sua organização consiste em grandes bancas nas laterais e bancas individuais no centro. Essas bancas se interligam e promovem uma circulação facilitada. Por todos os acessos, as bancas centrais se destacam.

**Figura 60** – Fluxograma existente



Fonte: Autora

Figura 61



Figura 62



Figura 63



Figura 64



Fonte: Uberaba em fotos

## 7.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES ORIGINAL

Figura 65 – Programa de necessidades - Original

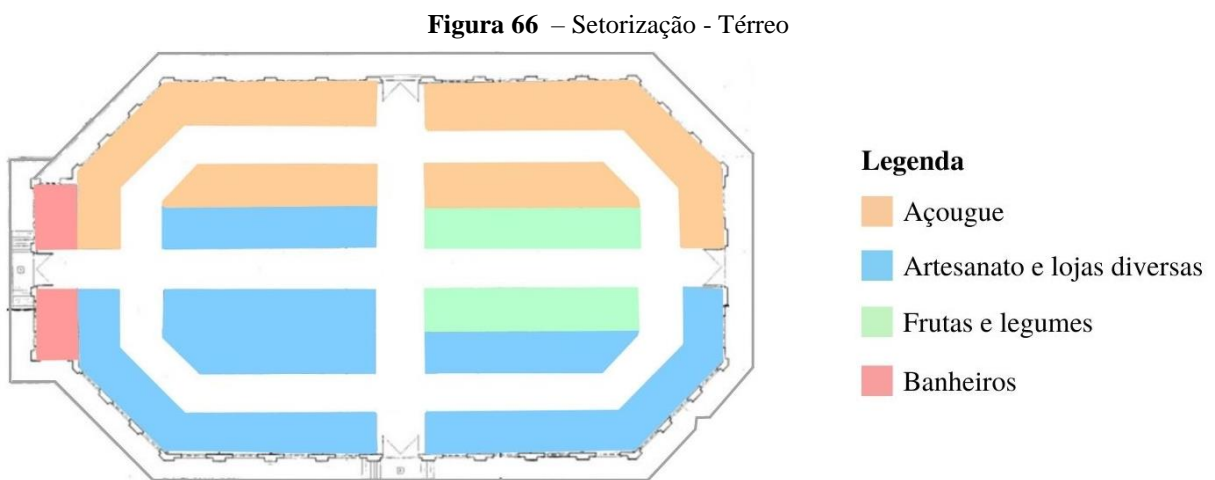
SEÇÃO	SETOR	N.º DE COMPARTIMENTOS/ BANCAS
SEÇÃO 01	AÇOUGUES	15 COMP.
SEÇÃO 02	CEREAIS	08 COMP.
SEÇÃO 03	ANIMAIS VIVOS	07 COMP.
SEÇÃO 04	LACTICÍNIOS	14 COMP.
SEÇÃO 05	FRUTAS	08 COMP.
SEÇÃO 06	FLORES	16 BANCAS
SEÇÃO 07	VERDURAS E LEGUMES	16 BANCAS

Fonte: Arquivo Público de Uberaba

O programa original foi a primeira proposta realizada quando o assunto sobre a construção do mercado foi a debate. De acordo com a construtora, o projeto deveria ser organizado em 7 seções e estas corresponderiam a um setor específico. Não há evidências da

metragem quadrada utilizada em cada compartimento nem dimensões das bancas. Após informações adquiridas junto a prefeitura de Uberaba, o mercado municipal já não possui mais este funcionamento, alguns setores foram substituídos, como por exemplo a seção 3 de animais vivos e a seção 6 de flores.

Para complementar o entendimento sobre o funcionamento do mercado municipal hoje, foi feito um diagrama de setorização em cima da planta, este, mostra com mais clareza sobre as seções, os setores e seus compartimentos e bancas. Importante destacar que atualmente o mercado dá mais ênfase na venda de artesanatos e especiarias.



Fonte: Autora

Enquanto ao mezanino, é uma área bastante degradada, apresenta problemas relacionados a higiene, e não agrega muito ao uso do mercado. Por lá é encontrado mesas desorganizadas, e ele auxilia mais como uma espécie de depósito. Apesar de ser um ótimo espaço, seu aproveitamento é mínimo, no projeto original é possível notar alguns compartimentos e salas mas estes, atualmente se encontra com apenas 2 lojas de artesanato, a administração e sanitários.

Sobre o estacionamento, há uma área destinada a ele envolta do mercado, este possui uma média de 25 a 30 vagas.

## 7.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES – NOVO

O tema objetiva preservar o Mercado Municipal de Uberaba, mantendo as características da arquitetura eclética das fachadas originais. Todos os elementos colocados no programa ajudarão de forma precisa a valorizar visualmente o espaço, estes, serão grandes protagonistas na composição e revitalização do edifício e de toda sua área que traz consigo

significativa importância.

A área total de todos os boxes de 1 a 52 é de: 922,40 m<sup>2</sup>.

No térreo a intervenção foi mínima, pois não é possível fazer a locomoção das bancas existentes, são todas fixas, logo, nesse pavimento será feito somente uma readequação dos banheiros feminino e masculino, que contará também com uma cabine com as dimensões exatas para atender ao portador de necessidades especiais. Além disso, o piso foi todo substituído por uma outra textura de granito. Enquanto as bancas que fazem a venda de produtos que exigem adequada higienização, foi proposto pequenas áreas para este fim, essas áreas possuem uma metragem quadrada de 1.50 x 1.50, a ideia é colocar dentro dessas medidas apenas uma bancada com pia.

A quantidade de intervenção no mezanino são maiores, pois é uma área praticamente vazia. Logo, notando a falta de espaço para os artesãos e artistas do mercado, esta área ficou destinada a venda de produtos dos artistas locais. Além disso, uma área de exposição foi criada afim de deixar a mostra seus trabalhos e de evidenciar a importância da apreciação da cultura de Uberaba.

## 8. DIMENSÕES MORFOLÓGICAS

### 8.1 Dimensão Topoceptiva

A feira é completamente organizada em setores, o que facilita a topoceptividade. Cada setor existente possui lojas de referências que auxiliam o pedestre a se localizar.

**Figura 67** – Casa de carnes Bandeirantes



Fonte: Uberaba em fotos

A casa de carnes Bandeirante é um dos grandes pontos de referência no Mercado Municipal. Tem o seu lugar na feira há mais de 10 anos, além do mais, é famoso por possuir muitas outras casas em Uberaba, trabalha no ramo de açougues desde 1975 sendo o mais procurado pelos seus residentes.

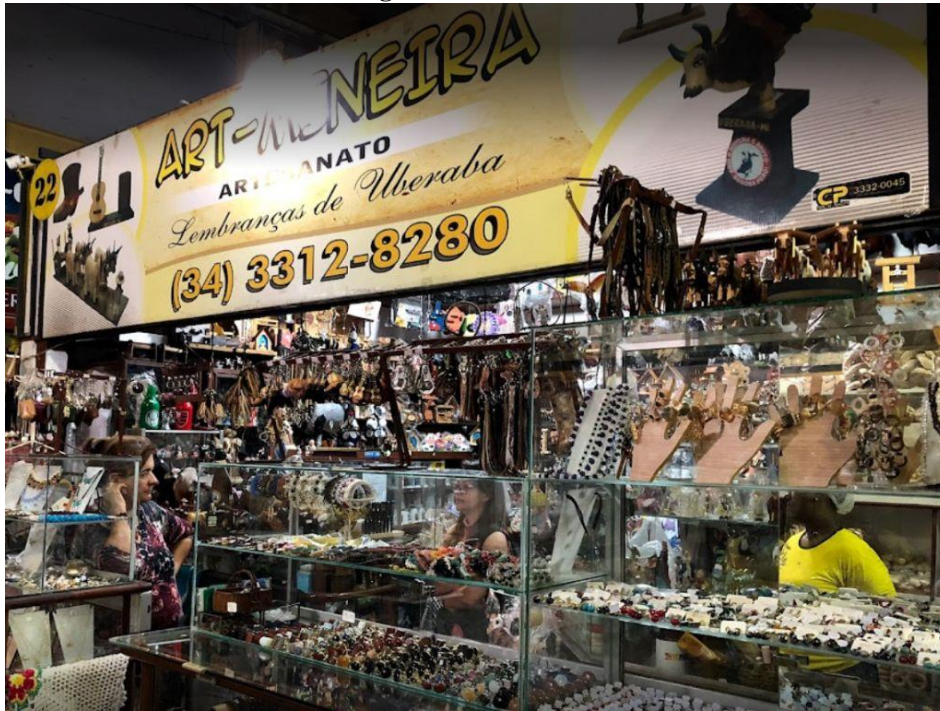
**Figura 68** – Banca do Edson



Fonte: Uberaba em fotos

A figura 65 mostra outra banca que também funciona como referência. A banca do Edson conta com produtos como queijos, doces, mel, castanhas, cachaças e muitas outras variedades típicas mineiras. É considerada a maior loja de doces artesanais possuindo apreciação de seus residentes e principalmente de seus visitantes.

**Figura 69** – Banca Art Mineira



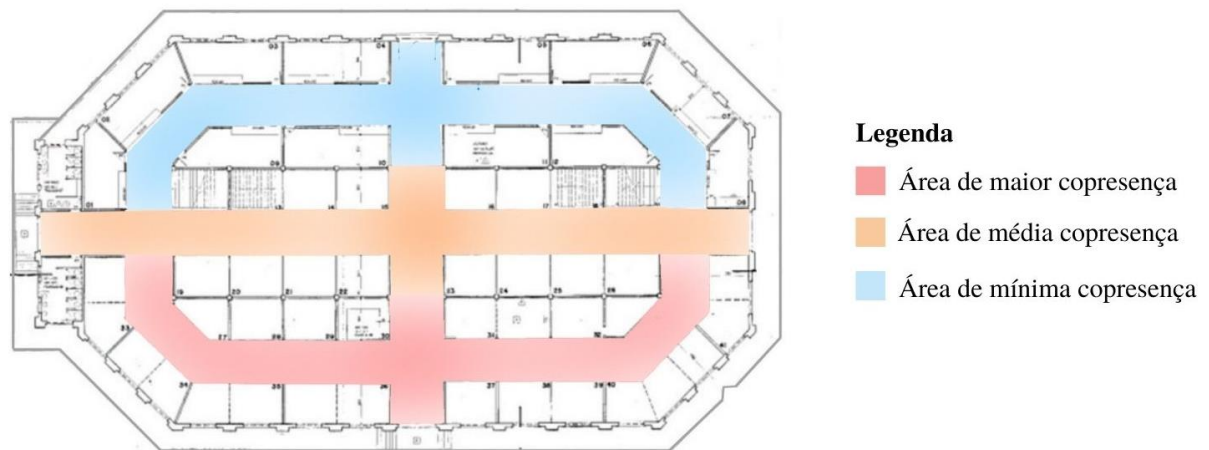
Fonte: Uberaba em fotos

A loja de artesanato Art-Mineira é uma das mais conhecidas no setor de artesanato. Lá é encontrado roupas de cama, mesa, banho, artigos decorativos, lembrancinhas, chaveiros, entre outros. Recomendada e bem avaliada por seus visitantes, serve como ótimo ponto de referência dentro do mercadão.

### **8.1.2 Dimensão Copresencial**

As áreas que possuem maior copresença no interior do edifício são próximas as bancas de artesanato e lojas diversas. As lojas diversas são aquelas que vendem produtos criados por artistas locais, objetos decorativos, artigos para pesca, brinquedos infantis e acessórios. O açougue, apesar de possuir uma enorme variedade de carnes, tem pouco movimento, tanto dos residentes quando dos visitantes. Atualmente, o mercado é procurado principalmente por turistas que estejam interessados em comprar produtos de artesanato e objetos de decoração, logo, essas são as áreas de maior copresença.

As frutas e legumes vendidos do no mercadão também agradam a maioria, no entanto, é a segunda área a apresentar maior copresencialidade no interior do mercado. E por fim, as áreas de menor copresença são as que abrangem o açougue.

**Figura 70** – Diagrama de copresencialidade

Fonte: Autora

### 8.1.3 Dimensão Funcional

Em relação a sua funcionalidade, no interior, a partir das análises foi possível concluir que apesar de ser um espaço pequeno, o mercado municipal chama atenção pela sua organização. Seu fluxo é funcional, e foi trabalhado nele uma setorização muito clara que permite a proximidade de lojas que possuem alguma conexão, sejam nos seus produtos similares, ou sua categoria. A separação destes pode-se arriscar que seja um dos fatores mais interessantes em toda a sua arquitetura, infelizmente, os corredores apresentam falhas em suas dimensões o que em casos de super-lotação poderia ocasionar em desorganização, porém a fluidez do seu fluxo auxilia de forma significativa.

Sobre a funcionalidade geral do mercadão para todo o seu entorno, atualmente ele é destaque na região onde está inserido, é um edifício tão presente na sociedade uberabense que não é possível desmembrá-lo do cotidiano porque ele atende a todas as necessidades das pessoas que são daquela região e até mesmo das que não são. Além do mais o mercado municipal gera uma sensação de afetividade a todos, pois ele é um grande ponto de encontro. Ele é um espaço comercial com muitos produtos de ótima qualidade e é repleto de propriedades que atraem, motivam e fascinam as pessoas. É uma tipologia antiga que possui funções que vão desde o abastecimento da população a ponto turístico. O mercado municipal é impregnado de histórias e significados, então sua funcionalidade, seu espaço vai além de lugar de negócios, ele comporta uma gama bem maior com relações mais profundas que apenas venda e compra. Não só o mercado municipal, o centro também possui uma importância e é funcional para as pessoas, lá é repleto de lojas, agências bancárias, restaurantes, logo, o centro é um lugar de bate-papo e

funciona também como um ótimo lugar para resolver negócios, seja na prefeitura, no cartório...

A praça Manoel Terra que abriga o mercadão se destaca por possuir uma das mais belas paisagens contando com uma enorme variedade de comércios. O mercadão funciona como um ponto de encontro, como um ponto turístico, como um ambiente para compra de produtos, e agrega a arquitetura, ele dá qualidade ao espaço público onde está inserido e funciona como um edifício que faz toda uma releitura cultural, expressando sobre o município de Uberaba e valorizando seus traços.

#### **8.1.4 Dimensão Econômico Financeira**

O Mercado Municipal possui grande relevância na região se destacando pelo grande número de vendas principalmente em épocas festivas ou feriados que é quando a cidade recebe mais pessoas vindo de fora, mas de modo geral ele possui um elevado potencial de consumo, possui um bom desempenho econômico e é gerador de muitas oportunidades de emprego.

Dentro do mercadão estima-se mais de 250 pessoas trabalhando, isso internamente, sem contar com os trabalhadores externos que promovem entregas e abastecimento dele. Considerando o centro onde ele está localizado, e analisando economicamente Uberaba no geral, de acordo com os dados e estatísticas do IBGE, o PIB da cidade é de cerca de 15,5 bilhões, sendo que 53,8 % do valor vem de serviços, a indústria com 31%, a administração pública com 11% e a agropecuária com 4,2%.

O Município possui 88,8 mil empregos com carteira assinada e a média de trabalhadores no setor de comércio varejista é de 3.762.

#### **8.1.5 Dimensão Expressivo Simbólica**

Enquanto sua simbologia, para a sociedade o mercado municipal vai além de um centro comercial, lá é onde os artistas locais conseguem fazer a venda dos seus produtos artesanais, há registros de muitas pessoas importantes que tenha passado por ele e deixado marcas. Sendo um dos maiores cartões postais da cidade, recebeu visitas de Chico Xavier e há registros de bancas existentes em seu interior há mais de 30 anos. Reportagens e notícias descrevem sua expressividade. Muitos começam jovens em suas bancas e vai passando os pontos de geração para geração, o que acaba gerando uma relação de afetividade. Seu expressivo simbólico é então notado na sua arquitetura que faz uma junção de diversos períodos, pelas pessoas que passaram por lá, pelas que agregaram e deixaram um pouco de seus aprendizados, e até hoje vem despertando sentimento de afeição e pertencimento, é o local que “incorpora o jeito mineiro de



ser”, segundo palavras de moradores da região. Seu expressivo simbolico é então bastante evidente em todos os seus traços. Aos fins de semana, acontecem no mercado eventos culturais e de lazer.

**Figura 71** – Comerciante do Mercado Municipal entre os anos de 1970



Fonte: Uberaba em fotos

**Figura 72** – Comerciante do Mercado Municipal entre os anos de 1980 e 1990



Fonte: Uberaba em fotos

## 9. CONCEITO

O conceito proposto para o projeto de requalificação se baseia na fluidez. A ideia é preservar a estrutura atual do edifício, mantendo os elementos de arquitetura pré-existentes, promovendo modificações no espaço principalmente interno, utilizando técnicas e materiais

que estimulem e mostrem a fluência na edificação, com o intuito de tornar o ambiente confortável, proporcionando o encontro e a vivência dos usuários no local.

A fluidez poderá se sobressair no projeto como algo que se adapta e se relaciona com tudo que já está criado, assim como a água se adapta aos caminhos de determinado lugar, a fluidez buscará se adaptar aos caminhos e circulações existentes dentro da feira. Não somente na circulação, a ideia de fluir também se adequa as próprias relações interpessoais que acontecem lá dentro, a fluidez pode acontecer no andar, no falar, no agir entre outros.

O conceito de Pocket Parks que será adicionado ao programa poderá ser um grande aliado na busca pela naturalidade no ambiente comercial, além do mais, aqui, ela acontecerá de forma totalmente diferente da citada anteriormente, será de fora para dentro ou de dentro para fora, ambos conversarão entre si e o sentimento de que tudo está fluindo será percebido. Essa ideia de parque pode influenciar e despertar uma gama de sentimentos, ele agrada e conforta o suficiente para fazer com que as pessoas tenham a melhor experiência possível no local, não se trata apenas de relações comerciais.

A forma arquitetônica do mercado inclusive, por si só consegue trazer fluidez, pois ela possui elementos curvos, alguns circulares, até mesmo em seu interior que auxiliam nessa aquiescência, são esses alguns princípios para se atingir fluidez dentro e fora da edificação.

## **10. PARTIDO**

Para viabilizar o conceito foram adotadas soluções em um partido de opções de projetos capazes de representar melhor funcionamento do fluxo, acessos e circulação. A intervenção será feita usando princípios de fluidez, com isso, a ideia é ampliar tudo o que for possível tornando a circulação e os acessos mais espaçosos. A iluminação será ambiente em seu interior e decorativa em seu exterior.

A iluminação participa do projeto como um dos parâmetros fundamentais, já que o objetivo é fazer com o que o espaço flua de forma que gere espontaneidade, clareza e percepção. Neste caso, a iluminação entra como linguagem, uma vez que, ao trazê-la como um dos pontos principais para se atingir fluidez, o propósito é que ela cumpra o papel de despertar curiosidade e fazer com que as pessoas que frequentam o espaço possam perceber o que há no entorno, isso auxiliará grandemente, pois haverá possibilidades de enxergar detalhes que nunca foram compreendidos antes.

Outro princípio escolhido foi a valorização arquitetônica. O espaço bem iluminado valorizará traços arquitetônicos que existem dentro do mercado mas que ainda não haviam sido

constatados, ela dará espaço aos detalhes e com isso todos poderão se atentar as cores, texturas, formas, sombras e a tudo que existe no interior do bem histórico, dessa forma, atingiremos a valorização arquitetônica.

Toda essa visibilidade estimulará o afeto, que é também um outro fundamento que será implantado para aguçar a fluidez. O sentimento de afeto será percebido quando os indivíduos frequentadores do mercado encontrarem suas características arquitetônicas e retornarem ao passado. Isso ocorrerá porque suas formas arquitetônicas desde que ele se instalou na praça Manoel Terra nunca mudou, mas ela nunca foi tão visível antes como será agora, as pessoas vão saber que aquilo sempre esteve ali, mas nunca conseguiram enxergar os elementos que fazem dele o que é.

Sabe-se que um dos motivos pelos quais ele ainda existe é pelo sucesso da sua forma de comercializar, e o lugar, pois ele é repleto de valores históricos indiscutíveis, e a afeição adquirida pelos residentes e visitantes em relação a ele ao longo dos anos faz com que todos consigam entender o porque da sua permanência e o quanto é necessário preservá-lo, nesse sentido, os parâmetros descritos auxiliam de forma significativa, para que o mercado permaneça como um grande marco histórico e jamais deixe de despertar relações afetuosas, e que isso possa sempre ser passado para frente, as gerações que ainda estão por vir merecem experimentar esse sentimento. Todo esse conjunto de elementos ajudará a arquitetura atingir seu verdadeiro propósito.

## **11. IMPLANTAÇÃO**

A implantação possui uma organização simples. Por todo o entorno do mercado são usados elementos que interagem com a forma e que faz do ambiente mais harmonioso. O conceito de Pocket Parks participa como um importante aliado na ideia de fazer do lugar um espaço alternativo, é uma opção muito interessante que tem se instalado em muitos espaços com este e tem despertado a atenção de profissionais de arquitetura por sua forma simples, descontraída e funcional. É um conceito totalmente livre de dimensões fixas, e apesar de ser semelhante a praças, ele possui dimensões bem inferiores, logo, ele foi implantado em toda a área livre que existe ao redor do edifício.

É uma ideia bastante convidativa, a simplicidade e o conforto que ele proporciona faz com que o pedestre intuitivamente adentre ao espaço. Importante destacar que o Pocket Park possui numerosas opções de mobiliários, que podem ou não ser fixos. Baseado nas decisões de projeto e visando o que melhor se adequa a esta região, o modelo de mobiliário escolhido foi o

fixo com design simples. Além disso mesas ao redor do mercado foram colocados afim de prever eventos culturais na área, funcionando também como ótimos espaços para permanência, descanso e alimentação.

Contudo, nota-se que a implantação visa somente uma coisa: aproximar o pedestre ao mercado pela apropriação e situação de pertencimento que é traduzida com o conceito do parque.

## **12. PAISAGISMO**

Foi proposto também um projeto de paisagismo, e este será um dos responsáveis por tornar o espaço mais agradável, pois, sabe-se que além de apresentarem uma beleza essencial, as plantas tornam o local mais fresco, proporcionando o conforto ambiental e receptivo ao encontro das pessoas, não só isso, além de proporcionar maior bem estar para os visitantes do local, sejam eles clientes ou não, outro ponto super interessante é o quanto um paisagismo bem executado pode valorizar ainda mais o projeto.

## **13. COBERTURA**

A cobertura do edifício anterior ao projeto de requalificação já apresentava um formato simples. No mezanino, toda a área do lanternim foi trocada, seus vidros, as telhas... No restante da cobertura foi colado uma telha conhecida como capa canal cerâmica, estas, são feitas a partir do barro e e apresentam uma curvatura que permite que haja um encaixe alternado, com o intuito de que a parte côncava sirva para escoar a água da chuva, enquanto que a convexa protegerá a junção dos canais.

Importante destacar que a cobertura do edifício já sofreu inúmeras restaurações, porém em nenhuma delas foi implantado um novo formato que não fosse o cerâmico, logo, a ideia de manter este padrão surge com a ideia de revitalizar sem que haja mudanças em suas características originais, com isso, a decisão foi revitalizar mantendo a primeira ideia desde que foi construído.

## **14. PLANTA BAIXA – TÉRREO**

No térreo foram propostos novos sanitários visando o uso do portador de necessidades especiais, além disso, todas as bancas também passaram por um processo de reforma, logo foram colocados áreas de higienização nas bancas que fazem a comercialização de carnes,

anterioemente apenas algumas possuíam esse recurso, a partir de agora é padrão. Por serem bancas fixas, não foi possível realizar intervenções mais intensas.

Enquanto ao piso, há muitos anos atrás foi instalado um piso de granitina e atualmente ele se encontra em uma situação completamente precária contribuindo negativamente para o funcional e o estético do edifício, nesse sentido ele foi trocado por um de granito polido. O piso do interior das bancas também foram trocados por um piso de cimento queimado polido, logo uma paronização em todas elas foi poposto afim de deixar o ambeinte mais harmônico.

## 15. PLANTA BAIXA – MEZANINO

O mezanino se tornou um espaço totalmente destinado ao artesanato. Lá foram inseridas diversas lojas e uma área destinada a exposição dos trabalhos realizados pelos artistas locais. A administração continuou porém em outro lugar e com dimensões maiores, e além desses ambientes, um fraldário e banheiros masculino e feminino foram implantados visando o acesso pne. Tais modificações contribuíram de forma positiva para a frequência de todos os público.

## 16. PROJETO

**Figura 73** – Parque



Fonte: Autora

**Figura 74** – Play Ground



Fonte: Autora

**Figura 75** – Parque



Fonte: Autora

**Figura 76 – Parque**

Fonte: Autora

**Figura 77 – Parque**

Fonte: Autora

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos e pesquisas realizadas do Mercado Municipal de Uberaba, nota-se que

a complexibilidade de restaurar e interferir em um bem histórico e tombado é maior do que o imaginado, uma vez que por se tratar de uma edificação antiga e pelo fato de ser patrimônio histórico de um município, muitas são as premissas que devem ser consideradas.

Porém diante da linha do tempo da história da restauração e como tudo isso foi surgindo, percebe-se o quão é importante restaurar e manter vivos as edificações do passado, pois elas são partes da cidade e são contadoras de muitas histórias.

A requalificação do Mercado Municipal de Uberaba será de grande importância, uma vez que o edifício já passou por muitas restaurações sendo algumas delas muito pequenas, não agregando no que ele realmente precisa. Requalificar, estudando e mantendo seus traços, agregando positivamente, deu ao edifício muito mais propriedade, pois ele é um dos maiores protagonistas do centro de Uberaba, reunindo e chamando atenção de diversas pessoas e instigando estudiosos a mantê-lo conservado e fazer com que sua história seja reconhecida não somente em nível municipal ou nacional, Uberaba sendo uma cidade histórica e marcada por tantos momentos bonitos, deve ter uma forma de fazer com que suas edificações mostrem o que há de mais belo nelas, além de sua arquitetura, sua história e sua simbologia.



## REFERÊNCIAS

CASTRO, Fernando. Projeto de Remodelação do Mercado Municipal de Atarazanas.  
Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-131352/projeto-de-remodelacao-do-mercado-municipal-de-atarazanas-slash-aranguren-and-gallegos-arquitectos>.

Acesso: 05/04/2022

### CONPHAU

Disponível em:

[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/conphau/arquivos/LISTA%20DE%20BENS%20INVENTARIADOS%20E%20TOMBADOS%20SITE\\_2011.pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/conphau/arquivos/LISTA%20DE%20BENS%20INVENTARIADOS%20E%20TOMBADOS%20SITE_2011.pdf).

Acesso: 05/04/2022

### IEPHA

Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/>.

Acesso: 05/04/2022

### IPHAN

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/>

Acesso: 07/04/2022

MELUCCO, Alexandra. Carta de Cracóvia 2000 princípios para conservação e o restauro patrimônio construído.2006

Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.

Acesso em: 12/04/2022

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone . A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais. Arquitextos, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>

Acesso: 12/04/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. O mercado Municipal.

Disponível em [www.uberaba.mg.gov.br](http://www.uberaba.mg.gov.br).

Acesso: 12/04/2022

PORTAL VITRUVIUS. Requalificação do Mercado Municipal Paulistano. Projetos, São Paulo, ano 03, n. 036.03, Vitruvius, dez. 2003

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/03.036/2259>

Acesso: 13/04/2022

PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. Caderno de Sociomuseologia/ nº 15; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>

Acesso: 14/04/2022

Imagens do Mercado Municipal de Uberaba

Disponível em: <https://www.uberabaemfotos.com.br/2019/06/fotos-do-mercado-municipal-de-uberaba.html>

Acesso em: 06/06/2022

Lei de uso e ocupação do solo

Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,44839>

Acesso: 06/06/2022

Bens tombados no Município de Uberaba

Disponível em:

<http://uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//conphau/arquivos/BENS%20MOVEIS%20E%20IMOVEIS%20TOMBADOS%20-%20MUNICIPIO%20DE%20UBERABA%20.pdf>

Acesso: 06/06/2022

Plano Diretor de Uberaba

Disponível em:

[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/plano\\_diretor/arquivos/plano\\_diretor\\_e\\_legislacao\\_urbanistica/demais\\_legislacoes/LEI\\_10717.pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/plano_diretor/arquivos/plano_diretor_e_legislacao_urbanistica/demais_legislacoes/LEI_10717.pdf)

Acesso: 06/06/2022

Legislação urbanística

Disponível em:

[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/plano\\_diretor/arquivos/plano\\_diretor\\_e\\_legislacao\\_urbanistica/lei\\_plano\\_diretor/lc\\_359/anexoII/quadro\\_coeficientes.pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/plano_diretor/arquivos/plano_diretor_e_legislacao_urbanistica/lei_plano_diretor/lc_359/anexoII/quadro_coeficientes.pdf)

Acesso: 08/06/2022

Legislação aplicada ao Patrimônio Histórico em Uberaba

[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//plano\\_diretor/arquivos/plano\\_diretor\\_e\\_legislacao\\_urbanistica/lei\\_plano\\_diretor/lc\\_359/LEICOMP%20359-06%20CONSOLIDADAcorreto.pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//plano_diretor/arquivos/plano_diretor_e_legislacao_urbanistica/lei_plano_diretor/lc_359/LEICOMP%20359-06%20CONSOLIDADAcorreto.pdf)

Acesso: 08/06/2022

Histórico de Uberaba

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/historico>

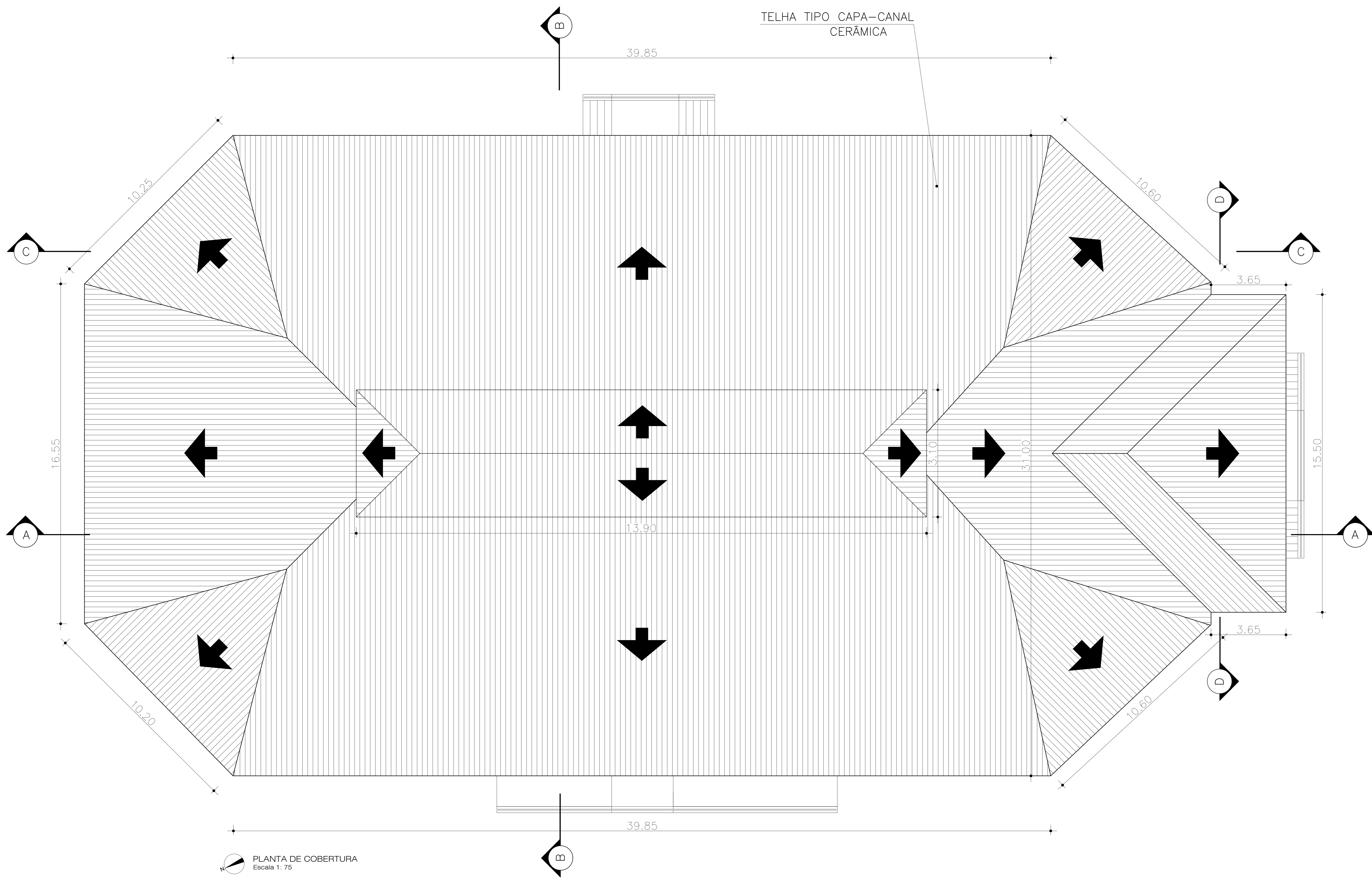
Acesso: 11/06/2022

OUTROS ACESSOS:

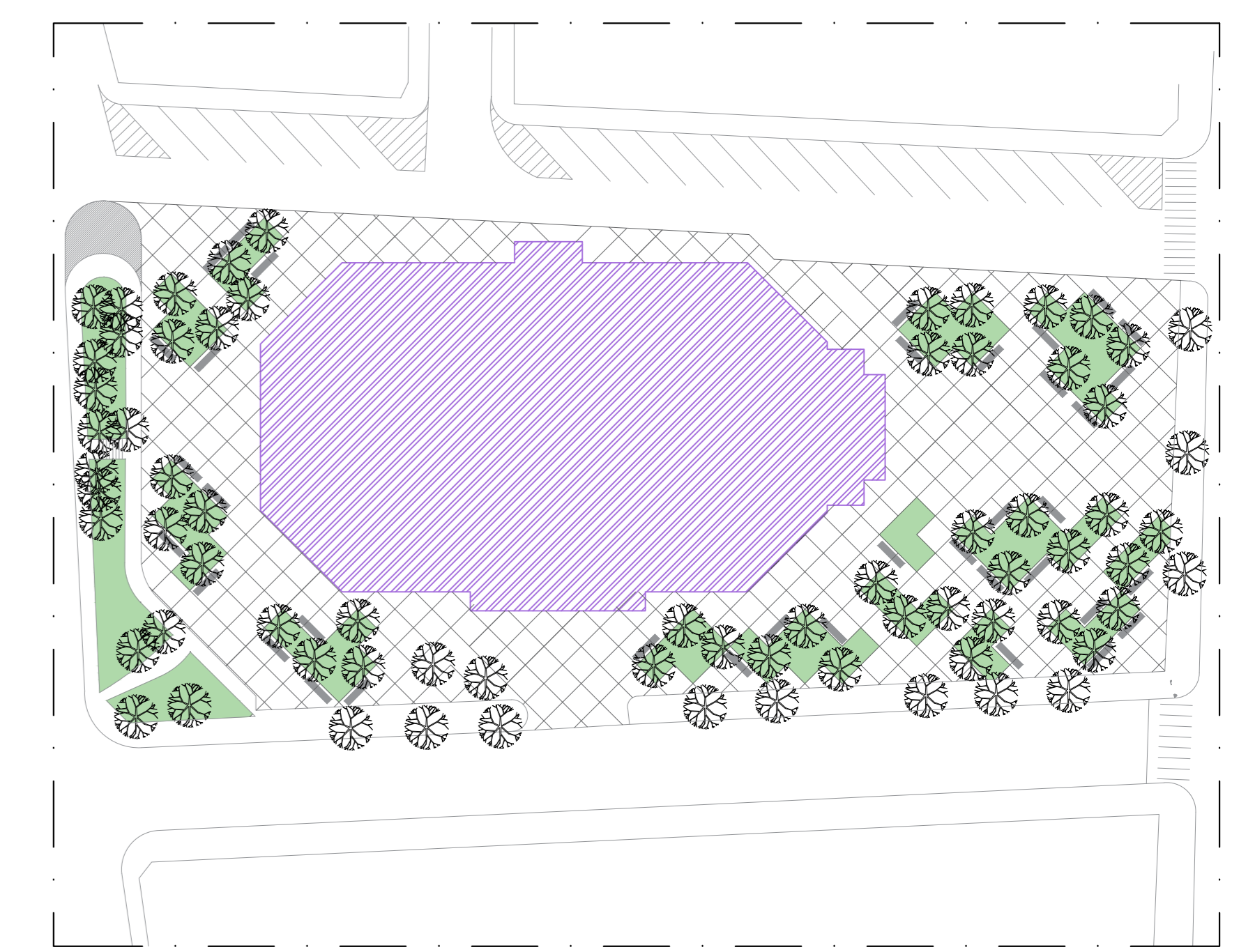
CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio 4ª edição, São Bernardo do Campo. Editora Unesp 2006.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico 1ª edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

TELLES, Leandro Silva. Manual do Patrimônio Histórico. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

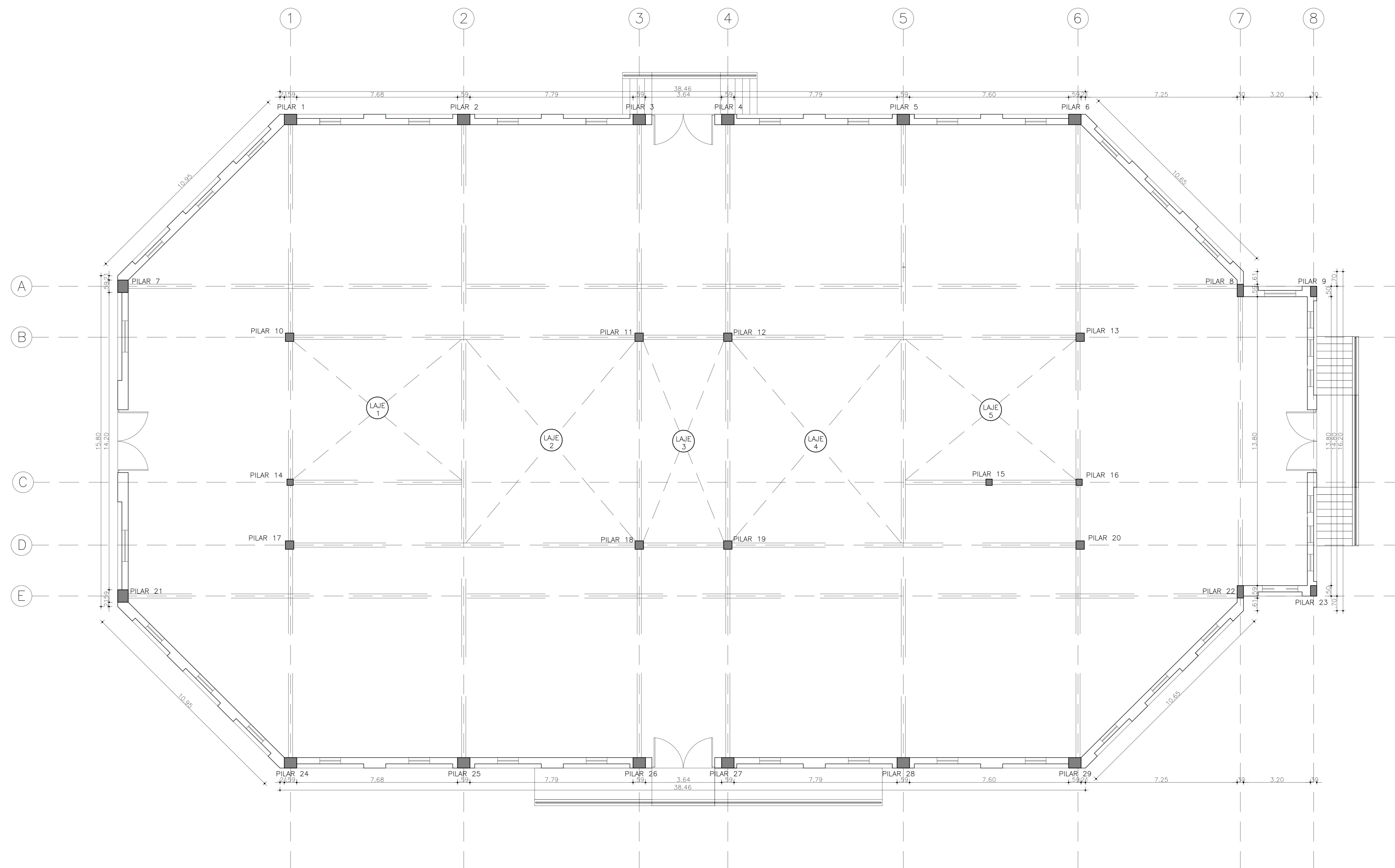


PLANTA DE COBERTURA  
Escala 1: 75



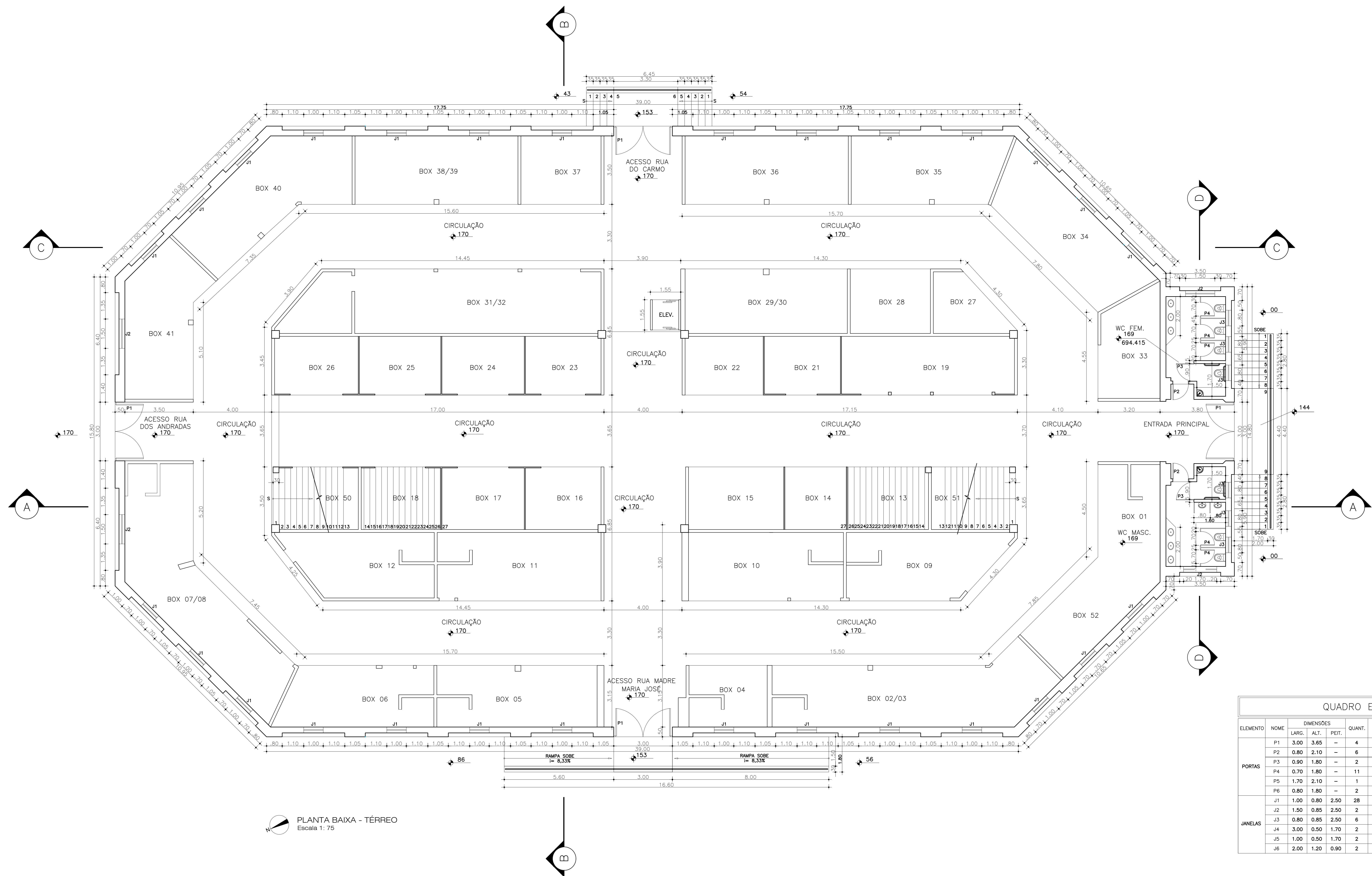
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
Escala 1: 500





PLANTA ESTRUTURAL  
Escala 1:75



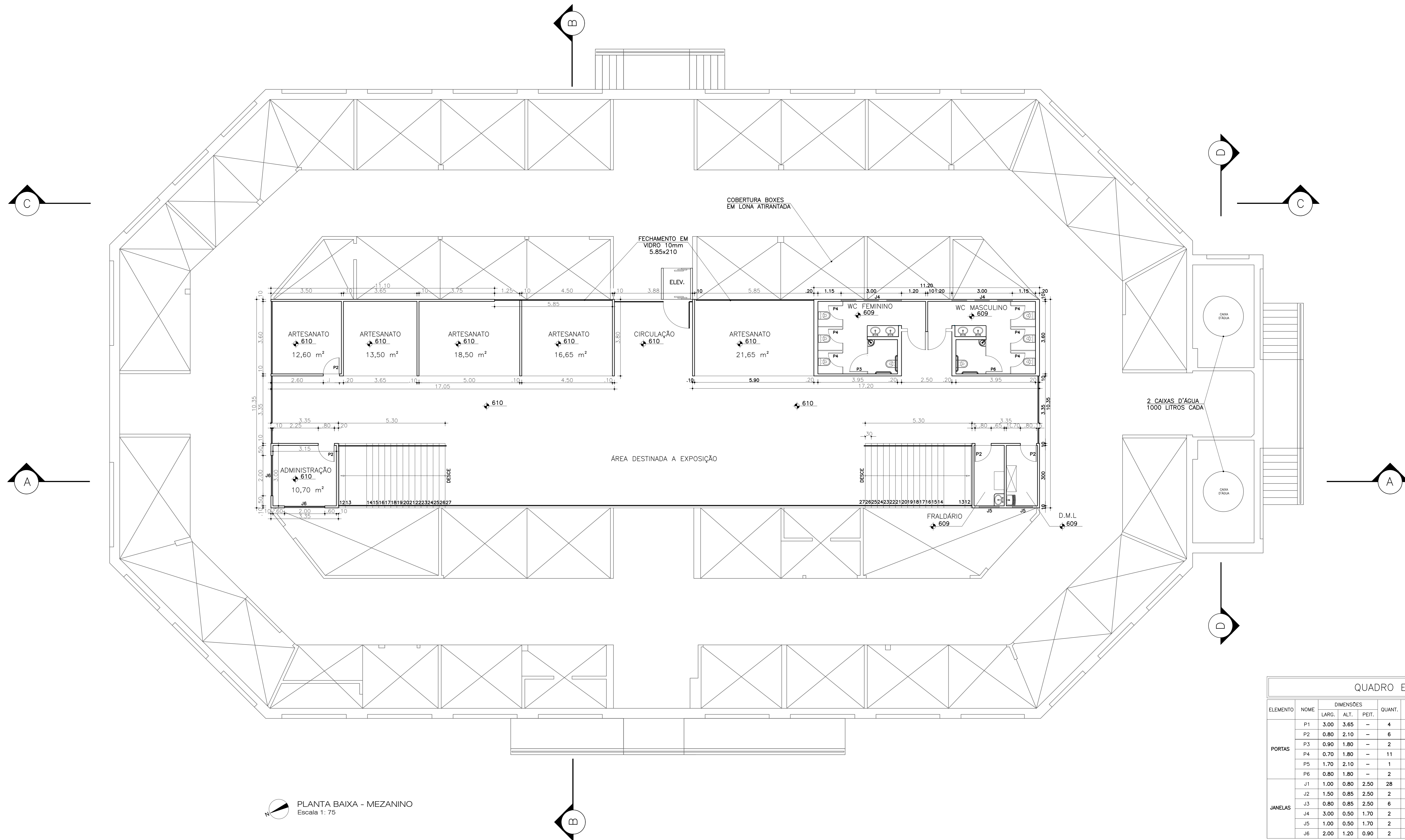


PLANTA BAIXA - TÉRREO  
Escala 1:75

QUADRO ESQUADRIAS									
ELEMENTO	NOME	DIMENSÕES			QUANT.	TIPO	MATERIAL	VIDRO	
		LARG.	ALT.	PEIT.				TIPO	ESPESS.
PORTAS	P1	3.00	3.65	-	4	ABRIR	AÇO	-	-
	P2	0.80	2.10	-	6	ABRIR	MADEIRA	-	-
	P3	0.90	1.80	-	2	SANFONADA	PVC	-	-
	P4	0.70	1.80	-	11	ABRIR	MADEIRA	-	-
	P5	1.70	2.10	-	1	ABRIR	AÇO	-	-
	P6	0.80	1.80	-	2	ABRIR	MADEIRA	-	-
JANELAS	J1	1.00	0.80	2.50	28	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J2	1.50	0.85	2.50	2	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J3	0.80	0.85	2.50	6	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J4	3.00	0.50	1.70	2	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J5	1.00	0.50	1.70	2	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J6	2.00	1.20	0.90	2	CORRER	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm



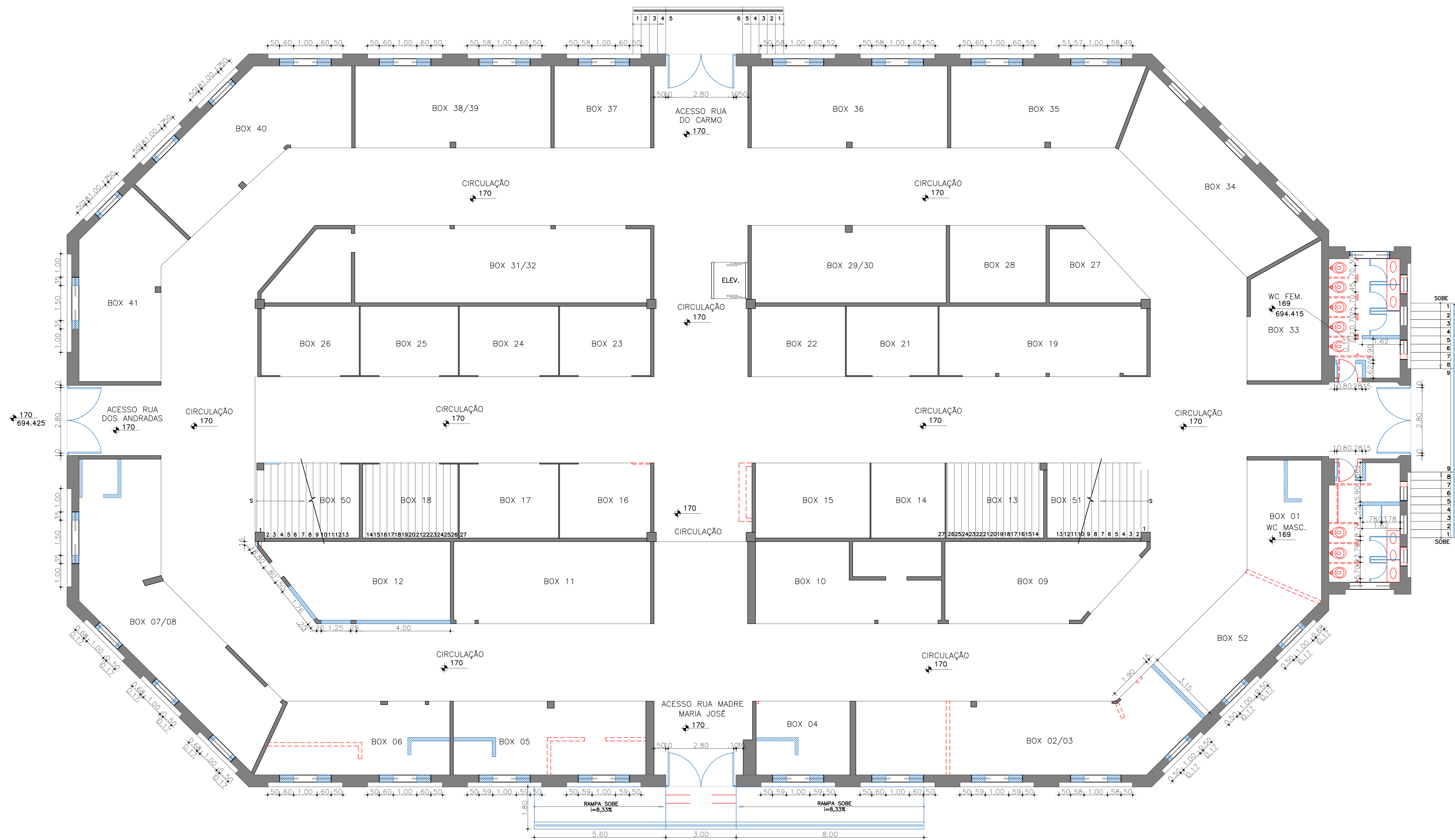
DESENHO: PLANTA BAIXA - TÉRREO  
PROJETO: MERCADO MUNICIPAL DE UBERABA - MG  
ALUNA: LARYSSA CARVALHO DA SILVEIRA  
ORIENTADOR: IURI CESÁRIO ARAÚJO  
página: 03/08



PLANTA BAIXA - MEZANINO  
Escala 1:75

QUADRO ESQUADRIAS									
ELEMENTO	NOME	DIMENSÕES			QUANT.	TIPO	MATERIAL	VIDRO	
		LARG.	ALT.	PEIT.				TIPO	ESPESS.
PORTAS	P1	3,00	3,65	-	4	ABRIR	AÇO	-	-
	P2	0,80	2,10	-	6	ABRIR	MADERA	-	-
	P3	0,90	1,80	-	2	SANFONADA	PVC	-	-
	P4	0,70	1,80	-	11	ABRIR	MADERA	-	-
	P5	1,70	2,10	-	1	ABRIR	AÇO	-	-
	P6	0,80	1,80	-	2	ABRIR	MADERA	-	-
JANELAS	J1	1,00	0,80	2,50	28	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J2	1,50	0,85	2,50	2	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J3	0,80	0,85	2,50	6	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J4	3,00	0,50	1,70	2	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J5	1,00	0,50	1,70	2	MAXIM-AR	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm
	J6	2,00	1,20	0,90	2	CORRER	METAL/VIDRO	USO/TRANSPARENTE	5mm

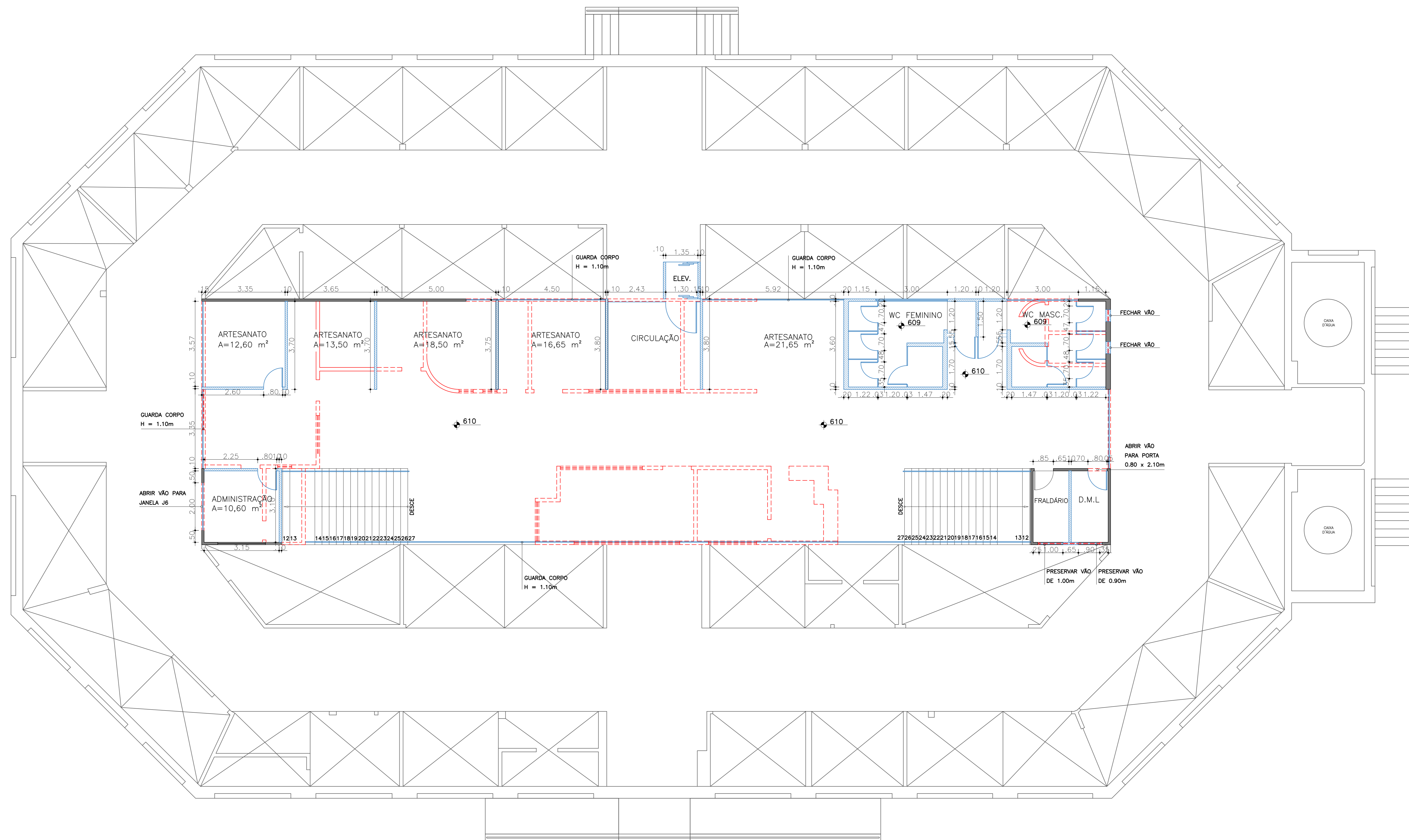




- PRESERVAR
- DEMOLIR
- CONSTRUIR
- PLANTA BAIXA - CONSTRUIR/DEMOLIR - TÉRREO  
Escala 1: 75



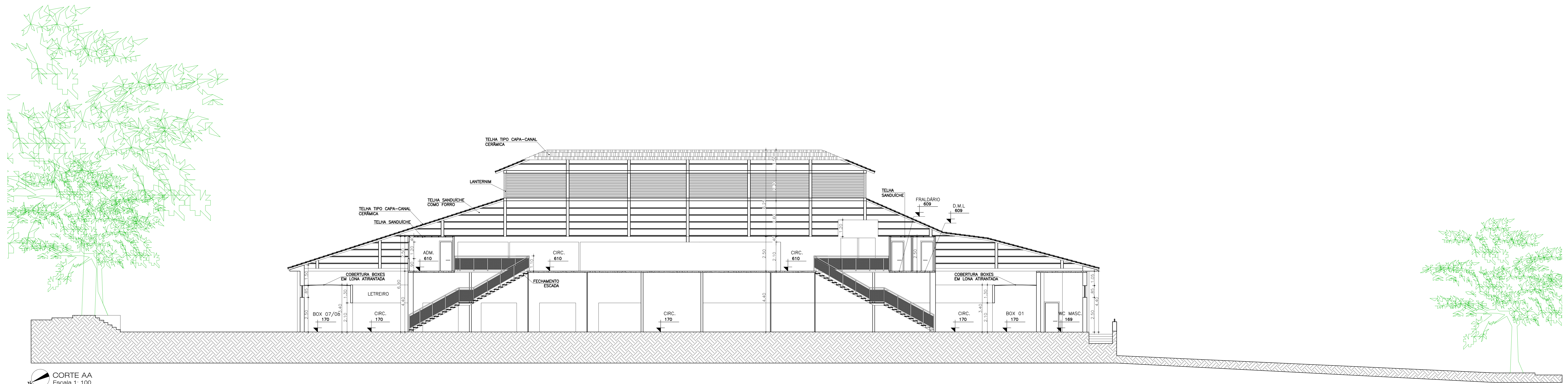




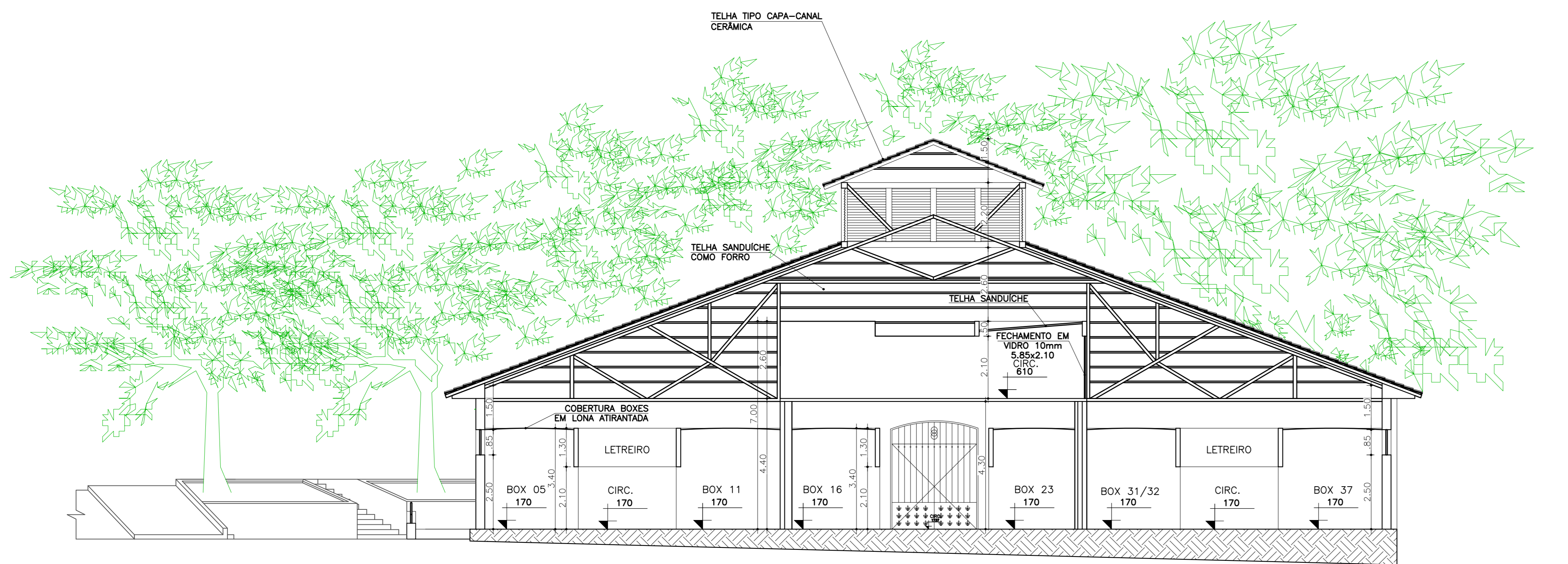
- PRESERVAR
- DEMOLIR
- CONSTRUIR

**PLANTA BAIXA - CONSTRUIR/DEMOLIR - MEZANINO**  
 Escala 1:75

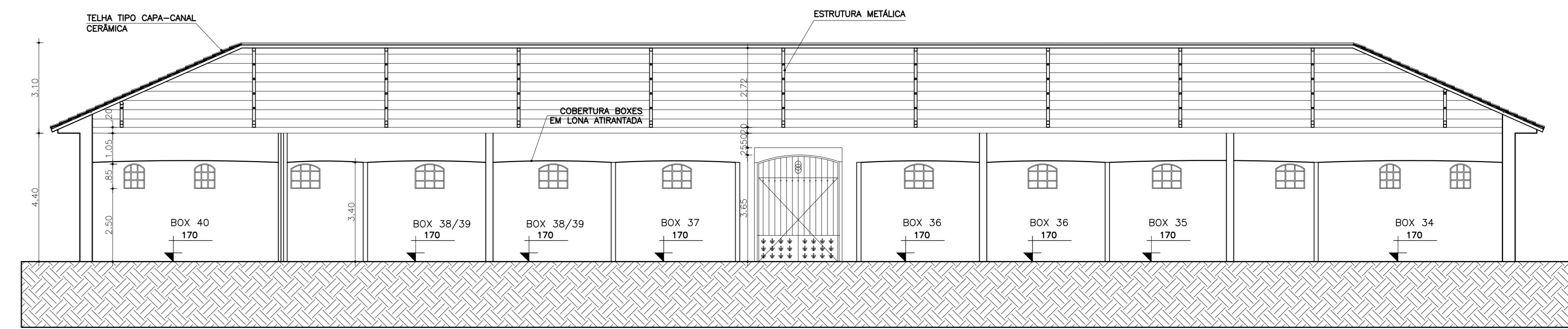




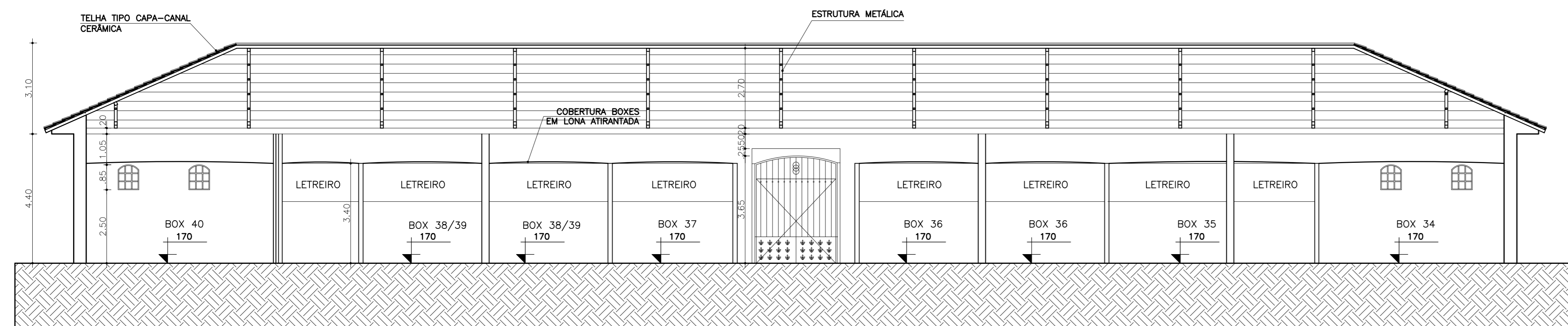
CORTE AA  
Escala 1: 100



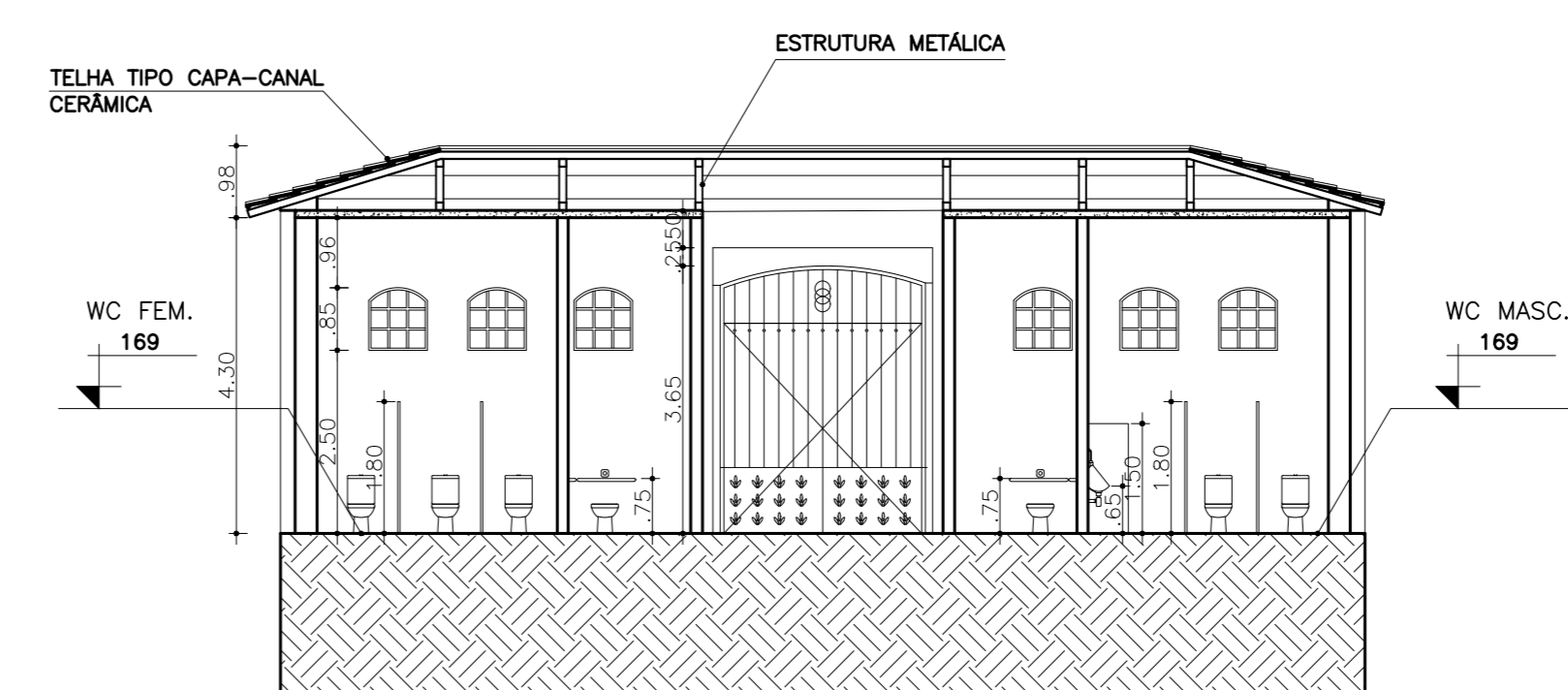
CORTE BB  
Escala 1: 100



CORTE CC  
Escala 1: 100



CORTE CC'  
Escala 1: 100



CORTE DD  
Escala 1: 100



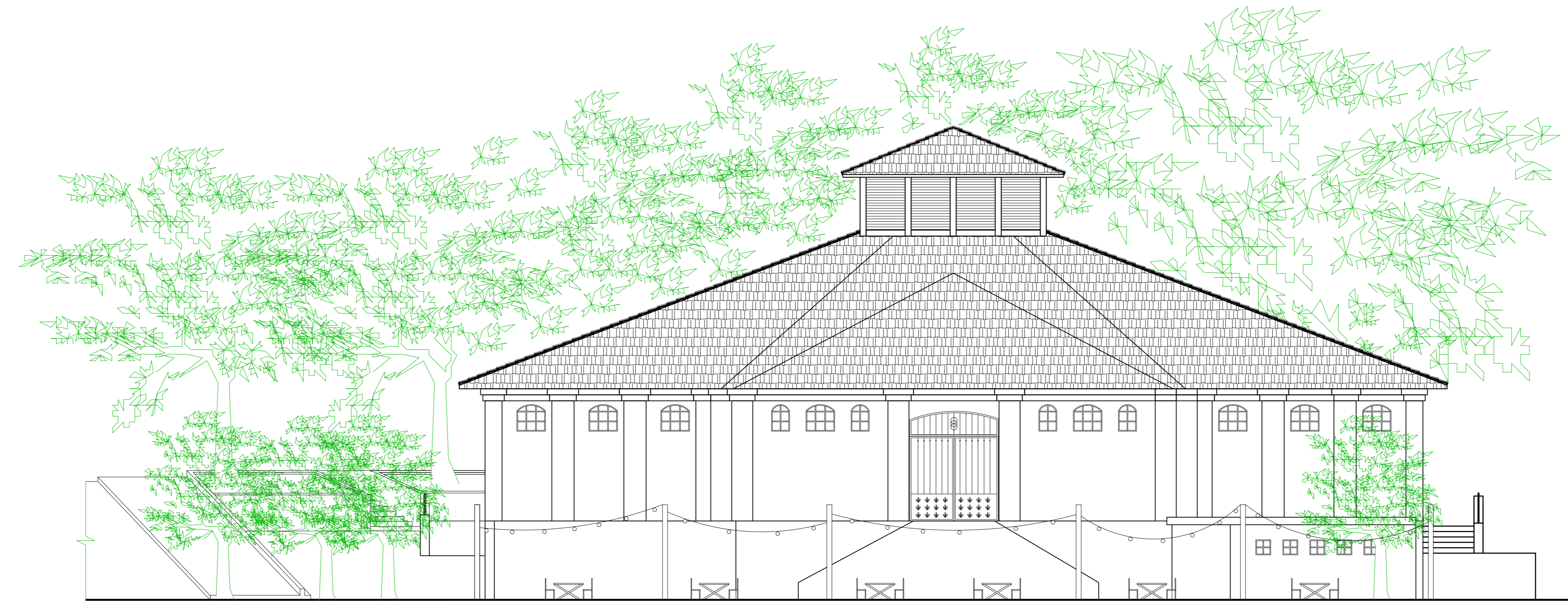
DESENHO  
CORTES AA, BB, CC', CC'' e DD

PROJETO  
MERCADO MUNICIPAL DE UBERABA - MG

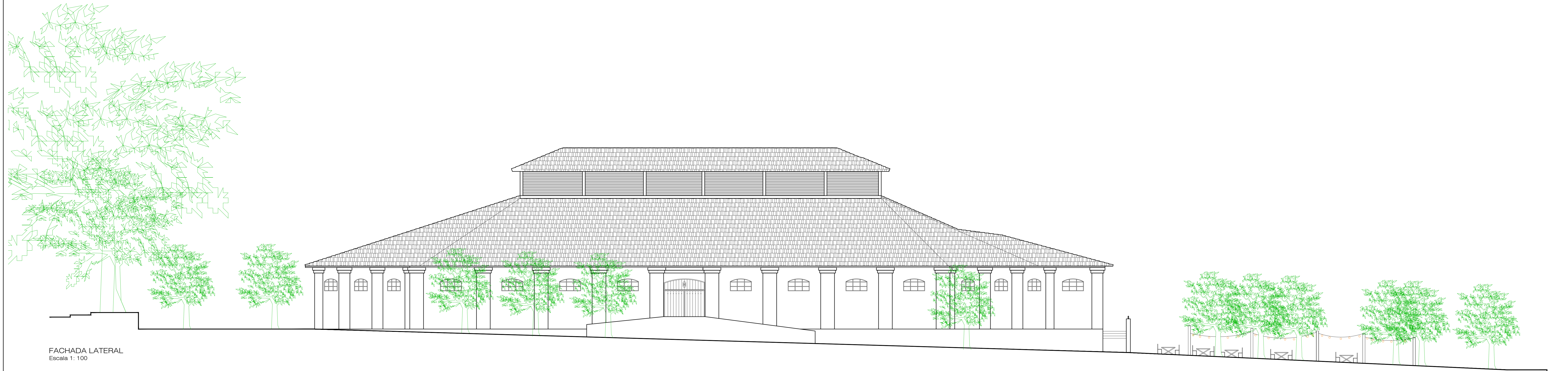
ALUNA:  
LARISSA CARVALHO DA SILVEIRA  
ORIENTADOR:  
IURI CESÁRIO ARAÚJO

FECHA: 08/08/2022  
Dia: 20-11-2022

página  
07/08



FACHADA FRONTAL  
Escala 1: 100



FACHADA LATERAL  
Escala 1: 100



DESENHO  
FACHADAS: FRONTAL E LATERAL

PROJETO  
MERCADO MUNICIPAL DE UBERABA - MG

ALUNA:  
LARYSSA CARVALHO DA SILVEIRA

Escala: 1:100  
Data: 20-11-2022

página  
08/08

ORIENTADOR:  
IURI CESÁRIO ARAÚJO